

ANEXO III – PROGRAMAS DAS PROVAS

Retificado pelo Edital Complementar n. 2, de 20/12/13.

CARGOS/FUNÇÃO COM REQUISITO DE ESCOLARIDADE DE ENSINO- NÍVEL FUNDAMENTAL(Assistente Operacional, Auxiliar Administrativo, Auxiliar Educacional e Auxiliar Operacional)

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Interpretação de textos do discurso jornalístico: carta do leitor, notícia, artigo de opinião, crônica, charge, tirinha, propaganda. 2. Sinônimos e antônimos. 3. Sentido próprio e figurado das palavras. 4. Ortografia oficial. 5. Acentuação gráfica. 6. Pontuação. 7. Usos de substantivos, adjetivos, pronomes, preposições e conjunções. 8. Emprego de pessoas, modos e tempos verbais. 9. Concordância verbal e nominal. 10. Variação linguística.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Poderá ser utilizado qualquer livro didático de Língua Portuguesa do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, que trate dos assuntos do programa.

MATEMÁTICA Retificado pelo Edital Complementar n. 2, de 20/12/13.

1. Sistema de numeração decimal. 2. Conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais). 3. Operações com números reais. 4. Proporção e Regra de três. 5. Porcentagem. 6. Equação do primeiro grau. 7. Grandezas e medidas: tempo, comprimento, massa, superfície, volume e capacidade. 8. Tratamento da informação: leitura e interpretação de tabelas e gráficos. 9. Espaço e forma: identificação, descrição, interpretação e área de figuras geométricas planas.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Poderá ser utilizado qualquer livro didático de matemática do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, que trate dos assuntos do programa.

CARGOS/FUNÇÃO COM REQUISITO DE ESCOLARIDADE DE ENSINO NÍVEL MÉDIO

LÍNGUA PORTUGUESA PARA TODOS OS CARGOS/FUNÇÃO DE NÍVEL MÉDIO

1. Leitura e análise de textos de diferentes gêneros textuais. Linguagem verbal e não-verbal. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: metáfora, metonímia, paralelismo, ambiguidade, citação. Significados contextuais das expressões linguísticas. 2. Sequenciais textuais: descritiva, narrativa, injuntiva, argumentativa, dialogal. 3. Organização do texto: Coesão e coerência textuais. Funcionalidade e características dos gêneros discursivos: ofício, memorando, e-mails, carta comercial, aviso. Pontuação. Características dos diferentes discursos (jornalístico, político, acadêmico, publicitário, literário, científico, etc.). 4. Organização da frase. Tempos e modos verbais. Modalidade. Voz. Concordância verbal e nominal. Regência dos nomes e dos verbos. 5. Formação das palavras. Composição, derivação. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Fonemas. 6. Variação linguística: estilística, sociocultural, geográfica, histórica. Variação entre modalidades da língua (fala e escrita).

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BAGNO, M. Preconceito linguístico. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.

BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CASTILHO, A. T. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições do texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2002.

KOCH, Ingedore G. V. A coesão lexical. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e coerência. São Paulo: Contexto, 2000.

NEVES, M. H. M. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática: Ensino plural*. São Paulo: Cortez, 2003.

INFORMÁTICA PARA OS CARGOS/FUNÇÃO DE NÍVEL MÉDIO(Assistente Administrativo, Telefonista e Educador Social).

1. Sistemas operacionais Windows: menu Iniciar; barra de tarefas; área de trabalho; gerenciamento de janelas; usando menus, botões, barras e caixas; teclas de atalho do sistema operacional; ajuda e suporte do sistema operacional; gerenciamento de pastas e arquivos; atalhos; encontrando informações específicas por meio de pesquisas; parâmetros de pesquisa; gerenciamento de impressão; instalando e removendo programas; como iniciar programas automaticamente; opções de configuração no Painel de Controle; configuração de dispositivos de hardware (mouse, teclado, impressora, câmera fotográfica, câmera web, caixas de som, microfone, outros dispositivos); aplicativos do sistema operacional (edição de texto e de imagens, calculadora, ferramentas de acessibilidade, outros aplicativos). 2. Aplicativos para edição de textos por meio de software livre e de software comercial: ambiente do software; operações básicas com documentos (salvar, salvar como, fechar, criar, abrir e imprimir); edição e formatação do texto (movimentar, selecionar, apagar, copiar, recortar, colar, desfazer, repetir, copiar formatação); fontes de texto (nome, estilo, cor e efeitos); cabeçalhos; rodapés e notas de fim e de rodapé; parágrafos (alinhamento, espaçamento, margens, tabulações, marcadores e numeração, bordas e sombreamento); colunas; tabelas; verificação ortográfica e gramatical; impressão (visualização, início e cancelamento de impressão, configuração de página, impressão de números de página); quebras e seções; capitalização; numeração de páginas; legendas; índices; campos predefinidos; caixas de texto; edição, inserção e formatação de figuras; inserção e formatação de outros objetos; recursos de ajuda. 3. Navegadores de Internet e serviços de busca na Web: redes de computadores e Internet; elementos da interface dos principais navegadores de Internet; navegação e exibição de sítios Web; gerenciamento de abas e janelas; gerenciamento dos principais navegadores de Internet (personalização de menus, página inicial e barras de opções; Favoritos; Histórico; Downloads; janelas pop-up; zonas de segurança; proteção; navegação anônima ou privativa; entre outras alterações e configurações); pesquisas de texto e de imagens na Web (opções básica e avançada); configurações de pesquisa. 4. Hardware, periféricos e conhecimentos básicos de informática: tipos de computador; tipos de conexão (USB, VGA, HDMI, e SATA, memória externa nos formatos SD, miniSD, microSD, Compact Flash, xD); monitores de vídeo; teclados; mouses; CPUs; gabinetes; memórias; elementos de informação; unidades de armazenamento; periféricos; impressoras; digitalizadores; modems; tecnologias; vírus e programas antivírus; cartões de memória; modem; caixas de som; microfone; câmera fotográfica; câmera web.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BORGES, Klaibson Natal Ribeiro. LibreOffice para leigos – Facilitando a vida no escritório. Disponível em: https://wiki.documentfoundation.org/images/2/2a/LibreOffice_Para_Leigos.pdf. Acessado em: 20 nov. 2013.

COOPER, Brian. Como pesquisar na internet. Col. Sucesso Profissional Informática. Editora Publifolha.

COX, Joyce; PREPPERNAU, Joan. Windows 7 – Passo a Passo. São Paulo: Editora Bookman, 2010.

_____. Windows Vista - Passo a Passo. São Paulo: Editora Bookman, 2007.

_____. Microsoft Office Word 2007 - Passo a Passo. Porto Alegre: Editora Artmed, 2007.

GOOGLE. Ajuda do Pesquisa na Web. Disponível em: <https://support.google.com/websearch/?rd=2#topic=3180360>. Acessado em: 20 nov. 2013.

_____. Ajuda do Google Chrome. Disponível em: https://support.google.com/chrome/?hl=pt-BR&p=mktg_help#topic=3316030. Acessado em: 20 nov. 2013.

LIBREOFFICE. Sítio oficial do LibreOffice. Disponível em: <http://pt-br.libreoffice.org/>. Acessado em: 20 nov. 2013.

MANZANO, Jose Augusto N G. Broffice.org 2.0. guia prático de aplicação. Editora Érica, 2006.

MARÇULA, Marcelo. Informática: conceitos e aplicações. São Paulo: Editora Érica, 2005.

MICROSOFT INTERNET EXPLORER. Sítio oficial do Microsoft® Internet Explorer. Disponível em: <http://windows.microsoft.com/pt-BR/internet-explorer/products/ie/home>. Acessado em: 20 nov. 2013.

MICROSOFT OFFICE. Sítio Oficial do Microsoft® Office. Disponível em: <http://office.microsoft.com/pt-BR/>. Acessado em: 20 nov. 2013.

MICROSOFT WINDOWS. Sítio Oficial do Microsoft® Windows. Disponível em:

<http://windows.microsoft.com/pt-BR/windows/home>. Acessado em: 20 nov. 2013.

MOZILLA FIREFOX. Sítio oficial do Mozilla FirefoxTM. Disponível em: <http://www.mozilla.org/pt-BR/firefox/new/>. Acessado em: 20 nov. 2013.

NASCIMENTO, João Kerginaldo Firmino do. Informática básica. Brasília: UnB, Centro de Educação a Distância, 2005.

TORRES, Gabriel. Hardware: curso completo. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2001.

VASCONCELOS, Laércio. Hardware total. São Paulo: Makron Books, 2002.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE AGENTE EDUCACIONAL

1. Educação infantil e relações sociais contemporâneas. 1.1. A escola pública, o educador e a sociedade nas relações educativas infantis. 1.2. Tempos e espaços: transversalizações e práticas na educação infantil. 1.3. Concepções teóricas e filosóficas, perspectivas futuras da educação infantil. 1.4. As relações sociopolíticas e culturais da escola e dos educadores infantis com a família e comunidade. 1.5. Olhares sobre a infância e a sua história. 1.6. O professor e seu papel no cuidado da infância. 1.7. A mediação pedagógica na educação infantil. 1.8. O professor e o brincar. 2. A criança e a inclusão na educação infantil. 2.1. Diferentes processos e perspectivas do desenvolvimento psicossocial, emocional e físico da criança de zero a seis anos. 2.2. Desenvolvimento da sensibilidade: favorecendo a expressão das diferentes linguagens. 2.3. Comunidade escolar e as práticas de educação escolar inclusiva. 2.4. Contribuições para o debate sobre o papel da escola infantil na vida social e na cultura. 2.5. Infância, conhecimento e contemporaneidade. 3. Aprendizagem escolar e currículo. 3.1. O currículo: cruzamento de práticas. 4. A avaliação na educação infantil. 4.1. A importância do registro na educação infantil. 5. Legislação e educação infantil. 5.1. Lei Federal n. 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. 5.2. Lei Federal n. 9.394/ 1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 5.3. Parecer Conselho Nacional de Educação n.22/1998 – Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. 5.4. Resolução Conselho Nacional n.1/1999 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. 5. Plano Nacional da Educação Básica. 6. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. 7. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Ministério da Educação e do desporto/Secretaria de Educação Básica. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil. Brasília. DF, 2006.

BRASIL. Lei 8069 de 13 de julho de 1990 que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acessado: 03/09/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: portal.mec.gov.br > Conselho Nacional de Educação.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil- acesso disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12579:educacao-infantil&catid=195:seb-educacao-basica.

BRASIL. Ministério da Educação. Anais do I Seminário Nacional Currículo em movimento – perspectivas atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16110&Itemid=936. Acessado: 03/09/2013.

CORSINO, Patrícia (Org.). Educação Infantil: cotidiano e políticas. Campinas/SP: Autores Associados, 2009.

OLIVEIRA. Z. R. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA – EDUCAÇÃO INFANTIL. Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16110&Itemid=936.

VAZ, Alexandre. F.; MOMM, Caroline M. (orgs.). Educação Infantil e Sociedade - questões contemporâneas. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

1. Fundamento da Administração: planejamento; organização; direção; e controle. 2. Funções organizacionais: gestão de pessoas; orçamento e finanças; gestão de materiais e patrimônio; logística; gestão por processos; comunicação nas organizações; a organização e seus *stakeholders*; responsabilidade social das organizações; ética nas organizações. 3. Atos administrativos. 4. Natureza do trabalho gerencial. 5. Processos administrativos no âmbito da Administração Federal direta e indireta. 6. Documentação e arquivo. 7. Tecnologia da informação. 8. Noções de Orçamento Público. 9. Classificação de despesas e receitas. 10. Regime jurídico dos servidores da União. 11. Estrutura do Ministério da Educação – Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. 12. Compras no serviço público.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

CARAVANTES, Geraldo R.; PANNO, Cláudia C.; KLOECKNER, Mônica C. Administração: teorias e processos. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2005.
Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, promulgada em 5 de outubro de 1988. Ver edições atualizadas, com emendas constitucionais. Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e suas respectivas alterações. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e respectivas alterações. Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e respectivas alterações. Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e respectivas alterações. Site: <http://www2.planalto.gov.br>.
DESSLER, Gary. Administração de Recursos Humanos. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2005.
GIACOMONI, James. Orçamento público. 15. Ed. São Paulo: Atlas: 2010.
KWASNICKA, Eunice Lacava. Introdução à Administração. São Paulo: Atlas, 1990.
MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2006.
MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Introdução à administração. 7. ed. rev e ampl. São Paulo: Atlas, 2007.
LACOMBE, Francisco. Recursos Humanos: princípios e tendências. 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
MEDEIROS, João Bosco; HERNANDES, Sonia. Manual da Secretária: Técnicas de trabalho. São Paulo: Atlas, 2006.
MONTANA, Patrick J.; CARNOV, Bruce H. Administração. São Paulo: Saraiva, 1998.
POZO, Hamilton. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2007.
REZENDE, Denis Alcides. Tecnologia da Informação: aplicada a sistemas de informações empresariais. São Paulo: Atlas, 2003.
SOBRAL, F.; PECI, A. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.
SCHERMERHORN, John R. Administração. Rio de Janeiro: LTC, 2007.
SANTOS, Vanderlei Batista dos (Org.); INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Arquivística: temas contemporâneos. Distrito Federal: SENAC, 2008.
VIANA, João José. Administração de Materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2006.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE ASSISTENTE EDUCACIONAL

1. Lei de acessibilidade n. 10.098 de 19/12/2000 e Decreto de regulamentação n. 5296 de 02/12/2004. 2. Políticas públicas de inclusão. 3. Política nacional de educação especial – MEC/SEESP. 4. Lei Federal 7853 de 24/10/1989 e Decreto n. 3298 de 20/12/1999. 5. Lei n. 10.436 de 24/04/2002. 6. Decreto n. 5626 de 22/12/2005. 7. Estrutura linguística da LIBRAS. 8. História de educação de surdos. 9. Aquisição da LIBRAS pela criança surda. 10. O Intérprete e código de ética. 11. Atuação do intérprete no campo educacional. 12.

Modelos de interpretação. 13. Regulamentação da profissão. 14. Identidade, cultura e comunidade surda. 15. Declaração universal dos direitos linguísticos.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

- BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- BRASIL. Ministério da Educação. Decreto de Regulamentação nº 5296 de 02/12/2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>
- _____. Decreto nº 3298 de 20/12/1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>
- _____. Decreto nº 5626 de 22/12/2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>
- _____. Diretrizes Nacionais da Educação Especial – MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>
- FARIA, Sandra Patrícia de. Interface da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (variante falada pela comunidade surda de Brasília) com a língua portuguesa e suas implicações no ensino de português, como segunda língua para surdos. In: Revista Pesquisa Linguística, Bsb: LIV- UnB, 2001.
- GOLDFELD, Márcia. A criança Surda: Linguagem e Cognição numa Perspectiva Sócio-Interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.
- LEI Nº 7.853, de 24/10/1989. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>
- LEI Nº 10.436 de 24/04/2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>
- LEI Nº 10.098 de 19/12/2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>
- MOURA, Maria Cecília de; VERGAMINI, Sabine Antoniali Arena; LEITE, Sandra Regina. Educação para Surdos: práticas e perspectivas. São Paulo: Santos, 2008.
- QUADROS, Ronice Müller de. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- QUADROS, Ronice Müller de & KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- QUADROS, Ronice Müller de. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: MEC; SEESP, 2004.
- Resolução CEE N.07/2006. Disponível em: <www.cee.go.gov.br>
- SALLES H. et al. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC/SEESP, 2004.
- SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- SOARES, Maria Aparecida Leite. A educação do surdo no Brasil. Campinas, SP: EDUSF: Autores Associados, 1999. Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. Disponível em: www.unesco.pt
- Código de Ética. Disponível em: www.apilsbsp.org/etica.asp.
- SVARTHOLM, K. Aquisição de segunda língua por surdos. Revista Espaço. Rio de Janeiro, MEC/INES, no. 9, 1998 p. 38-45.
- STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: UFSC, 2008.
- SKLIAR, Carlos (Org.). Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: _____ (Org.) A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO EDUCADOR SOCIAL

1. Direitos sociais e seguridade social. 2. Lei Orgânica da assistência social - Lei n. 8.742/1993. 3. Política nacional de assistência social. 4. Estatuto da criança e do adolescente - Lei n. 8.069/1990. 5. Política nacional sobre o álcool - Decreto n. 6.117/2007. 6. Declaração universal dos direitos humanos. 7. Atendimento sócio-educativo. 8. Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e Adolescentes à convivência familiar e comunitária. 9. Plano nacional de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. 10. Plano nacional de prevenção e erradicação ao trabalho infantil. 11. Política nacional para a população em situação de rua. 12. Lei Maria da Penha - Lei n. 11.340/2006. 13. Estatuto do idoso - Lei n. 10.741/2003. 14. Política nacional para a integração da pessoa com deficiência. 15. Política nacional sobre drogas – Resolução n. 03/05, Conselho nacional antidrogas (CONAD).

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ADOLESCENTE À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA. Disponível em: portal.mj.gov.br
CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Capítulos sobre os Direitos Sociais e Seguridade Social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.
DECRETO Nº 3.298/1999 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm
DECRETO Nº 6.117/07. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6117.htm.
DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm.
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br> .
LEI Nº 8.069/1990. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.
LEI Nº 8.742/1993. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm.
LEI Nº 10.741/2003. Disponível em: legislacao.planalto.gov.br.
LEI Nº 11.340/2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm
PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA. Disponível em: www.direitoshumanos.gov.br/spdca/sgd/convivencia_familiar.
PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Disponível em: portal.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/plano_nacional.pdf .
PLANO NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO AO TRABALHO INFANTIL. Disponível em: portal.mj.gov.br/sedh/Plano.pdf .
POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS). Disponível em: www.mds.gov.br.
RESOLUÇÃO Nº. 03, DE 27/10/05- CONAD. Disponível em www.mds.gov.br .
SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE CONDUTOR DE VEÍCULOS (para todos as categorias)

1. Legislação de trânsito, conforme preceitua o Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal n. 9.503 de 23/09/1997: 1.1. Das normas gerais de circulação e conduta (arts. 26 a 67); 1.2 Do Cidadão (arts. 72 a 73); 1.3 Da educação para o trânsito (arts. 74 a 79); 1.4. Dos Veículos (arts. 96 a 117); 1.5. Do registro de veículos (arts. 120 a 129); 1.6. Do licenciamento (arts. 130 a 135); 1.7. Da condução de escolares (arts. 136 a 139); 1.8. Da condução de motofrete (arts. 139A e 139B); 1.9. Da habilitação (arts. 140 a 160); 1.10. Das Infrações (arts. 161 a 255); 1.11. Das penalidades (arts. 256 a 268); 1.12. Das medidas administrativas (arts. 269 a 279); 1.13. Do processo administrativo (arts. 280 a 290); 1.14. Dos crimes de trânsito (arts. 291 a 312); 1.15. Da sinalização (Anexo II). 2. Resoluções do conselho nacional de trânsito: 2.1. Resolução 168, de 14 dez. 2004; 2.2. Resolução 203, de 26 set. 2006; 2.3. Resolução 210, de 13 nov. 2006; 2.4. Resolução 211, de 13 nov. 2006; 2.5. Resolução 277, de 28 maio 2009; 2.6. Resolução 316, de 08 maio 2009. 3. Decreto Federal nº. 96.044, de 18 maio 1988, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos perigosos e dá outras providências. 4. Lei Federal nº.12.009, de 29 jul. 2009, que regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, “mototaxista”, em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, “motoboy”. 5. Direção defensiva e meio ambiente: 5.1. O veículo; 5.2. O condutor; 5.3. Via de trânsito; 5.4. O ambiente; 5.5. Outras regras gerais e importantes; 5.6. Respeito ao meio ambiente e convívio social. 6. Primeiros socorros.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Lei nº. 9.503 de 23 de setembro de 1997. Código de Trânsito Brasileiro - CTB e seus Anexos. Brasília, DF, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm. Acesso em: 11 nov. 2013.
DETRAN/GO. Manual de primeiros socorros no trânsito. (org.) Clives Pereira Sanches. Goiânia: Detran/GO, 2005. Disponível em: http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq_334_ManualPrimeirosSocorrosocial.pdf. Acesso em: 11 nov. 2013.

DENATRAN. Direção defensiva: Trânsito seguro é um direito de todos. Brasília: DENATRAN, 2005.

Disponível em: http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq_838_DIRECAO_DEFENSIVA.pdf. Acesso em: 11 nov. 2013.

Resoluções do Contran. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO OPERADOR DE MÁQUINAS (para todos os Cargos/Função)

1. Conhecimento teórico e prático em máquinas automotrizas leves e pesadas. 2. Operação de tratores e máquinas automotrizas leves e pesadas. 3. Conhecimento prático e experiência de operação em tratores, motoniveladoras, pás carregadeiras, rolos compressores e demais máquinas empregadas no preparo do solo e na construção civil. 4. Conhecimento de manutenção periódica, preventiva e corretiva, diagnósticos de falhas dos tratores, motoniveladoras, pás carregadeiras, rolos compressores (compactadores) e demais máquinas empregadas no preparo do solo e na construção civil. 5. Noções de conservação, manuseio e operação correta dos equipamentos motomecanizados bem como das normas de segurança necessárias ao trabalho em área rural ou urbana. 6. Uso correto dos EPIs (equipamentos de proteção individual) e EPCs (equipamentos de proteção coletiva), higiene e saúde no trabalho. 7. Conhecimento de sistemas mecânicos e suas relações, como engrenagens, correntes, polias, transmissões, eixos, rolamentos, mancais, etc. 8. Conhecimento prático das operações e regulagens dos tratores e implementos usados nas tarefas de preparo de solo, plantio, tratos culturais e colheita. 9. Aração e subsolagem: arados de discos e aivecas, arados escarificadores e subsoladores. 10. Gradagem: grades aradoras e niveladoras de arrasto, de levante hidráulico e de controle remoto. 11. Plantio: regulagem e operação de semeadoras adubadoras. 12. Tratos culturais: regulagem e uso correto dos equipamentos de distribuição de calcário, adubação de cobertura, roçadoras e pulverizadores tratorizados (nas aplicações de herbicidas, fungicidas, acaricidas, etc.). 13. Colhedoras automotrizas: conhecimento teórico e prático de operação, manutenção e conservação. 14. Noções de conservação e limpeza de veículos e máquinas e de seus componentes, como freios, sistema elétrico, sistema hidráulico, sistema de combustível, sistema de arrefecimento, elementos de lubrificação, pneus, esteiras e controle de horas trabalhadas (manutenção periódica) e controle de quilometragem. 15. Aquisição e correta estocagem no almoxarifado de material de reparos e reposição, bem como a guarda de ferramentas de manutenção. 16. Código de Trânsito Brasileiro (artigos 26 a 71, 80 a 95, 144, 161 a 268), direção defensiva, primeiros socorros, cargas perigosas, placas de sinalização e equipamentos obrigatórios.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Código de Trânsito Brasileiro: instituído pela Lei 9.503, de 23-9-97 - 1ª edição. Brasília: DENATRAN, 2008. 708 p. Disponível em:

<http://www.denatran.gov.br/publicacoes/download/ctb_e_legislacao_complementar.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2013.

CATERPILLAR. 120H e 135H. Motoniveladoras. Manual de Operação e Manutenção.

CATERPILLAR. 140H e 160H. Motoniveladoras. Manual de Operação e Manutenção.

CATERPILLAR. 416D, 420D, 424D, 428D, 430D, 432D e 442D. Retroescavadeiras. Manual de Operação e Manutenção.

CATERPILLAR. 938F. Carregadeiras de Rodas. Manual de Operação e Manutenção.

CATERPILLAR. CS-531D, CP-533D e CS-533D. Compactadores Vibratórios. Manual de Operação e Manutenção.

MÜLLER. VAP 55. Compactador Vibratório Autopropulsado. Manual de Operação e Manutenção. Protoprimum: Rio de Janeiro. 106 p.

MÜLLER. VAP 70. Compactador Vibratório Autopropulsado. Manual de Operação e Manutenção. Protoprimum: Rio de Janeiro. 106 p.

NEW HOLLAND AGRICULTURE. TL 75 e TL 85. Trator agrícola. Manual de operação e manutenção.

NEW HOLLAND. 12C TURBO. Pá-Carregadeira. Manual do Operador. CNH LATIN AMERICA LTDA: Contagem, MG. 1ª Ed. 2009. 96 p.

NEW HOLLAND. B90B, B95B, B110B. Retroescavadeira. Manual do Operador. CNH LATIN AMERICA LTDA: Contagem, MG. 1ª Ed. 2010. 280 p.

NEW HOLLAND. E215B LC / ME. Escavadeira Hidráulica. Manual do Operador. CNH LATIN AMERICA LTDA: Contagem, MG. 3ª Ed. 2012.
NEW HOLLAND. RGI40.B VHP TIER3, RGI70.B VHP TIER3, RG200.B VHP TIER3. Motoniveladora. Manual do Operador. CNH LATIN AMERICA LTDA: Contagem, MG. 1ª Ed. 2012. 243 p.
NEW HOLLAND. W170B. Pá-Carregadeira. Manual do Operador. CNH LATIN AMERICA LTDA: Contagem, MG. 3ª Ed. 2012. 192 p.
SEST -SENAT. Apostila Preparação, Operação e Manutenção de Máquinas Agrícolas.
SEST -SENAT. Regras de segurança nas operações e manutenção de tratores. 2003.
SILVEIRA, G. M. As máquinas para colheita e transporte. 1 ed. Rio de Janeiro: Publicações Globo. 1990. 184 p.
SILVEIRA, G. M. As máquinas para plantar. 1 ed. Rio de Janeiro: Publicações Globo. 1989. 257 p.
SILVEIRA, G. M. O preparo do solo: implementos corretos. 2 ed. Rio de Janeiro: Publicações Globo. 1989. 243 p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE TELEFONISTA

1. Organização do ambiente da telefonista. 2. Técnicas de comunicação. 3. A importância, os objetivos e os elementos básicos da comunicação. 4. Os obstáculos à comunicação. 5. As formas de comunicação. 5.1 A comunicação formal e a comunicação informal. 6. A comunicação telefônica. 7. Regras de conduta e ética dos procedimentos ao telefone. 8. Centrais telefônicas. 9. Sistema PABX. 10. Procedimentos operacionais em uma mesa telefônica. 11. Serviços de voz. 12. Serviços das companhias telefônicas. 13. Código e relação das operadoras no Brasil. 14. Ligações locais. 15. Ligações de longa distância. 16. Consulta a listas telefônicas. 17. Ligações internacionais. 18. Ligações para serviços. 19. Fusos horários. 20. Serviços oferecidos pelas operadoras. 21. Noções de uso e conservação de equipamentos de telefonia. 22. Conceitos básicos de planejamento e organização.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

NEIS, Ignácio Valentim. Telefonista e Recepcionista: manual teórico e prático. Porto Alegre, 1999.
FINCH, Lloyd C. Cortesia ao telefone e atendimento ao cliente. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999. 69 p.
BELTRÃO, Mariúsa. Prática de secretariado: Recepção, telefonia, correspondência, arquivística, reprografia. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 192 p.
GRION, Laurinda. A nova secretária: competente, proativa e dinâmica. São Paulo: Madras, 2008.
<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do>>
<http://www.secretariamoderna.com.br/>>
<http://www.sinsesp.com.br/>>
<http://www.recepcionistas.com.br/>>
<http://www.brasilprofissoes.com.br/>>
http://www.institutosiegen.com.br/documentos/apostila_secretariado.pdf>
<http://www.ifpr.edu.br/pronatec/>>
SENAC, DN. Práticas Administrativas em escritório. Rio de Janeiro: SENAC, 2007.

GRUPO OCUPACIONAL SAÚDE – ASSISTENTE DE SAÚDE

CONHECIMENTOS GERAIS EM SAÚDE PÚBLICA PARA TODOS OS CARGOS/FUNÇÃO DE ASSISTENTE DE SAÚDE

1. Sistema único de saúde – SUS (conceitos, princípios e diretrizes). 2. Políticas públicas de saúde no Brasil. 3. Constituição Federal (artigos 196 a 200). 4. Lei 8.080/90 e a Lei 8.142/90. 6. Política nacional de promoção da saúde. 7. Política nacional de atenção básica. 8. Vigilância epidemiológica e indicadores de

saúde. 9. Vigilância sanitária. 10. Vigilância ambiental em saúde. 11. Saúde do trabalhador. 12. Política de humanização do SUS. 13. Vigilância e atenção a saúde de doenças transmissíveis e Não Transmissíveis. 14. Sistemas de informação em saúde.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao_Compilado.htm

BRASIL, MS. Assessoria de Comunicação Social. Entendendo o SUS. Brasília, 2006. In: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cartilha_entendendo_o_sus_2007.pdf

BRASIL, MS. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância epidemiológica. Guia de Vigilância Epidemiológica. 6ª edição. Brasília, 2005. In: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Guia_Vig_Epid_novo2.pdf

BRASIL, MS. Fundo Nacional de Saúde. Coordenação Técnica de Saúde do Trabalhador. Para Saber das Coisas - Falando da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e das Doenças Relacionadas ao Trabalho. São Paulo, 2006. In: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/CartilhaRadialistas.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. O HumanizaSUS na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 40 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humaniza_sus_atencao_basica.pdf [Acesso em 20 julho 2011]

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS). O SUS de A a Z. Garantindo Saúde nos Municípios. 3ª Edição, Brasília, 2009. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_az_garantindo_saude_municipios_3ed_p1.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. SIAB — Manual do Sistema de Informação de Atenção Básica. Brasília, 2000. Brasília, 1998. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/docs/publicacoes/geral/manual_siab2000.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Vigilância Ambiental em Saúde. Brasília, 2002. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_sinvas.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Doenças Infecciosas e Parasitárias: Guia de Bolso. 8ª Edição. Brasília, 2010. Disponível: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_guia_bolso.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Vigilância Ambiental em Saúde. Brasília, 2002. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_sinvas.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Básica. Departamento de Atenção à Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. 4. ed. Brasília: Ed. Ministério da Saúde, 2007. 68p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política nacional de promoção da saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 60 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022. Brasília : Ministério da Saúde, 2011. 148 p. : il. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cartilha_plano.pdf

Lei 8.080/90. In: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/LEI8080.pdf>

Lei 8.142/90. In: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei8142.pdf>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Cuidados inovadores para condições crônicas: componentes estruturais de ação: relatório mundial / – Brasília, 2003. Disponível em: http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/op000020.pdf

RIPSA. Rede Interagencial de Informação para a Saúde. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. 349 p.: il. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/2ed/indicadores.pdf> .

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE AGENTE DE INSPEÇÃO SANITÁRIA

1.Regulamentação básica da inspeção e sistemas de qualidade de alimentos. Noções de abrangência da inspeção, classificação, funcionamento e higiene dos estabelecimentos. 2. Noções de microbiologia. 2.1.Ciência e tecnologia de alimentos. 2.2. Boas práticas de fabricação (BPF). 3. Procedimentos padrão de higiene operacional (PPHO). 4. Análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC). 5. Noções de biologia, anatomia, fisiologia e patologias dos animais de abate (bovinos, suínos, ovinos, caprinos, aves, pescados, etc). 6. Noções sobre sistemas de criação de animais de abate. 7. Noções de instalações e equipamentos. 8. Epidemiologia, saúde pública e saneamento ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Leis Nº . 1.283/1950, 7.889/1989 e 9.712/1998, o Decreto nº 30.691/1952 e suas alterações, Portarias Nº . 210/1998 (Aves) e 711/1995 (Suínos) e Manual de Inspeção de Carne Bovina (último item das referências bibliográficas).

PARDI , M. C. et al. Ciência, Higiene e Tecnologia da Carne. Goiânia: CEGRAF-UFG/ Niterói: EDUFF, 1993.

FRANCO B.D.G.M. LANDGRAF M. Microbiologia dos Alimentos. São Paulo: Atheneu, 1996.

BRASIL, Decreto nº 30.691/52. Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA). Brasília: Ministério da Agricultura e do Abastecimento, 1997. Publicado no Diário Oficial da União de 07/07/1952, Seção 1, Página 10.785.

_____. Instrução Normativa Nº . 01/02. Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina. Brasília: M.A.A., 2002. Publicado no Diário Oficial da União de 10/01/2002 , Seção 1, Página 6.

_____. Instrução Normativa Nº . 42/99. Plano Nacional de Controle de Resíduos em Produtos de Origem Animal. Brasília: M.A.A., 1999. Publicado no Diário Oficial da União de 22/12/1999, Seção 1, Página 213.

_____. Portaria Nº . 368/97. Regulamento Técnico Sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores / Industrializadores de Alimentos. Brasília: M.A.A., 1997. Publicado no Diário Oficial da União de 08/09/1997 , Seção 1, Página 19.697.

_____. Portaria Nº . 46/98. Manual Genérico para APPCC em Indústrias de Produtos de Origem Animal. Brasília: M.A.A., 1998. Publicado no Diário Oficial da União de 16/03/1998 , Seção1 , Página 24.

_____. Portaria Nº . 210/98. Regulamento Técnico da Inspeção Tecnológica e Higiênico-Sanitária de Carne de Aves. Brasília: M.A.A., 1998. Publicado no Diário Oficial da União de 26/11/1998 , Seção 1, Página 226.

_____. Portaria Nº . 711/95. Normas Técnicas de Instalações e Equipamentos para Abate e Industrialização de Suínos. Brasília: M.A.A, 1995. Publicado no Diário Oficial da União de 03/11/1995 , Seção 1, Página 17.625.

_____. Portaria 304/96. Distribuição e Comercialização de Carne Bovina, Suína e Bubalina. Brasília: M.A.A., 1996. Publicado no Diário Oficial da União de 23/04/1996 , Seção 1.

_____. Instrução Normativa Nº . 03/00. Regulamento Técnico de Métodos de Insensibilização para o Abate Humanitário de Animais de Açougue. Brasília: M.A.A., 2000. Publicado no Diário Oficial da União de 24/01/2000, Seção 1, Página 14.

_____.Lei Nº . 1.283, de 18 de dezembro de 1950. Dispõe sobre a Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal. Publicado no Diário Oficial da União de 19/12/1950 , Seção 1, Página 18.161.

_____. Lei Nº . 7.889, de 23 de novembro de 1989. Dispõe sobre a Inspeção Sanitária e Industrial dos Produtos de Origem Animal, e dá Outras Providências. Publicado no Diário Oficial da União de 24/11/1989, Seção 1, Página 21.529.

_____. Lei Nº . 9.712, de 20 de novembro de 1998. Altera a Lei Nº . 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à Defesa Agropecuária. Publicado no Diário Oficial da União de 23/11/1998, Seção 1, Página 1.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE ASSISTENTE DE SAÚDE - TÉCNICO DE ENFERMAGEM

1. Legislação do exercício profissional; bioética e ética. 2. Procedimentos de enfermagem - aplicação terapêutica de frio e calor; aerossolterapia; coleta de material para exames; cuidados com drenos; curativos; higienização e conforto; preparo e administração de medicamentos; sondagens; oxigenoterapia; suporte nutricional enteral; verificação de sinais vitais. 3. Manejo dos resíduos dos serviços de saúde; exposição ocupacional a material biológico; limpeza e desinfecção de superfícies e artigos; equipamento de proteção individual; precauções padrão; técnicas de isolamento. 4. Assistência de enfermagem ao adulto e idoso, à mulher e à criança, portadores de afecções respiratórias, gastrintestinais, endócrinas, cardiovasculares, renais e neurológicas. 5. Assistência de enfermagem à mulher na gestação e puerpério. 6. Assistência de enfermagem a pacientes gravemente enfermos. 7. Assistência de enfermagem perioperatória. 8. Assistência de enfermagem a pacientes portadores de doenças infectocontagiosas. 9. Programa Nacional de Imunizações. Política Nacional de Atenção Básica. Política Nacional de Humanização. Sistema Único de Saúde.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE INFECÇÃO RELACIONADA À ASSISTÊNCIA À SAÚDE. Limpeza, desinfecção e esterilização de artigos em serviços de saúde. São Paulo: APECIH, 2010.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Assistência segura: uma reflexão teórica aplicada à prática. Brasília: ANVISA, 2010. Acesso em 22 nov 2013. Disponível em: <www.anvisa.gov.br/hotsite/segurancadopaciente/documentos/junho/Modulo%20%20-%20Assistencia%20Segura.pdf>.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Medidas de prevenção de infecção relacionada à assistência à saúde. Brasília: ANVISA, 2013. Acesso em 22 nov 2013. Disponível em <www.anvisa.gov.br/hotsite/segurancadopaciente/documentos/junho/Modulo%20%20Medidas%20de%20Prevencao%20de%20IRA%20a%20Saude.pdf>.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies. Brasília: ANVISA, 2010. Acesso em 22 nov 2013. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/4ec6a200474592fa9b32df3fbc4c6735/Manual+Limpeza+e+Desinfeccao+WEB.pdf?MOD=AJPERES>>.

BARROS, A. L. B. L. et al. Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed. 2010. 440 p.

CALIL, A. M. PARANHOS, W. Y. O enfermeiro e as situações de emergência. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Decreto nº 94.406 de 08 de junho de 1987. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências. Acesso em 22 nov 2013. Disponível em: <http://novo.portalcofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html>.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN nº 311 de 08 de fevereiro de 2007. Aprova a Reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Acesso em 23 nov 2013. Disponível em: <http://novo.portalcofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao_311_anexo.pdf>.

FISCHBACH, F. T.; DUNNING III, M. B. Manual de enfermagem: exames laboratoriais e diagnósticos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GUIMARÃES, H. P. et al. (editores). Destaques das Diretrizes da American Heart Association 2010 para RCP e ACE. Dallas: American Heart Association, 2010. Acesso em 23 nov 2013. Disponível em: <http://www.heart.org/idc/groups/heart-public/@wcm/@ecc/documents/downloadable/ucm_317343.pdf>.

JARVIS, C. Exame físico para enfermagem. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LIMA, I. L.; MATÃO, M. E. L. (orgs.). Manual do técnico e auxiliar de enfermagem. 8. ed. rev. e ampl - Goiânia: AB, 2007. 600p.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Portaria N.º 485, de 11 de novembro de 2005. Aprova a norma regulamentadora n.º 32 - NR 32. Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. Acesso em 22 nov

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E TECNOLOGIA
EDITAL N. 002/2013

2013. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/servicosauade/avalia/saude_do_trabalhador_portaria_485_aprova_NR32.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. HumanizaSUS - Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Anexo 03: Protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos. Brasília: Ministério da Saúde, s/d. Acesso em 21 nov 2013. Disponível em: <www.anvisa.gov.br/hotsite/segurancadopaciente/documentos/julho/Protocolo%20Identifica%C3%A7%C3%A3o%20do%20Paciente.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Acesso em 21 nov 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_gerenciamento_residuos.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Cadernos de Atenção Básica, 32. Acesso em 23 nov 2013. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_32.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Anexo 01: protocolo para a prática de higiene das mãos em serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde/ANVISA/FIOCRUZ, 2013. Acesso em 22 nov 2013. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/hotsite/segurancadopaciente/documentos/julho/PROTOCOLO%20HIGIENE%20DAS%20M%C3%83OS.pdf>>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Anexo 02: protocolo para prevenção de úlceras por pressão. Brasília: Ministério da Saúde/ANVISA/FIOCRUZ, 2013. Acesso em 22 nov 2013. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/hotsite/segurancadopaciente/documentos/julho/PROTOCOLO%20ULCERA%20POR%20PRESS%C3%83O.pdf>>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Anexo 03: protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos. Brasília: MS/ANVISA, 2013. Acesso em 21 nov 2013. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/hotsite/segurancadopaciente/documentos/julho/Protocolo%20Identifica%C3%A7%C3%A3o%20do%20Paciente.pdf>>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Linha do cuidado do infarto agudo do miocárdio na rede de atenção às urgências. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Acesso em 23 nov 2013. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/linha_cuidado_iam_rede_atencao_urgencia.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Cadernos de Atenção Básica, n. 37. Acesso em 23 nov 2013. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_37.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. Manual de rotinas para atenção ao AVC. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Acesso em 21 nov 2013. Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_rotinas_para_atencao_avc.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Cadernos de Atenção Básica, n. 36. Acesso em 23 nov 2013. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_36.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Procedimentos. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Cadernos de Atenção Primária n. 30. Acesso em 23 nov 2013. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad30.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Programa Nacional de Imunizações. Acesso em 21 nov 2013. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1448>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Cadernos de Atenção Básica, n. 33. Acesso em 21 nov 2013. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/caderno_33.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Acesso em 23 nov 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. 1.ed., 2. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Acesso em 23 nov 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_mulher_principios_diretrizes.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e

Gestão do SUS. Acolhimento e classificação de risco nos serviços de urgência. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 56 p. Acesso em 23 nov 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_classificacao_risco_servico_urgencia.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Dengue: manual de enfermagem. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Acesso em 23 nov 2013. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2013/Out/02/dengue_enfermagem_2ed_web.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de aconselhamento em hepatites virais. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Acesso em 22 nov 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/politicas/hepatites_aconselhamento.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Acesso em 23 nov 2013. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manual_de_recomendacoes_tb.pdf>.

MORTON, P. G.; FONTAINE, D. K.; HUDAK, C. M.; GALLO, B. M. Cuidados críticos de enfermagem: uma abordagem holística. Trad. Ivone Evangelista Cabral, José Eduardo Ferreira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

POSSO, M. B. S. Semiologia e semiotécnica de enfermagem. São Paulo: Atheneu, 1999.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENFERMEIROS DE CENTRO CIRÚRGICO, RECUPERAÇÃO ANESTÉSICA E CENTRO DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO - SOBECC. Práticas recomendadas da SOBECC: Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material E Esterilização. 6. ed. São Paulo: SOBECC, 2013.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA / SOCIEDADE BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO / SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEFROLOGIA. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. Arq Bras Cardiol, v. 95, n.1, supl.1, p. 1-51; 2010. Acesso em 21 nov 2013. Disponível em: http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2010/Diretriz_hipertensao_ERRATA.pdf.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. I Diretriz de Ressuscitação cardiopulmonar e cuidados cardiovasculares de emergência da Sociedade Brasileira de Cardiologia. Arq Bras Cardiol, v. 101, n.2, supl.3, p.1-221; 2013. Acesso em 21 nov 2013. Disponível em <http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2013/Diretriz_Emergencia.pdf>.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE ASSISTENTE DE SAÚDE - TÉCNICO DE IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA

1. Ortopedia e traumatologia: identificação de problemas e cuidados nesse setor. 2. Organização no processo de trabalho em ortopedia e traumatologia. 3. Anatomia e fisiologia humana. 4. Fisiopatologia do trauma. 5. Primeiros socorros e suporte básico de vida. 6. Semiologia ortopédica. 7. Ética profissional. 8. Higiene e profilaxia. 9. Aparelhos gessados, Órteses e próteses ortopédicas. 10. Trações. 11. Imaginologia. 12. Noções técnicas de ortopedia. 13. Noções de doenças reumáticas. 14. Bandagens e técnicas de imobilização. 15. Conhecimentos básicos do instrumento específico. 16. Fraturas, luxações, contusões, entorses e ferimentos em geral: procedimentos básicos específicos do técnico. 17. Normas de biosegurança. 18. Técnicas de imobilizações e posicionamentos, complicações com imobilizações. 19. Aplicação e armazenamento de gesso sintético. 20. Densitometria óssea: osteoporose e fraturas patológicas. 21. Técnicas de imobilizações, teoria, abordagem e prática.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ADAMS, John C ; HAMBLIN, David L. Manual de Ortopedia. 11ª ed - Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

APOSTILA DE IMOBILIZAÇÕES. ASTEGO - Ortopedia e traumatologia pratica, diagnóstico e tratamento. Livraria e Editora Revinter LTDA, 2009.

BLECK, E.E.; DUCKWORTH, Nelly e HUNTER, Nancy. Atlas de Técnicas de Enyesado em Ortopedia. 2. ed. Editora Panamericana: Buenos Aires/Argentina, 1976.

BOVÉ, Toni. Técnicas de imobilizações. Mosby-Doyma Libros, SA 6ª edição, 1995.

CAMARGO, Flávio P; FUSCO, Enéas Brasiliense. Técnicas de Imobilização. Campbell Orthopaedics, 10ª edição. CAMARGO, Flávio Pires de; FUSCO, Eneasw Brasiliense e CARAZZATO, João Gilberto. Técnicas

de Imobilização. Cidade Editora Científica Ltda: Rio de Janeiro e Johnson & Johnson S/A Indústria e Comércio: São Paulo, 1988.

D'ANGELO, José Geraldo; FATTINI, Carlo Américo. Anatomia humana básica. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2002.

FATTINI, D. Anelo. Anatomia Humana Sistêmica e Segmentar. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 1998.

FREIRE, Carlos da Silva. A Folha Médica. Da Imobilização Gessada em Traumatologia. Vol. 50, número 1. Janeiro/1975. p.57-80.

GRAY. Anatomia. 35. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1979.

KAWAMOTO, Emília Emi. Anatomia e Fisiologia Humana. 2 ed. São Paulo: EPU, 2003.

HIVATA, Mário Hiroyuki. Manual de Biossegurança. São Paulo: Manole 2002. NETTER Frank H; GREENE, Walter. Netter Ortopedia. São Paulo: Ed. Elsevier, 2007.

REIS, Fernando Baldy dos. Fraturas. 2. ed. Editora Atheneu: São Paulo, 2005. RIBAK, Samuel. Manual do técnico de imobilizações ortopédicas. Universidade Federal de medicina de São Paulo. S0BOTTA. Atlas de Anatomia Humana. 19. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1990.

WINSTON, Robert. O Livro do corpo Humano. 2007.

G. de Sousa, & Pardini. Clínica ortopédica. Doenças osteometabólicas - Vol 4 n.2 Junho/2003. Editores Lindomar Guimarães Oliveira, Cesar Luiz Lima. Editora MedsiBarros, Wesley. Técnico de gesso teoria e abordagem na prática. 1ª ed. Editora Obscurus, Brasília-DF, 2008-08-13.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE ASSISTENTE DE SAÚDE - TÉCNICO EM LABORATÓRIO

1. Biossegurança. 1.1 Uso de EPIS, equipamentos de proteção coletiva. 1.2 Descontaminação e eliminação de dejetos em laboratórios de análises clínicas. 1.3 Uso correto de substâncias químicas utilizadas em laboratórios clínicos. 1.4 Procedimentos diante de eventuais acidentes profissionais. 2. Normas. 2.1 Para coleta de sangue, secreções e raspados. 2.2 Principais anticoagulantes usados e suas funções. 2.3 Preparo de soluções ácidas, básicas ou neutras (concentração, normalidade e molaridade). 3. Hematologia 3.1 Material para colheita de sangue. 3.2 Micro hematócrito. 3.3 Microscopia óptica. 3.4 Plasma e hemácias. 3.5 Esfregaços sanguíneos, corantes hematológicos, hemograma, imunohematologia (tipagem sanguínea, prova reversa, provas cruzadas, Coombs direto e indireto), contagem de reticulócitos, hemácias, leucócitos, plaquetas, eosinófilos. 3.6 VHS, teste de falcização de hemácias, coagulograma, TAP, TTPA e pesquisa de célula LE. 3.7 Determinação dos grupos sanguíneos do sistema ABO e do sistema Rh. 3.8 Anemias, Leucemias. 3.9. Doação de sangue. 3.10 Doenças transmissíveis pelo sangue. 4. Bioquímica clínica. 4.1 Preparo de reagentes, pipetagem, diluições, uso do espectrofotômetro. 4.2. Exames que sofrem interferência de amostras hemolisadas, ictericas ou lipêmicas. 4.3 Proteinúria de 24 horas e Depuração da Creatinina. 4.4 Dosagens no sangue de: albumina, TGP, TGO, amilase, bilirrubina, cálcio, cloretos, colesterol, HDL, LDL, colinesterase, creatinina, ferro, fosfatases, fosfolípides, glicose, hemoglobina, lípidos totais, potássio, proteínas totais, sódio, triglicérides, urato, ureia. 5. Microbiologia. 5.1. Preparo e coloração de lâminas (Gram, Ziehl Nielsen), preparo de corantes, meios de cultura para fungos e bactérias, sementeiras para isolamento e identificação de bactérias e fungos. 5.2. Tipos de meios usados de acordo com o material a ser semeado. 5.3. Classificação das bactérias de acordo com a afinidade pelos corantes. 6. Imunologia. 6.1 Diluições de amostras, hemaglutinação indireta, floculação, Enzima imunoensaio, imunofluorescência direta e indireta, reações de aglutinação do látex. 6.2. PCR. 6.3 Teste de gravidez, VDRL. 6.4 Fixação do complemento. 6.5 Radioimunoensaio. 7. Líquidos corporais. 7.1. EAS, rotina do liquor, líquido pleural, líquido ascítico, líquido pericárdico e líquido sinovial. 8. Parasitologia. 8.1 Técnicas usadas no preparo das fezes para pesquisa de ovos, larvas e cistos. 8.2. Morfologia de ovos, larvas, cistos e trofozoítas. 8.3 Pesquisa de sangue oculto e gordura fecal. 9. Saúde Pública. 9.1 Biologia sanitária. 9.2 Imunização. 9.3 Poluição e saneamento ambiental. 9.4 Epidemiologia.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Bier, O. Microbiologia e imunologia. 30. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994.

Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasil. Ministério da Saúde. Manual de

Bacteriologia da Tuberculose. 2ª. Ed. 1994.

Carvalho, F. Técnicas médicas de hematologia e imuno-hematologia, 7ª. Ed. COOPMED, Editora, Belo Horizonte, 2002, 341p.

Coelho, C. Carvalho, A. C. Manual de parasitologia humana. 2ª. Ed. Editora ULBRA, Canoas, RS, 2005, 263p.

Dols. Reagentes e equipamentos para laboratório Ltda. 1994.

Ferreira, W. A. Ávila, S. L. M.; Diagnóstico laboratorial, 2ª. Edição, Ed. Guanabara Koogan, RJ, 2001, 443p.

Girel, A. L. e cols. Fundamentos de imuno-hematologia eritrocitária. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

Gold Analisa Diagnóstica. Manual de produtos e técnicas. Belo Horizonte, 2002, 86p.

Lima, A. Oliveira et. al. Métodos de laboratório aplicado à clínica: técnica e interpretação. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

Neves, D.P. Parasitologia humana. 11ª. Ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2005. Resolução - RDC n. 153, de 14 de Julho de 2004.

Regulamento Técnico para procedimentos hemoterápicos. Saúde, O. E. P. Hemoterapia, Vol. I Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2000, 164p.

Trabulsi, L. R. Microbiologia. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2004. Vallada, E.P. Manual de técnicas hematológicas. Rio de Janeiro, Atheneu, 1988.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE ASSISTENTE DE SAÚDE - TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA

1. Prótese Parcial Fixa. 1.1. Princípios dos preparos com finalidade protética; 1.2. restaurações provisórias; 1.3. retentores intrarradiculares; 1.4 registros inter-oclusais; 1.5. restaurações indiretas metálicas, metalocerâmicas e livres de metal. 2. Prótese Parcial Removível. 2.1. Classificação dos arcos parcialmente desdentados (Classificação de Kennedy); 2.2. delineadores; 2.3. componentes de uma PPR; 2.4. apoios oclusais e nichos; 2.5. grampos (retenção e oposição); 2.6. conectores maiores e menores; 2.7. selas; 2.8. planejamento em PPR. 3. Prótese Total. 3.1. Moldagem preliminar; 3.2. obtenção do modelo de estudo; 3.3. confecção de moldeira individual; 3.4. moldagem funcional; 3.5. obtenção do modelo de trabalho; 3.6. confecção de bases de prova e planos de cera. 4. Procedimentos laboratoriais em prótese dentária. 4.1. Montagem de dentes artificiais; 4.2. inclusão; 4.3. prensagem; 4.4. acrilização; 4.5. fundição; 4.6. desinfecção de moldes; 4.7. acabamento, polimento e limpeza de peças protéticas; 4.8. obtenção de modelos. 5. Fundamentos das próteses sobre implantes. 6. Princípios de oclusão e anatomia dentária aplicados à prótese dentária. 7. Articuladores. 8. Materiais dentários aplicados à prótese dentária. 9. Estética aplicada à prótese dentária.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

ANUSAVICE KJ. Phillips: materiais dentários. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

CARDOSO AC. Oclusão: para mim e para você. São Paulo: Santos, 2003.

CARDOSO AC e colaboradores. O passo-a-passo da prótese sobre implante: da 2ª etapa cirúrgica à reabilitação final. São Paulo: Santos, 2005.

DINATO JC, POLIDO WD. Implantes osseointegrados: cirurgia e prótese. São Paulo: Artes Médicas, 2001.

FRADEANI M et al. Reabilitação estética em prótese fixa. V. 1. Análise estética: uma abordagem sistemática para o tratamento protético. São Paulo: Quintessence, 2006.

GARONE NETTO N, BURGER RC. Inlay e onlay: metálica e estética. São Paulo: Santos, 1998.

KINA S, BRUGUERA A. Invisível: restaurações estéticas cerâmicas. 2. ed. Maringá: Dental Press, 2008.

KLIEMANN C, Oliveira W. Manual de prótese parcial removível. São Paulo: Santos, 1999.

PERORARO LF et al. Prótese fixa. São Paulo: Artes Médicas, 2004.

SHILLINGBURG HT et al. Fundamentos dos preparos dentários: para restaurações metálicas e de porcelana. 3. ed. São Paulo: Quintessence, 1997.

TELLES D. Prótese total: convencional e sobre implantes. São Paulo: Santos, 2009.

TODESCAN R et al. Atlas de prótese parcial removível. São Paulo: Santos, 1996.

TURANO JD, TURANO LM. Fundamentos da prótese total. 6 ed. São Paulo: Santos, 2002.

PICOSSE, M. Anatomia Dentária. 4 ed. Sarvier. 1983.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE ASSISTENTE DE SAÚDE - TÉCNICO EM RADIOLOGIA

1. Conhecimentos técnicos sobre operacionabilidade de equipamentos em radiologia. 2. Câmara escura: manipulação de filmes, chassis, écrans reveladores e fixadores, processadora de filmes. 3. Câmara clara: seleção de exames, identificação; exames gerais e especializados em radiologia. 4. Fluxograma técnico-administrativo: registro do paciente, identificação. 5. Encaminhamento de laudos, arquivamento. 6. Métodos de imagem: tomografia, ressonância magnética, hemodinâmica, mamografia, exames contrastados. 7. Anatomia. posicionamento, técnicas e protocolos para realização de exames em radiologia geral, contrastada, tomografia computadorizada e ressonância magnética. 8. Física da radiação ionizante. 9. Meios de proteção à radiação. 10. Filmes e processos de revelação.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Kellen Adriana Curci Daros & Almir Inacio da Nobrega. Técnicas em Ressonância Magnética Nuclear. Ed. Atheneu 1º Edição 2006.

Almir Inácio da Nobrega. Manual de Tomografia Computadorizada. Ed. Atheneu 1º Edição 2007.

Biasoli. Técnicas Radiográficas: Princípios Físicos, Anatomia Básica Posicionamento – Ed. Rubio 1º Edição 2006.

Bontrager, Kenneth L. -Lampignano, John P. Tratado de Posicionamento Radiográfico e Anatomia Associada Ed. Elsevier 7º Edição 2009.

Mello Junior, Carlos – Revisitar Radiologia Básica Ed. Revisitar 1º Edição 2010 Fleckenstein, Traum-Jesen Anatomia em Diagnóstico por Imagens Ed. Manole 2º Edição 2004.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE ASSISTENTE DE SAÚDE - TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

1. Sistema Único de saúde: 1.1. Constituição Federal. 1.2 Lei 8080 e 8142. 2. Promoção de saúde: 2.1. Conceito. 2.2. Cartas de intenções. 3. Educação em saúde bucal: 3.1. Conceito. 3.2. Recursos instrucionais. 3.3. Recursos utilizados em procedimentos coletivos e individuais. 4. Prevenção em saúde bucal: 4.1. Conceito. 4.2. Métodos e substâncias utilizadas. 4.3. Medidas de impacto coletivo e individual. 5. Cárie Dentária: 5.1. Conceito e etiologia. 5.2. Meios de controle/prevenção. 5.3. Epidemiologia no Brasil, Goiás, Goiânia. 6. Doenças periodontais: 6.1. Conceito e etiologia. 6.2. Meios de prevenção. 6.3. Técnicas de raspagem e polimento supragengival. 6.4. Epidemiologia. 7. Recuperação/reabilitação da saúde bucal: 7.1. Notação dentária. 7.2. Especialidades em odontologia. 7.3. Noções básicas de endodontia. 7.4. Noções básicas de cirurgia. 7.5. Noções básicas de prótese dentária. 8. Materiais restauradores: 8.1. Amálgama, resina composta, ionômetro de vidro e outros. 8.2. Manipulação do material restaurador. 8.3. Indicação de uso. 8.4. Cuidado no descarte. 8.4. Recomendações no acondicionamento. 9. Materiais de proteção do complexo dentino-pulpar: 9.1. Tipos, indicações e manipulação do material forrador. 9.2. Cuidado no acondicionamento e no descarte. 10. Biossegurança: 10.1. Equipamento de proteção individual e coletivo. 10.2. Normas de controle de infecção (limpeza, desinfecção, esterilização etc. 10.3. Prevenção Padrão do Ministério da Saúde. 10.4. Doenças infecto-contagiosas mais prevalentes de interesse odontológico. 10.5. Gerenciamento de resíduos nos serviços de saúde (RDC n. 306). 11. Radiologia odontológica: 11.1. Técnicas de obtenção de radiografias periapicais e bitewing. 11.2. Revelação e encartonamento. 12. Código de ética odontológica: 12.1. Lei que regulamenta a profissão de TSB (Lei n. 11.889/08). 13. Ergonomia: 13.1. Trabalho a quatro-mãos. 13.2. Posições ergonômicas. 14. Administração de consultório: 14.1. Controle de estoque. 14.2. Acondicionamento de material de consumo. 14.3. Técnicas de arquivamento de prontuários. 15. Metas da Organização Mundial da Saúde relacionadas à saúde bucal.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ÁLVARES, L. C.; TAVANO, O. Curso de radiologia em odontologia. 3ª Edição. Ed Santos. São Paulo, 1993.

ANDRADE, S.M. DE SOARES, D.A.; CORDONI JUNIOR, L. Bases da saúde coletiva. Curitiba: UEL, 2001.

ANUSAVICE, K.J. Phillips. Materiais dentários. 11a ed, Rio de Janeiro, Elsevier, 2005, 800p.

APOSTILA DO CURSO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO NA ÁREA DE SAÚDE, Módulos I, II, III - CEP-SAÚDE. Goiânia-GO. BARATIERI et. Al. Dentística; Procedimentos preventivos e restauradores, Rio de Janeiro, Ed. Santos, 1990. BRASIL. Lei no 11.889, de 24 de dezembro de 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios. Ministério da Saúde, Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde. 3ª edição. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, ANVISA. Brasília, Ed. Anvisa, Serviços Odontológicos: Prevenção e Controle de Riscos, 2006, p.152.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde Ambiental e Gestão de Resíduos de Serviços de saúde. Brasília, Ministério da Saúde, 2002.

BUISCHÉ, Y. P. Promoção de saúde bucal na clínica odontológica. São Paulo, Artes Médicas, EAP-APCD, v.22, 2000, 360p.

CAMPOS, GWS, et. al. Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

CÓDIGO DE ÉTICA ODONTOLÓGICO. Conselho Federal de Odontologia, 2006.

CORREA, M.S.N.P.- Odontopediatria na primeira infância – 1ª edição, Ed. Santos, São Paulo, 1998.

ESTRELA, C. Controle de infecção em odontologia. São Paulo, Artes Médicas, 2003.

FEJERSKOV, Ole. KIDD, Edwina. Cárie Dentária A Doença e seu Tratamento Clínico. São Paulo: Editora Santos, 2005.

FUNARI, S. Biossegurança no consultório odontológico IN: BUISCHI, Yvonne de P. (org.) Promoção de saúde bucal na clínica odontológica. São Paulo, Artes Médicas: EAP-APCD, 2000.

GIOVANELLA, L (org.) Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

GUIMARÃES JR, J. Biossegurança e controle da infecção cruzada em consultórios odontológicos. São Paulo, Santos, 2001, 536 p.

LINDHE, Jan. Tratado de periodontia clínica. Rio de Janeiro: Interamericana, 1992.

MANUAL ROTINA DE PROCEDIMENTOS DE DESCONTAMINAÇÃO DAS CLÍNICAS DA ABO-GO - 2ª edição 1998.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, SECRETARIA DE POLÍTICAS DE SAÚDE, COORDENAÇÃO NACIONAL DE DST E AIDS. Controle de infecção e a prática odontológica em tempos de aids: manual de condutas. Brasília: Ministério da Saúde, 2000, 118p.

MONDELLI, J. et al. Fundamentos de dentística operatória. São Paulo, Santos, 2006, capítulo 3 Instrumento operatórios p. 25-46. PINTO. V.G. Saúde bucal coletiva. São Paulo. Santos, 4. ed, 2000, 541p.

RAMOS, D. L. P. Fundamentos de Odontologia. Bioética e ética profissional. São Paulo: Guanabara-Koogan, 2007.

Site: www.saude.gov.br Site: www.anvisa.gov.br SITE: WWW.FUNASA.GOV.BR.

CARGOS COM REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE FISCAL DE SERVIÇOS URBANOS

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura, interpretação e análise de textos de diferentes gêneros textuais. Efeitos de sentidos produzidos nos textos. 2. Linguagem verbal e não-verbal. 3. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: metáfora, metonímia, paralelismo, ambiguidade, citação, pressuposto, subentendido, inferência, ironia, intertextualidade etc. 4. Uso de artigos, pronomes, substantivos e outros recursos estabelecadores da referência textual. 5. Utilização de mecanismos discursivos e linguísticos de coerência e coesão textuais (escolha lexical, progressão temática paralelismo sintático e/ou semântico, escolha e relevância dos tópicos e informações em relação ao tema e ao ponto de vista assumido, orientação e força dos argumentos, repetição, retomadas, anáforas, conectivos, pontuação), conforme o gênero e os propósitos do texto. 6.

Funcionalidade e características dos gêneros textuais: ofício, memorando, e-mails, carta comercial, carta pessoal, aviso, charge, conto, crônica, tira, artigo de opinião e artigo de divulgação científica, reportagem, notícia, propaganda institucional/educativa, caricatura. 7. Funcionalidade e características dos diferentes discursos (jornalístico, político, acadêmico, publicitário, literário, científico, etc.). Análise de indicadores presentes no texto para identificar as várias vozes do discurso e o ponto de vista que determina o tratamento dado ao conteúdo para confrontá-lo com o de outros textos, com outras opiniões e posicionar-se criticamente diante dele. 8. Organização da frase. Sujeito e complemento sintáticos. Tempos e modos verbais. Modalidade. Voz verbal. Concordância verbal e nominal. Regência dos nomes e dos verbos. Adjetivos. Advérbios. Preposições. Conjunções. 9. Formação das palavras. Composição, derivação. Acentuação gráfica. 10. Variação linguística: sociocultural, geográfica, histórica. Variação entre modalidades da língua (fala e escrita). Usos da língua no universo virtual. 11. Língua padrão normativa. 12. Ortografia oficial. 13. Pontuação.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ABAURRE, M. L. M.; ABAURRE, M. B. M. Produção de texto. Interlocução e gêneros. São Paulo: Moderna, 2007.
ANDRADE, M. M.; HENRIQUES, A. Língua portuguesa: noções básicas para cursos superiores. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
BAGNO, M. Preconceito linguístico. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.
BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
DOUGLAS, TUFANO, MICHAELIS Guia Prático da Nova Ortografia. São Paulo: Melhoramentos, 2009.
FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições do texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2002.
ILARI, R.; BASSO, R. O português da gente. São Paulo: Contexto, 2006.
KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. A coerência Textual. São Paulo: Contexto, 2008.
KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto: 2007.
MAINGUENEAU, D. Análise de Textos de Comunicação. São Paulo: Cortez, 2001.
MEDEIROS, J. B. Português instrumental. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
NEVES, M. H. M. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
TRAVAGLIA, L. C. Gramática: Ensino plural. São Paulo: Cortez, 2003.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Princípios constitucionais da administração pública. 1.1 Entidades e órgãos públicos. 2. Ato administrativo: conceito; requisitos; atributos; classificação; espécies; invalidação; anulação; revogação; prescrição. 3. Poderes e deveres dos administradores; uso e abuso de poder. poder hierárquico e poder disciplinar. 3.1. Poder de polícia administrativa: conceito; competência. 3.2. Poder de polícia originário e delegado; fundamentos; finalidade; atuação da administração; limites; características; legitimidade e sanções. 4. Agentes públicos: regimes jurídicos funcionais; servidores públicos; normas constitucionais específicas concernentes aos servidores públicos; direitos e deveres dos servidores públicos; responsabilidades dos servidores públicos; concurso público; acessibilidade, estabilidade, remuneração e acumulação de cargos e funções; Poder disciplinar administrativo dos servidores públicos; Sindicância e processo administrativo. 5. Administração pública na Constituição Federal: disposições gerais; servidores públicos. 6. Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n. 8.429, de 02 de junho de 1992).

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988. Título III- Cap VII - Da Administração Pública – Art. 37 a 41. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 13 março de 2012.
BRASIL. Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm . Acessado em 13 março de 2012.
CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro, Forense.
_____, José. Elementos de direito constitucional. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000.
DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 22.ª Ed. Atlas.
MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro. 35.ª Ed., 2009.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição: conceito, objeto e classificações; supremacia da Constituição; aplicabilidade das normas constitucionais; Interpretação das normas constitucionais; vigência e eficácia das normas constitucionais. 2. Princípios fundamentais. 3. Ações Constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança e mandado de injunção. 4. Controle de constitucionalidade: sistemas difuso e concentrado; ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental. 5. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; direitos de nacionalidade; direitos políticos. 6. Organização político-administrativa na Constituição Federal: União, Estados e Municípios. 7. Poder Legislativo: processo legislativo; fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 8. Poder Judiciário: disposições gerais; Supremo Tribunal Federal; Conselho Nacional de Justiça; Superior Tribunal de Justiça; Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; Tribunais e Juízes do Trabalho; Conselho Superior da Justiça do Trabalho. 9. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público; Advocacia Pública; Advocacia e Defensoria Públicas. 10. Segurança Pública.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm . Acessado em 13 março de 2012.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - Título III- Cap VII – Da Administração Pública – Seção II- Dos Servidores Públicos – Art. 39 a 41. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm . Acessado em 13 março de 2012.

LEI Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm . Acessado em 13 março de 2012.

CRETELLA JÚNIOR, José. Elementos de direito constitucional. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000.

MORAES, A. Direito Constitucional. 24.^a Ed, 2.009.

SILVA, J. A. Curso de Direito Constitucional Positivo, 32.^a Ed., 2009., 32.^a Ed., 2009.

DIREITO CIVIL (DIREITOS REAIS)

1. Da Posse. 1.1. Da posse e sua classificação. 1.2. Da aquisição da posse. 1.3. Dos efeitos da posse. 1.3.1. Da perda da posse. 2. Dos direitos reais. 2.1. Disposições Gerais. 3. Da Propriedade. 3.1. Da Propriedade em geral. 3.2. Da aquisição da propriedade imóvel. 3.3. Da aquisição da propriedade móvel. 3.4. Da perda da propriedade 3.5. Dos direitos de vizinhança. 3.6. Do Condomínio Geral. 3.7. Do condomínio edilício. 3.8. Da propriedade resolúvel. 3.9. Da propriedade fiduciária. 4. Da Superfície. 5. Das servidões. 5.1. Da constituição das servidões. 5.2. Do exercício das servidões. 5.3. Da extinção das servidões. 6. Do usufruto. 6.1. Disposições gerais. 6.2. Dos direitos do usufrutuário. 6.3. Dos deveres do usufrutuário. 6.4. Da extinção do usufruto. 7. Do uso. 8. Da habitação. 9. Do direito do promitente comprador. 10. Do penhor, da hipoteca e da anticrese. 10.1. Disposições gerais.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ASSIS NETO, Sebastião José de. Curso básico de direito civil: direito das coisas. Niterói: Impetus, 2010.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Direitos reais. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FIUZA, César. Direito civil: curso completo. 14. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

GOMES, Orlando. Direitos reais. 20 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

LISBOA, Roberto Senise. Manual de direito civil: volume 4 : direitos reais e direitos intelectuais. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MELO, Marco Antônio Bezerra de. Direito das coisas. 4 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus. Curso de direito civil: volume 3 : direito das coisas. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

PEREIRA, Caio Mário da Silva; MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rego. Instituições de direito civil: volume 4 : direitos reais : posse, propriedade, direitos reais de fruição, garantia e aquisição. 19. ed., de acordo com o Código civil de 2002 Rio de Janeiro: Forense, 2008.

RIZZARDO, Arnaldo. Direito das coisas. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
RODRIGUES, Silvio. Direito civil: direito das coisas. v.5. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. Direito civil: volume 4 : direito das coisas. 2. ed. atual. e ampl. São Paulo: GEN: Método, 2009.
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: direitos reais. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO/FUNÇÃO DE FISCAL DE SERVIÇOS URBANOS

1. Lei Complementar n. 123 de 26/12/90 – “Dispõe sobre o Código de Obras e Edificações do Município de Senador Canedo e dá outras providências”. 2. Lei Complementar n. 1317 de 28/12/07 - “Dispõe sobre Aprovação do Plano Diretor Democrático do município de Senador Canedo e dá outras providências”. 3. Lei Complementar n. 1379 de 19/12/08 – “Institui a nova Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do município de Senador Canedo e dá outras providências”. 4. Lei Complementar n. 1391 de 30/03/09 – “Introduz novos parâmetros urbanísticos quanto a afastamento em edificações e dá outras providências”. 5. Lei Complementar n. 1374 de 19/12/08 – “Institui o Alvará de Regularização no município de Senador Canedo, para construções irregulares não concluídas e dá outras providências”. 6. Lei Complementar n. 1375 de 19/12/08 – “Institui o Alvará de Aceite no município de Senador Canedo, para construções irregulares não concluídas e dá outras providências”. 7. Lei Complementar n. 1463 de 21/12/09 – “Introduz modificações na Leis n. 1374 e 1375 de 19 de dezembro de 2008 e dá outras providências”. 8. Decreto n. 109 de 15/01/09 – “Dispõe sobre as exigências de estacionamento de Veículos e de Área para Cargas e Descargas em Veículos e dá outras providências”. 9. Lei n. 1.596/2011– da nova redação ao Código de Posturas do município de Senador Canedo e dá outras providências.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Sítio: www.senadorcanedo.go.gov.br

Legislações disponíveis em <http://www.senadorcanedo.go.gov.br/v5/leis.php>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura, interpretação e análise de textos de diferentes gêneros textuais. Efeitos de sentidos produzidos nos textos. 2. Linguagem verbal e não-verbal. 3. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: metáfora, metonímia, paralelismo, ambiguidade, citação, pressuposto, subentendido, inferência, ironia, intertextualidade etc. 4. Uso de artigos, pronomes, substantivos e outros recursos estabelecidos da referência textual. 5. Utilização de mecanismos discursivos e linguísticos de coerência e coesão textuais (escolha lexical, progressão temática paralelismo sintático e/ou semântico, escolha e relevância dos tópicos e informações em relação ao tema e ao ponto de vista assumido, orientação e força dos argumentos, repetição, retomadas, anáforas, conectivos, pontuação), conforme o gênero e os propósitos do texto. 6. Funcionalidade e características dos gêneros textuais: ofício, memorando, e-mails, carta comercial, carta pessoal, aviso, charge, conto, crônica, tira, artigo de opinião e artigo de divulgação científica, reportagem, notícia, propaganda institucional/educativa, caricatura. 7. Funcionalidade e características dos diferentes discursos (jornalístico, político, acadêmico, publicitário, literário, científico, etc.). Análise de indicadores presentes no texto para identificar as várias vozes do discurso e o ponto de vista que determina o tratamento dado ao conteúdo para confrontá-lo com o de outros textos, com outras opiniões e posicionar-se criticamente diante dele. 8. Organização da frase. Sujeito e complemento sintáticos. Tempos e modos verbais. Modalidade. Voz verbal. Concordância verbal e nominal. Regência dos nomes e dos verbos. Adjetivos. Advérbios. Preposições. Conjunções. 9. Formação das palavras. Composição, derivação. Acentuação gráfica. 10. Variação linguística: sociocultural, geográfica, histórica. Variação entre modalidades da língua (fala e escrita). Usos da língua no universo virtual. 11. Língua padrão normativa. 12. Ortografia

Oficial. 13. Pontuação.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ABAURRE; M. L. M.; ABAURRE; M. B. M. Produção de texto. Interlocução e gêneros. São Paulo: Moderna, 2007.

ANDRADE, M. M.; HENRIQUES, A. Língua portuguesa: noções básicas para cursos superiores. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BAGNO, M. Preconceito linguístico. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.

BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

DOUGLAS, TUFANO, MICHAELIS Guia Prático da Nova Ortografia. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições do texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2002.

ILARI; R.; BASSO, R. O português da gente. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. A coerência Textual. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto: 2007.

MAINGUENEAU, D. Análise de Textos de Comunicação. São Paulo: Cortez, 2001.

MEDEIROS, J. B. Português instrumental. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NEVES, M. H. M. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

TRAVAGLIA, L. C. Gramática: Ensino plural. São Paulo: Cortez, 2003.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Princípios Constitucionais da Administração Pública. Entidades e órgãos públicos. 2. Ato administrativo: conceito; requisitos; atributos; classificação; espécies; invalidação; anulação; revogação; prescrição. 3. Poderes e deveres dos administradores; uso e abuso de poder. 3.1. Poder hierárquico e poder disciplinar. Poder de polícia administrativa: conceito; competência; Poder de polícia originário e delegado; fundamentos; finalidade; atuação da administração; limites; características; legitimidade e sanções. 4. Agentes públicos: regimes jurídicos funcionais; servidores públicos; normas constitucionais específicas concernentes aos servidores públicos; direitos e deveres dos servidores públicos; responsabilidades dos servidores públicos; concurso público; acessibilidade, estabilidade, remuneração e acumulação de cargos e funções; Poder Disciplinar Administrativo dos Servidores Públicos; Sindicância e processo administrativo. 5. Administração Pública na Constituição Federal: disposições gerais; servidores públicos. 6. Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992).

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988. Título III- Cap VII - Da Administração Pública – Art. 37 a 41. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 13 março de 2012.

BRASIL. Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm . Acessado em 13 março de 2012.

CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro, Forense.

_____, José. Elementos de direito constitucional. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000.

DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 22.^a Ed. Atlas.

MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro. 35.^a Ed., 2009.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição: conceito, objeto e classificações; supremacia da Constituição; aplicabilidade das normas constitucionais; Interpretação das normas constitucionais; vigência e eficácia das normas constitucionais. 2. Princípios fundamentais. 3. Ações Constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança e mandado de injunção. 4. Controle de constitucionalidade: sistemas difuso e concentrado; ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental. 5. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; direitos de nacionalidade; direitos políticos. 6. Organização político-administrativa na Constituição Federal: União, Estados e Municípios. 7. Poder Legislativo: processo legislativo; fiscalização contábil, financeira e

orçamentária. 8. Poder Judiciário: disposições gerais; Supremo Tribunal Federal; Conselho Nacional de Justiça; Superior Tribunal de Justiça; Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; Tribunais e Juízes do Trabalho; Conselho Superior da Justiça do Trabalho. 9. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público; Advocacia Pública; Advocacia e Defensoria Públicas. 10. Segurança Pública.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acessado em 13 março de 2012.
CRETELLA JÚNIOR, José. Elementos de direito constitucional. 4. ed. rev., atual e ampl. – São Paulo :
Editora Revista dos Tribunais, 2000.
MORAES, A. Direito Constitucional. 24.^a Ed, 2.009.
SILVA, J. A. Curso de Direito Constitucional Positivo, 32.^a Ed., 2009.

AUDITORIA

1. Objetivos, finalidade e tipos de auditoria. 2. Planejamento, execução e relatórios. 3. Riscos de auditoria e controle interno. 4. Evidências, amostragem e papéis de trabalho. 5. Procedimentos de auditoria. 6. Revisão analítica, testes de saldos e classes de transações. 7. Normas relativas a formação de opinião do auditor.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ATTIÊ, W. Auditoria: conceitos e aplicações. São Paulo: Atlas, 2010.
ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: um curso moderno e completo. São Paulo: Atlas, 2010.
BOYNTON, W.C; JOHNSON, R.N; KELL, W. G. Auditoria. São Paulo: Atlas, 2002.
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica – NBC TA – Normas Brasileiras de Auditoria convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria Independente (ISAs) emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), 2009.
LINS, Luís dos Santos. Auditoria: Uma abordagem prática com ênfase na auditoria externa. São Paulo: Atlas, 2011.
PEREZ Jr., José Hernandez. Auditoria das demonstrações contábeis: Normas e Procedimentos. São Paulo: Atlas, 2012.
PEREIRA, Alexandre Demetrius. Auditoria das Demonstrações Contábeis: Uma abordagem jurídica e contábil. São Paulo: Atlas, 2011.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. O poder de tributar: competência tributária e capacidade tributária. 2. Tributo: conceito e espécies (taxas, impostos, contribuição de melhoria e contribuições sociais / especiais). 3. Limitações ao poder de tributar: princípios e imunidades. 4. Legislação tributária: fontes do Direito Tributário, vigência, aplicação, integração e interpretação. 5. Obrigação tributária: conceito e espécies (principal e acessória). 6. Sujeitos ativos da obrigação tributária. 7. Sujeito passivo da obrigação tributária: contribuinte e responsável, solidariedade, responsabilidade por substituição, por sucessão, o terceiro responsável, responsabilidade por infrações. 8. Lançamento: competência, regras e modalidades. 9. Crédito tributário: suspensão. 10. Crédito tributário: extinção. 11. Crédito tributário: exclusão. 12. Administração tributária: fiscalização.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário Esquematizado. 6a.ed. São Paulo: Método, 2012.
CASSONE, Vittorio. Direito Tributário. 23a.ed. São Paulo: Atlas, 2012.
SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário, 5a.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
CONSTITUIÇÃO FEDERAL – SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL ,
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>
CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Código Tributário do Município de Senador Canedo.

Lei n. 779/2001, com as alterações.

Legislações disponíveis em <http://www.senadorcanedo.go.gov.br/v5/leis.php>

MATEMÁTICA FINANCEIRA

1. Juros simples, Descontos Simples e Equivalência de Fluxos de Caixa. 2. Montante e Capital. 3. Juros compostos e Descontos. 4. Inflação e Correção Monetária. 5. Taxas de Juros. 6. Séries Uniformes. 7. Séries Não Homogêneas. 8. Sistemas de Amortização.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ASSAF NETO, A. Matemática Financeira e suas Aplicações. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. Matemática Financeira com HP 12C e Excel. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DA SILVA, André Luiz Carvalhal. Matemática Financeira Aplicada. São Paulo: Atlas, 2010.

GIMENES, C. M. Matemática Financeira com HP 12 c e Excel: Uma Abordagem Descomplicada. 1ª ed. São Paulo: Pearson, 2006.

GOMES, J. M.; MATHIAS, W. F. Matemática Financeira. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VERAS, Lila. Ladeira. Matemática Financeira. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CARGO/FUNÇÃO ANALISTA JURÍDICO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Princípios Constitucionais da Administração Pública. Entidades e órgãos públicos. 2. Ato administrativo: conceito; requisitos; atributos; classificação; espécies; invalidação; anulação; revogação; prescrição. 3. Poderes e deveres dos administradores; uso e abuso de poder; Poder hierárquico e Poder disciplinar; Poder de polícia administrativa: conceito; competência; Poder de polícia originário e delegado; fundamentos; finalidade; atuação da administração; limites; características; legitimidade e sanções. 4. Agentes Públicos: regimes jurídicos funcionais; servidores públicos; normas constitucionais específicas concernentes aos servidores públicos; direitos e deveres dos servidores públicos; responsabilidades dos servidores públicos; concurso público; acessibilidade, estabilidade, remuneração e acumulação de cargos e funções; Poder disciplinar administrativo dos servidores públicos; Sindicância e processo administrativo; 5. Administração pública na Constituição Federal: disposições gerais; servidores públicos. 6. Lei de Improbidade administrativa (Lei Federal n. 8.429, de 02 de junho de 1992).

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988. Título III- Cap VII - Da Administração Pública – Art. 37 a 41. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 13 março de 2012.

BRASIL. Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm . Acessado em 13 março de 2012.

CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro, Forense.

_____, José. Elementos de direito constitucional. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000.

DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 22.ª Ed. Atlas.

MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro. 35.ª Ed., 2009.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição: conceito, objeto e classificações; supremacia da Constituição; aplicabilidade das normas constitucionais; Interpretação das normas constitucionais; vigência e eficácia das normas constitucionais. 2. Princípios fundamentais. 3. Ações Constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança e

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E TECNOLOGIA
EDITAL N. 002/2013

mandado de injunção. 4. Controle de constitucionalidade: sistemas difuso e concentrado; ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental. 5. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; direitos de nacionalidade; direitos políticos. 6. Organização político-administrativa na Constituição Federal: União, Estados e Municípios. 7. Poder Legislativo: processo legislativo; fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 8. Poder Judiciário: disposições gerais; Supremo Tribunal Federal; Conselho Nacional de Justiça; Superior Tribunal de Justiça; Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; Tribunais e Juízes do Trabalho; Conselho Superior da Justiça do Trabalho. 9. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público; Advocacia Pública; Advocacia e Defensoria Públicas. 10. Segurança Pública.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm . Acessado em 13 março de 2012.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - Título III- Cap VII – Da Administração Pública – Seção II- Dos Servidores Públicos – Art. 39 a 41. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm . Acessado em 13 março de 2012.

LEI Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm . Acessado em 13 março de 2012.

CRETELLA JÚNIOR, José. Elementos de direito constitucional. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000.

MORAES, A. Direito Constitucional. 24.^a Ed, 2.009.

SILVA, J. A. Curso de Direito Constitucional Positivo, 32.^a Ed., 2009., 32.^a Ed., 2009.

DIREITO CIVIL

1. Lei de Introdução às normas do direito brasileiro. 2. Das pessoas naturais. Das pessoas jurídicas. Do domicílio. 3. Dos bens. 4. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico; Dos atos jurídicos lícitos e ilícitos. 4.1. Da prescrição e decadência. 5. Do direito das obrigações. Modalidades das obrigações; Da transmissão das obrigações; Do adimplemento e extinção das obrigações; Do inadimplemento das obrigações e suas consequências. 6. Direitos reais e direitos reais de garantia. 7. Da Responsabilidade civil. Responsabilidade contratual e extracontratual. Dano patrimonial e moral. 8. Direito das sucessões; Loteamento; Incorporação imobiliária; Registros Públicos; Estatuto da cidade e a Lei complementar n. 95, de 26 de fevereiro de 1998.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ASSIS NETO, Sebastião José de. Curso básico de direito civil: direito das coisas. Niterói: Impetus, 2010.

FACHIN, Luis Edson. Estatuto jurídico do patrimônio mínimo. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

FIUZA, César. Direito civil: curso completo. 14. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. Curso de Direito Civil. 6 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1996.

MELO, Marco Antônio Bezerra de. Direito das coisas. 4 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus. Curso de direito civil. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

PEREIRA, Caio Mário da Silva; MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rego. Instituições de direito civil. 19. ed., de acordo com o Código civil de 2002 Rio de Janeiro: Forense, 2008.

RODRIGUES, Silvio. Direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. Direito civil. 2. ed. atual. e ampl. São Paulo: GEN: Método, 2009.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 . Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm . Acessado em 13 março de 2012.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Da jurisdição e da ação. 2. Das partes e dos procuradores. 3. Do Ministério Público. 4. Dos órgãos judiciários e dos auxiliares da justiça. 5. Dos atos processuais. 6. Da formação, da suspensão e da extinção do processo. 7. Do processo e do procedimento. 8. Do procedimento ordinário. 9. Dos recursos. 10. Do processo de execução. 11. Do processo cautelar. 12. Dos procedimentos especiais.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ALVIM NETO, José Manoel de Arruda. Manual do Processo Civil. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

BERMUDES, Sergio. Direito processual civil: estudos e pareceres. São Paulo - SP: Saraiva, 2002.

GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro - Vol. 1. São Paulo – SP: Saraiva Editores, 2003. 260p.

MIRANDA, Gilson Delgado; PIZZOL, Patrícia Miranda. Processo civil: recursos. SP: Atlas, 2002.

PORTANOVA, Rui. Princípios do Processo Civil. 4ª edição. São Paulo: Livraria do Advogado 2002, p.43 a 47.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. Elementos de Direito Processual Civil. 2ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

STRECK, Lenio Luiz. Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual. Rio de Janeiro - RJ: Companhia Forense, 2004.

_____. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Rio de Janeiro.39. ed. RJ: Forense, 2003.

DIREITO PENAL

1. Infração penal: elementos, espécies. 2. Sujeito ativo e sujeito passivo. 3. O fato típico e seus elementos; crime consumado e tentado; pena da tentativa; concurso de crimes; ilicitude e causas de exclusão; punibilidade; excesso punível; culpabilidade (elementos e causas de exclusão). 4. Imputabilidade penal. 5. Concurso de pessoas. 6. Crimes contra a pessoa. 7. Crimes contra o patrimônio. 8. Crimes contra a fé pública. 9. Crimes contra a administração pública.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal. 5. ed., rev. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2005.

GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte especial. 4.ed. Niterói, Rio de Janeiro. Impetus, 2007. Volume III.

JESUS, Damásio E. de. Código penal anotado. 11. ed. rev. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2001.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Código penal interpretado. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NUCCI, Guilherme de Souza. . Código penal comentado. 11. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: R. dos Tribunais, 2012.

PRADO, Luiz Regis. Comentários ao Código Penal: doutrina, jurisprudência selecionada, leitura indicada. São Paulo: R. dos Tribunais, 2002.

PRADO, Luiz Regis. . Curso de direito penal brasileiro, volume 2: parte especial : arts. 121 a 183. 2. ed. rev., atual. e ampl. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Teoria geral da prova penal; Conceito de prova; Objeto da prova; Evolução e características dos sistemas probatórios contemporâneos; O Direito à prova no Brasil: textos constitucionais, convenções internacionais e leis ordinárias; Princípios gerais da prova; Sistema de apreciação; Classificação das provas; Meios de prova; A verdade real e a verdade formal; Limites ao direito à prova; Prova ilícita e prova ilegítima; O princípio da proporcionalidade; Sigilo das comunicações; A Lei nº 9.296, de 24/07/96: comentários ; Ônus da prova; Prova emprestada; O alibi; O princípio do *in dubio pro reo*. 2. Das provas em geral; Do exame de corpo de delito e outras perícias; Do interrogatório do acusado; Da confissão; Retratabilidade e divisibilidade; Valor probante; Perguntas ao ofendido; Das testemunhas; Capacidade; Obrigação e recusa em depor; Pessoas proibidas de depor; Contradita: oportunidade; Compromisso; Do reconhecimento de pessoas e coisas; Acareação; Prova documental. Documento: conceito, autenticidade, admissibilidade, oportunidade para apresentação; Índícios e presunções: definições; Valor probante; Busca e apreensão; Busca domiciliar e pessoal; O mandado e o auto de busca e apreensão; A busca sem mandado; Restituição de coisas apreendidas. 3. Atos de comunicação processual; Generalidades; Citação; Conceito; Classificação; Efeitos da citação válida; Citação por mandado; Citação por precatória; Citação do militar; Citação do preso; Citação do funcionário público; Citação por edital; Citação por rogatória; Intimação; Distinção entre intimação e notificação; Prazos processuais e sua contagem; O termo *a quo* e o termo *ad quem*; Prazos contínuos e peremptórios. 4. Processo; Definição de processo; Processo e procedimento:

distinção; Sistemas processuais; Pressupostos de existência da relação processual; Pressupostos de validade da relação processual; Dos processos em espécie; Procedimento comum ordinário, sumário e sumaríssimo; Procedimento dos crimes da competência do Tribunal do Júri. 5. Sentença. Definição; Generalidades; Natureza jurídica; Classificação das decisões; Conceito de sentença em sentido estrito; Classificação das sentenças em sentido estrito; Requisitos formais da sentença; Embargos declaratórios; Princípio da correlação; *Emendatio libeli*; *Mutatio libeli*; Sentença absolutória: hipóteses e efeitos; Sentença absolutória imprópria; Sentença condenatória; Efeitos; Intimação da sentença. 6. Teoria Geral dos Recursos; Noções fundamentais- Conceito; Natureza jurídica; Classificação; Princípios gerais dos recursos; Requisitos de admissibilidade dos recursos penais: pressupostos objetivos e pressupostos subjetivos; Efeitos; Extinção. 7. Dos recursos em espécie: generalidades. Apelação; Recurso em sentido estrito; Embargos infringentes e de nulidade; Embargos declaratórios; Agravo em execução; Carta testemunhável; Correição parcial; Recurso ordinário constitucional; Recurso especial; Recurso extraordinário; *Reformatio in pejus* e *reformatio in melius*. 8. Das ações de impugnação; Revisão criminal; Habeas corpus; Mandado de segurança em matéria penal.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. Editora Saraiva.
GOMES, Luís Flávio e CERVIN, Raúl. Interceptação Telefônica – Lei nº 9.296, de 24.07.96. In: Revista dos Tribunais.
GRECO FILHO, Vicente. Manual de Processo Penal. Editora Saraiva.
GRINOVER, Alda Pellegrini e outros. As nulidades no processo penal. Malheiros Editores.
_____. Recursos no processo penal. In: Revista dos Tribunais.
JARDIM, Afrânio Silva. Direito Processual Penal. Editora Forense.
MIRABETE, Júlio Fabríni. Código de Processo Penal Interpretado. Editora Atlas.
NORONHA, E. Magalhães. Curso de Direito Processual Penal. Editora Saraiva.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de Processo Penal Comentado. 2 vol. Saraiva.
_____. Prática de Processo Penal. Editora Saraiva.

REGIMENTO INTERNO DO TJ-GO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

1. Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. 1.1. Da organização e da competência. 1.2. Da ordem do serviço judicial. 1.3. Dos processos. 1.4. Dos procedimentos administrativos. 1.5. Da reforma e da interpretação do regimento e das disposições finais. 2. Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás e legislações posteriores. 2.1. Da divisão judiciária. 2.2. Dos órgãos judiciários. 2.3. Dos auxiliares da justiça. 2.4. Do provimento, do exercício e da vacância dos cargos da justiça. 2.5. Das vantagens e outros direitos. 2.6. Do regime disciplinar. 2.7. Do expediente forense. 2.8. Das disposições finais e transitórias.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Regimento interno do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.
Lei n. 9.129 (22/12/1981) – dispõe sobre o Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás.
Lei n. 10.459 (22/02/1988) – modifica e complementa a legislação relativa à Organização Judiciária Estadual.
Lei n. 11.029 (28/11/1989) – modifica e complementa a legislação relativa à Organização Judiciária do Estado e dá outras providências.
Lei n. 13.243 (13/01/1998) – modifica a Organização Judiciária do Estado de Goiás e dá outras providências.
Lei n. 13.644 (12/07/2000) – modifica a Organização Judiciária do Estado de Goiás e dá outras providências.
Lei n. 16.167/ (28/11/2007) – dispõe sobre a estrutura auxiliar específica da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e dá outras providências.
Lei n. 16.307 (17/07/2008) – modifica a Organização Judiciária do Estado de Goiás e dá outras providências.
Lei n. 16.435 (20/12/2008) – modifica a Organização Judiciária do Estado de Goiás, criando comarcas e varas judiciais, e dá outras providências.

Lei n. 16.600 (23/07/2009) – modifica a Organização Judiciária do Estado de Goiás e dá outras providências.

Lei n. 16.872 (06/01/2010) – modifica a Lei n. 9.129, de 22 de dezembro de 1981, que, com alterações posteriores, dispõe sobre o Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás.

Lei n. 17.522/(20/12/2011) – modifica a Organização Judiciária do Estado de Goiás, criando varas judiciais em Comarcas de entrância intermediária, e dá outras providências.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – ANALISTA EDUCACIONAL

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura, interpretação e análise de textos de diferentes gêneros textuais. Efeitos de sentidos produzidos nos textos. 2. Linguagem verbal e não verbal. 3. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: metáfora, metonímia, paralelismo, ambiguidade, citação, pressuposto, subentendido, inferência, ironia, intertextualidade etc. 4. Uso de artigos, pronomes, substantivos e outros recursos estabelecadores da referência textual. 5. Utilização de mecanismos discursivos e linguísticos de coerência e coesão textuais (escolha lexical, progressão temática paralelismo sintático e/ou semântico, escolha e relevância dos tópicos e informações em relação ao tema e ao ponto de vista assumido, orientação e força dos argumentos, repetição, retomadas, anáforas, conectivos, pontuação), conforme o gênero e os propósitos do texto. 6. Funcionalidade e características dos gêneros textuais: ofício, memorando, e-mails, carta comercial, carta pessoal, aviso, charge, conto, crônica, tira, artigo de opinião e artigo de divulgação científica, reportagem, notícia, propaganda institucional/educativa, caricatura. 7. Funcionalidade e características dos diferentes discursos (jornalístico, político, acadêmico, publicitário, literário, científico, etc.). Análise de indicadores presentes no texto para identificar as várias vozes do discurso e o ponto de vista que determina o tratamento dado ao conteúdo para confrontá-lo com o de outros textos, com outras opiniões e posicionar-se criticamente diante dele. 8. Organização da frase. Sujeito e complemento sintáticos. Tempos e modos verbais. Modalidade. Voz verbal. Concordância verbal e nominal. Regência dos nomes e dos verbos. Adjetivos. Advérbios. Preposições. Conjunções. 9. Formação das palavras. Composição, derivação. Acentuação gráfica. 10. Variação linguística: sociocultural, geográfica, histórica. Variação entre modalidades da língua (fala e escrita). Usos da língua no universo virtual. 11. Língua padrão normativa. Ortografia oficial. Pontuação.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ABAURRE; M. L. M.; ABAURRE; M. B. M. Produção de texto. Interlocução e gêneros. São Paulo: Moderna, 2007.

ANDRADE, M. M.; HENRIQUES, A. Língua portuguesa: noções básicas para cursos superiores. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BAGNO, M. Preconceito linguístico. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.

BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

DOUGLAS, TUFANO, MICHAELIS Guia Prático da Nova Ortografia. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições do texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2002.

ILARI; R.; BASSO, R. O português da gente. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. A coerência Textual. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto: 2007.

MAINGUENEAU, D. Análise de Textos de Comunicação. São Paulo: Cortez, 2001.

MEDEIROS, J. B. Português instrumental. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NEVES, M. H. M. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.

TRAVAGLIA, L. C. Gramática: Ensino plural. São Paulo: Cortez, 2003.

CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS OS CARGOS DE ANALISTA

EDUCACIONAL

1. Teorias pedagógicas. 1.1. Teorias educacionais 1.2. Relação sociedade e educação. 1.3. Pensamento pedagógico brasileiro. 2. Currículo teoria e prática. 2.1. Teorias curriculares. 2.2. Currículo, interdisciplinaridade e transversalidade. 2.3. Currículo e Avaliação. 3. Didática e práticas de ensino. 3.1. Gestão e organização da sala de aula. 3.2. Planejamento educacional. 3.3. A função social do ensino e suas relações com os processos de ensinar e aprender. 4. Avaliação educacional 4.1. A avaliação no contexto das políticas educacionais e sua repercussão no processo ensino-aprendizagem. 4.2. Funções da avaliação escolar e a análise dos resultados. 4.3. Relações entre as avaliações em larga escala e o currículo escolar. 4.4. Práticas avaliativas: sujeitos, objetos e métodos da avaliação. 5. Organização da educação brasileira/legislação educacional/políticas educacionais 5.1. Bases legais que norteiam a educação brasileira. 5.2. As políticas educacionais e a construção da escola pública brasileira. 5.3. A organização e a estrutura dos sistemas de ensino no Brasil. 5.4. Políticas de Inclusão. 6. Tecnologias da comunicação e informação nas práticas educativas. 6.1. As tecnologias da comunicação e informação nas práticas educativas. 6.2. Mídias, tecnologias e práticas educativas. 6.3. O educador e as tecnologias da comunicação e informação.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOSA, Andreza. AS IMPLICAÇÕES DOS BAIXOS SALÁRIOS PARA O TRABALHO DOCENTE NO BRASIL. Anais da 35ª ANPED, GT 05, 2012. Disponível em: <http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT05%20Trabalhos/GT05-2468_int.pdf> Acesso em 03/09/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez.1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 7 de abril de 2010. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em <portal.mec.gov.br> Acesso em 03/09/2013.

BRASIL. Conselho Nacional de educação. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010.

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em <portal.mec.gov.br> Acesso em 03/09/2013.

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: *Revista de Ciência da Educação*/Centro de Estudos Educação e Sociedade – Vol. 31, n. 112 – São Paulo: Cortez, Campinas, Cedes, jul.-set. 2010.

FARIA, Vitória Líbia Barreto de; DIAS, Regina Teixeira de Salles. Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos. São Paulo: Scipione, 2007 (Percursos).

FRANCO, Maria Amélia R.S. Pedagogia como ciência da educação. São Paulo : Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia- Saberes necessários à prática docente. São Paulo:Paz e Terra, 2000.

FERNANDES, Claudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos. Currículo e Avaliação. In: *Indagações sobre Currículo*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

DOURADO, Luiz Fernandes Dourado (Org.). Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas. Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

JANTSCH, Ari Paulo; BIANCETTI, Lucídio (orgs.). Interdisciplinaridade: para além da Filosofia do sujeito. Petrópolis, RJ: Vozes,1995.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 10ª edição revista e ampliada - São Paulo: Cortez, 2012. (coleção docência em formação: saberes pedagógicos / coordenação Selma Garrido Pimenta).

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2011, p. 27-72.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa, CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. In: *Indagações sobre Currículo*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

OLIVEIRA, João Ferreira de; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. Trabalho Docente na Educação Básica em Goiás. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Editora Ática, 1997.

Retratos da Escola / Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce) – v. 4, n. 6, Jan./Jun. 2010- Brasília: CNTE, 2010 (Dossiê “Estado e Políticas Educacionais: o novo

PNE”).

Retratos da Escola / Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce) – v. 4, n. 7, jul./dez. 2010 – Brasília: CNTE, 2010 (Dossiê “Educação Básica Obrigatória”).

ROTHEN, José Carlos; BARREYRO, Gladys Beatriz (Orgs). *Avaliação da Educação: diferentes abordagens críticas*. São Paulo: Ed. Xamã, 2011.

SACRISTÁN, José Gimeno; GÓMEZ, Pérez. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia no Brasil: história e teoria. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SHIROMA, Eneida O; MORAES, Maria C. M; EVANGELISTA, Olinda. Política Educacional. 4ªed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

VIEIRA, Sofia L. Educação Básica política e gestão da escola. Brasília: Liber Livro, 2009.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CARGO/FUNÇÃO ANALISTA EDUCACIONAL - FONOAUDIÓLOGO

1. Motricidade orofacial: avaliação dos órgãos fonoarticulatórios e das funções neurovegetativas e neuroanatomofisiologia dos órgãos fonoarticulatórios. 2. Disfagia: anatomofisiologia, avaliação e as alterações da deglutição, diagnóstico diferencial e conduta terapêutica nos distúrbios deglutitórios. 3. Audiologia: avaliação audiológica infantil e do adulto, triagem auditiva neonatal, neuroanatomofisiologia dos órgãos da audição. 4. Voz: distúrbios da voz e seus aspectos clínicos, prevenção, avaliação, diagnóstico diferencial e conduta fonoaudiológica nos distúrbios vocais, neuroanatomofisiologia dos órgãos fonoarticulatórios. 5. Linguagem: desenvolvimento normal e patologias, condutas fonoaudiológicas nos distúrbios da comunicação.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Cláudia R.F. & LIMONGI, S.C.O. Disfagia, prática baseada em evidências. São Paulo, SP: Ed. Sarvier, 2012.

BEHLAU, Mara. O livro do especialista. São Paulo, SP: 1 edição Book toy, 2001.

CARVALHO, Marcus R & TAVARES, Luís A.M. Amamentação. Rio de Janeiro, RJ: Editora Guanabara-Koogan, 2010.

CARVALHO, Viviane de & BARBOSA, E. A. Fononcologia. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Revinter, 2012.

FERNANDES, Fernanda D.M. et al (Org.). Tratado de Fonoaudiologia, Segunda Edição. São Paulo, SP. Editora Roca, 2010.

FERRAZ, Maria da C. A. Manual Prático de Motricidade Orofacial - Avaliação e Tratamento. São Paulo, SP: 6ª edição Book Toy, 2011.

ORTIZ, Karin Z. - organizadora. Distúrbios Neurológicos Adquiridos - Linguagem e Cognição. Barueri, SP: Ed. Manole, 2005.

PENA-CASANOVA, Jordi e PAMIES, Montserrat P. Reabilitação da Afasia e Transtornos Associados. Barueri, SP: Ed. Manole, 2005.

RUSSO, Ieda C.P. & SANTOS, Teresa, M.M. Prática da Audiologia Clínica. São Paulo, SP: Book Toy, 2011.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CARGO/FUNÇÃO ANALISTA EDUCACIONAL - ESPECIALISTA EM ENSINO FUNDAMENTAL

1. Educação no mundo contemporâneo a relação sociedade e educação, teorias pedagógicas. 1.2. A organização e a estrutura dos sistemas de ensino no Brasil. 1.3. Educação infantil, educação para os anos iniciais do ensino fundamental, educação de adolescentes, jovens e adultos, educação para a diversidade nas séries iniciais do ensino fundamental. 2. A organização e a gestão das instituições educacionais: a organização do trabalho pedagógico na escola para as séries iniciais do Ensino Fundamental. 2.1. Planejamento educacional. 2.2. Currículo (teoria e prática). 2.2.1. Teorias curriculares. 2.2.2. Currículo e

avaliação. 2.2.3. Parâmetros curriculares nacionais. 2.3. Diretrizes Curriculares Nacionais. 2.4. Projeto político pedagógico: concepção, formulação, construção, avaliação. 2.5. Plano de ensino. 2.6. Projetos didáticos de trabalho. 2.7. Plano de aula. 3. O trabalho do profissional da educação: processos de ensino aprendizagem e construção do conhecimento para as séries iniciais do Ensino Fundamental. 3.1. A mediação pedagógica. 3.2. Avaliação da aprendizagem. 3.3. Concepções de avaliação da aprendizagem e práticas avaliativas. 3.4. Processos e instrumentos de avaliação. 3.5. Avaliação educacional. 3.5.1. A avaliação no contexto das políticas educacionais e sua repercussão no processo ensino-aprendizagem nas séries iniciais do Ensino Fundamental. 4. Didática e práticas de ensino utilizada no ensino fundamental. 4.1. Metodologias de ensino: 4.2. Metodologia de alfabetização. 4.3. Metodologia de matemática. 4.4. Metodologia de Ciências. 4.5. Metodologia de História e Geografia. 5. A formação de professores: a relação teoria-prática, a identidade e a profissionalização docente que atua nas séries iniciais do ensino fundamental. 5.1. As perspectivas de formação docente. 5.2. Formação inicial e formação continuada. 5.3. Saberes especializados da docência. 5.4. A pesquisa na formação e na prática dos professores que atua nas séries iniciais do Ensino Fundamental. 5.5. Dimensão ética da profissão docente. 6. As tecnologias da comunicação e informação nas práticas educativas. 6.1. O educador e as tecnologias da comunicação e informação. 7. Disciplina, indisciplina e motivação da aprendizagem. 8. Interdisciplinaridade e transversalidade. 9. Inclusão educacional. 10. Legislação educacional: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Diretrizes Curriculares da Educação Básica; Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e adultos. 10.1 Políticas Educacionais da educação básica. 10.2. A construção da escola pública brasileira para o Ensino Fundamental. 10.3. A organização e a estrutura dos sistemas de ensino no Brasil para o Ensino Fundamental.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

AGUIAR, Maria Aparecida Lapa de. A criança de seis anos e o ensino fundamental. Anais da 35ª Reunião Anual da ANPED, GT 10, 2012. Disponível em: [35ª reuniao.anped.org.br](http://35reuniao.anped.org.br) Acesso em: 03/09/2013.

ALONSO, Kátia Morosov. Tecnologias da informação e da comunicação e formação de professores: sobre rede e escola. EDUC. SOC., Campinas, v. 29, n. 104 – Especial, p. 747-768, out. 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em agosto de 2013.

ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em escola reflexiva. (Capítulos I, 2 e 4). São Paulo: Cortez, 2003.

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas, SP, Papirus, 2001.

AQUINO, Júlio Groppa. Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas. São Paulo : Moderna, 2003.

AQUINO, Júlio Groppa (org.). A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. In: Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.

BARBOSA, Andreza. AS IMPLICAÇÕES DOS BAIXOS SALÁRIOS PARA O TRABALHO DOCENTE NO BRASIL. Anais da 35ª ANPED, GT 05, 2012. Disponível em: <http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT05%20Trabalhos/GT05-2468_int.pdf> Acesso em 03/09/2013.

BORTONI-RICARDO, S. M.; MACHADO, V. R.; CATANHEIRA, S. F. Formação do professor como agente letrador. SP: Editora Contexto, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 7 de abril de 2010. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em <portal.mec.gov.br> Acesso em 03/09/2013.

BRASIL. Conselho Nacional de educação. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em <portal.mec.gov.br> Acesso em 03/09/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16110&Itemid=936 Acesso em: 03/09/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E TECNOLOGIA
EDITAL N. 002/2013

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11 Acesso em 03/09/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Organização: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf> Acesso em: 03/09/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez.1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB Nº 01/2000. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12816&Itemid=866>.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf Acesso em 03/09/2013.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. Brasília, 1997.

BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília, 1998.

CANDAU, Vera Maria (Org.). Didática Crítica Intercultural: aproximações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CARNEIRO, Moacir Alves. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. Petrópolis: Vozes, 2012.

CATANI, Denice Barbara; GALLEGO, Rita de Cassia. Avaliação. São Paulo: Editora UNES, 2009.

CRUZ, Shirleide Pereira da Silva; NETO, José Batista. Discutindo os elementos estruturantes da profissionalidade polivalente na docência nos anos iniciais do ensino fundamental. Anais da 35ª Reunião Anual da ANPED, GT 08, 2012. Disponível em: 35ª reunião. Anped.org.br Acesso em: 03/09/2013.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, violência e cotidiano escolar. In: Reinventar a escola. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 137-166.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Presença da pedagogia: teoria e prática da ação socioeducativa. (Capítulos II, V e X). São Paulo: Global, 1999.

DOURADO, Luiz Fernandes Dourado (Org.). Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas. Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: *Revista de Ciência da Educação*/Centro de Estudos Educação e Sociedade – Vol. 31, n. 112 – São Paulo: Cortez, Campinas, Cedes, jul.-set. 2010.

FANTIN, Monica; RIVOLTELLA, Pier Cesare. Interfaces da docência (des)conectada: usos das mídias e consumos culturais de professores. <http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT16-6512--Int.pdf> Acesso em 03/09/2013.

FARIA, Vitória Líbia Barreto de; DIAS, Regina Teixeira de Salles. Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos. São Paulo: Scipione, 2007 (Percursos).

FRANCO, Maria Amélia R.S. Pedagogia e Prática docente São Paulo : Cortez, 2012.

FRANCO, Maria Amélia R.S. Pedagogia como ciência da educação. São Paulo : Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia- Saberes necessários à prática docente. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, P.; MACEDO, D. Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FERNANDES, Claudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos. Currículo e Avaliação. In: *Indagações sobre Currículo*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

GALVÃO, Izabel; Henri Wallon: Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis, 1995. (Educação e Conhecimento).

GERALDI, Corinta Maria Grisolia; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro de A. Cartografias do trabalho docente: professor (a)pesquisador (a). Campinas, SP, Mercado das Letras, 1998.

GIMENO. José Sacristán; GÓMEZ, Pérez. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mito e Desafio: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre : Editora Mediação, 34ª ed. Revista, 2003.

HOFFMANN, Jussara. Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação. Porto Alegre: Mediação, 1998.

HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

- IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional. São Paulo: Cortez, 2000.
- INTER-AÇÃO. Revista da Faculdade de Educação da UFG, Dossiê educação inclusiva. Goiânia: Editora da UFG, v.31, n.2, jul./dez.2006.
- INTER-AÇÃO. Revista da Faculdade de Educação da UFG, Dossiê infância. Goiânia: Editora da UFG, v.33, n.2, jul./dez.2008.
- JANTSCH, Ari Paulo; BIANCETTI, Lucídio (orgs.). Interdisciplinaridade: para além da Filosofia do sujeito. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- KISHIMOTO, Tizuko M. (Org.) Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática e trabalho docente: a mediação didática do professor nas aulas. In: Concepções e práticas de ensino num mundo em mudança: diferentes olhares para a didática. Goiânia, CEPED/PUC Goiás, 2011. p. 85-100.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 10ª edição revista e ampliada - São Paulo: Cortez, 2012. (coleção docência em formação: saberes pedagógicos / coordenação Selma Garrido Pimenta).
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2ª ed. São Paulo : Cortez, 2013.
- LIMA, Maria Socorro. Estágio e aprendizagem da profissão docente. Brasília: Liber livro, 2012.
- LISITA, Verbena Moreira; SOUSA Luciana Freire (org.) Políticas Educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- LUCKESI. C.C. O ato de avaliar a aprendizagem como componente do ato pedagógico. In: *Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico*. São Paulo: Cortez, 2011, p. 147-178.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2011, p. 27-72.
- MACEDO, Nélia Mara Rezende. Crianças e redes sociais: uma proposta de pesquisa online. Anais da 35ª Reunião Anual da ANPED, GT 16, 2012. Disponível em: 35ª reunião. Anped.org.br Acesso em: 03/09/2013.
- MACHADO, Maria Margarida. Formação de professores para EJA: uma perspectiva de mudança. Retratos da Escola. Revista Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE. Brasília, n. 2/3, 2010.
- MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R.G.; ARANTES, V.A. (Org). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.
- MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti, et al. Escola e aprendizagem da docência: processos de Investigação e formação. São Carlos : EdUFSCar, 2002.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa, CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. In: *Indagações sobre Currículo*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.
- OLIVEIRA, João Ferreira de; OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. Trabalho Docente na Educação Básica em Goiás. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012.
- OLIVEIRA, Ana Flávia Teodoro de Mendonça; ARAÚJO, Clarissa Martins de. A formação de professores para a educação inclusiva: um olhar sobre os saberes docentes do professor-formador. Anais da 35ª Reunião Anual da ANPED, GT 08, 2012. Disponível em: 35ª reunião. Anped.org.br Acesso em: 03/09/2013.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade de. Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. São Paulo: Vozes, 2012.
- OLIVEIRA, Inês B. e PAIVA, Jane. Educação de Jovens e Adultos. Petrópolis, RJ: DP Et. Alii, 2009.
- OLIVEIRA, Maria Rita N.S; PACHECO, José Augusto (orgs). Currículo, didática e formação de professores. Campinas SP : Papyrus, 2013.
- PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- QUILES Cláudia Natália Saes. As salas de tecnologias educacionais: modos de "ensinar" e de "aprender" como traduções de cultura escolar. Disponível em: <http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT16-6469--Int.pdf> Acesso em 03/09/2013.
- PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- Retratos da Escola / Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce) – v. 4, n. 6, Jan./Jun. 2010- Brasília: CNTE, 2010 (Dossiê “Estado e Políticas Educacionais: o novo PNE”).
- REALI, Aline Maria de Medeiros Rodrigues; MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti (orgs.). Formação de professores, práticas pedagógicas e escola. São Carlos : EdUFSCar, 2002.
- RECH, Ilona Patrícia Freire. A "hora da atividade" no cotidiano das instituições. In: FILHO MARTINS, Altino José. *Infância plural - crianças do nosso tempo*. Porto Alegre: Mediação, 2006, p.59-84.
- REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: uma perspectiva histórico cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 2007.

Retratos da Escola / Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce) – v. 4, n. 7, jul./dez. 2010 – Brasília: CNTE, 2010 (Dossiê “Educação Básica Obrigatória”).

RIOS, Terezinha Azeredo Rios. Ética e Competência. São Paulo, Cortez, 2005.

ROSA, Dalva E. Gonçalves, SOUZA, Vanilton Camilo (org.). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ROTHEN, José Carlos; BARREYRO, Gladys Beatriz (Orgs). *Avaliação da Educação: diferentes abordagens críticas*. São Paulo: Ed. Xamã, 2011.

SACRISTÁN, José Gimeno; GÓMEZ, Pérez. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia no Brasil: história e teoria. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SELBACH, Simone et al. Língua portuguesa e didática. Coord. Celso Antunes. Petrópolis: Vozes, 2010 (Coleção como Bem Ensinar).

SHIROMA, Eneida O; MORAES, Maria C. M; EVANGELISTA, Olinda. Política Educacional. 4ªed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

TOLEDO, Marília Barros de Almeida. Teoria e Prática de matemática: como dois e dois. 1 ed. São Paulo: FTD, 2010.

TOSCHI, Mirza Seabra. Leitura na tela: da mesmice à inovação. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás., 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2006.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico: um documento e um movimento participativo. In: *Educação Básica e Educação Superior*: projeto político-pedagógico. São Paulo: Papirus, 2004, p. 77 a 82.

VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). Didática: o ensino e suas relações. 18ª ed. Campinas, SP : Papirus, 2012.

VIEIRA, Sofia L. Educação Básica política e gestão da escola. Brasília: Liber Livro, 2009.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CARGO/FUNÇÃO ANALISTA EDUCACIONAL - ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO INFANTIL

1. Desenvolvimento e aprendizagem. 2. Desenvolvimento da criança na primeira infância. 3. A construção do pensamento e da linguagem. 4. Competências e habilidades da criança de zero a seis anos. 5. Conceitos básicos da Educação Infantil. 6. Aprender e ensinar na educação infantil. 7. Planejamento, execução de atividade e avaliação na educação infantil. 8. Organização do tempo e do espaço das atividades. 9. Interdisciplinaridade. 10. Inclusão escolar. 11. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI. 12. Relação educação escola e sociedade. 13. Sociedade e cultura brasileira. 14. Concepções político-filosóficas de educação. 15. O papel político, ético e social do professor. 16. Psicologia da educação desenvolvimento e aprendizagem: concepções e teorias. 17. A relação professor, aluno e escola. 18. Cotidiano escolar: Desenvolvimento e aprendizagem. 19. O processo de ensino-aprendizagem. 20. Instrumentos metodológicos da aprendizagem. 21. Meio ambiente e qualidade de vida. 22. Ética e cidadania. 23. Referenciais curriculares nacionais. Legislação: Conceitos básicos da educação nacional contidos na LDB 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional atualizada. 24. Leis que alteram a LDB 9394/96. Direitos e Deveres da criança e do adolescente previstos na Lei 8069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente atualizado. Lei nº 11.185 / 2005 - altera o artigo 11 da Lei 8069/90.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ARIÈS, Philippe. História social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BASSEDAS, Eulália. Aprender e ensinar na Educação Infantil. Artmed, 1999.

CAMPOS, Maria Malta. A legislação, as Políticas nacionais de educação infantil e a realidade: desencontros e desafios. In: MACHADO, Maria Lúcia de A. Machado. Encontros e desencontros em Educação Infantil. SP: Cortez, 2002.

CORSINO, Patrícia (Org.). Educação Infantil: cotidiano e políticas. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2009.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de e PALHARES, Marina Silveira.(orgs). Educação Infantil Pós - LDB: rumos e desafios. Campinas: Autores Associados; São Carlos: UFSCAR;

Florianópolis: UFSC, 2001.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Educação Infantil Pós-LDB: Rumos e Desafios. Autores Associados, 2003.

FAZENDA. Ivani Catarina Arantes. Didática e interdisciplinaridade. Papirus, 2002.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação na pré-escola. Editora mediação 2005.

KRAMER, Sonia. (coord). Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil. São Paulo: Ática, 2002.

Machado. Encontros e desencontros em Educação Infantil. SP: Cortez, 2002

MEC. Brasil. RCNEI - Referencial curricular Nacional para a educação infantil. Volumes 1, 2 e 3. MEC. Brasil.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais para o primeiro e segundo ciclos do Ensino Fundamental. Brasília.

MEC. Pró-letramento: Programa de formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental: Alfabetização e Linguagem/ Secretaria de Educação Básica - Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica.

MUKHINA, Valeria. Psicologia da Idade Pré - Escolar. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NICOLAU, MARIETA Lúcia Machado. A educação pré-escolar: fundamentos e didática. São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação Infantil. Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação Infantil: muitos olhares. Editora Cortez.

Política Nacional de Educação Infantil : pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Básica.

Referencial Curricular Nacional p/a Ed. Infantil (volumes 1, 2 e 3) Brasília: MEC/CEF, 1998

SANTOS, Santa Marli Pires dos. Brinquedo e infância: um guia para pais e educadores. Petrópolis: Vozes, 1999.

VIGOTSKII, LURIA E LEONTIEV. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2001.

Legislação:

LDB 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional atualizada.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA - Lei nº 8.069, de 13.07.1990 atualizada.

Lei nº 11.185 / 2005 - altera o artigo 11 da Lei 8069/90.

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI.

MEC. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil, volumes 1 e 2. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica - Brasília. DF, 2008.

MEC. Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil, Encarte 1-2, 2008. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica - Brasília, 2008.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CARGO/FUNÇÃO ANALISTA EDUCACIONAL - ESPECIALISTA EM PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

1. Teoria, princípios e valores da Gestão. 2. Perspectivas da Gestão Escolar. 3. Implicações da Gestão Escolar. 4. Educação e Gestão Descentralizada. 5. Relação entre Políticas públicas e gestão democrático-participativa. 6. Conhecimento e reflexão sobre a prática da gestão. 7. Autonomia da Escola. 8. Democratização. 9. Planejamento educacional. 10. Planejamento e avaliação. 11. Responsabilidade na qualidade de ensino. 12. Planejamento didático. 13. Sistematização do saber produzido na escola. 14. Avaliação de aprendizagem. 15. Projeto Político Pedagógico. 16. Tendências pedagógicas e suas manifestações na Prática educativa. 17. Interrelações dos elementos transformadores escolares: sociedade, cultura, conhecimento, ensino-aprendizagem, relação professor-aluno. 18. Organização da prática educativa. 19. Etapas do planejamento: diagnóstico, objetivos, seleção de conteúdos, procedimentos, recursos didáticos e avaliação pedagógica. 20. Políticas Públicas em Educação Básica. Avaliação de Competências e Avaliação de desempenho institucional. 21. Modelos de organização: tipo mecanicista, tipo orgânico. 22. Grupos informais, normas de conduta e cultura organizacional. 23. Teoria dos dois fatores: papel dos fatores higiênicos e papel dos fatores motivacionais. 24. Estilos de liderança: orientada para a tarefa, para pessoas, liderança bidimensional e eficácia do líder. Diagnóstico organizacional: análise do

desempenho da organização e análise dos pontos fortes e fracos. 25. Administração participativa, modelos de administração: modelo diretivo e modelo participativo, fundamentos da administração participativa e estratégias de participação: informação, envolvimento no processo decisório e participação nos resultados. 26. Autogestão.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

- ALVES, Nilda (Org). Criar currículo no cotidiano. São Paulo: Cortez, 2002.
- ANDRÉ, Marli. (Org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- BARROSO, João (Org). O estudo da escola. Porto (Portugal): Porto Editora, 1996.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- COSTA, Mariza V. (Org). Escola básica na virada do século: cultura, política e educação. São Paulo: Cortez 2000.
- DOURADO, Luiz Fernandes. (Org). Gestão escolar democrática: a perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de ensino de Goiânia-GO. Goiânia: Alternativa, 2003. _____. A escola tem futuro? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. Dossiê “Políticas curriculares e decisões epistemológicas.” São Paulo: CEDES, nº 73, revista quadrimestral de Ciência da Educação, dez. 2000.
- FERREIRA, Naura S. C. (Org). Gestão democrática: atuais tendências, novos desafios. S. Paulo: Cortez, 1998.
- FERREIRA, Naura S. C. e AGUIAR, Márcia Ângela da S.(Orgs.). Gestão da Educação: impasses, perspectiva e compromissos. S. Paulo: Cortez, 2000.
- FORQUIN, Jean-Claude. Escola e cultura. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. (Org). Autonomia da escola – princípios e propostas. S. Paulo: Cortez 1997.
- GOIÁS, Diretrizes e Bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás. Lei Complementar nº 26, de 28 de dezembro de 1998. Goiás: SINTEGO, 1999.
- GOODSON, Ivor F. Currículo: teoria e história. S. Paulo: Vozes, 1999.
- HORA, Dinair Leal da . Gestão democrática na escola. S. Paulo: Papirus, 1999.
- IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2004.
- LIBÂNEO, J. Carlos. Adeus professor, adeus professora ? novas exigências educacionais e profissão docente. S. Paulo: Cortez, 1998.
- LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João F. de e TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.
- LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola - teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.
- LÚCK, Heloisa. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- MACHADO, Nilson José. Educação: projetos e valores. São Paulo: Escrituras Editora, 2000.
- MOREIRA, Antônio F. B. (Org). Currículo: políticas e práticas. Campinas, S. Paulo: Papirus, 1999.
- _____. Currículo: questões atuais. Campinas, SP: Papirus, 1999.
- MOREIRA, Antônio F. B. & SILVA, Tomaz Tadeu. Currículo, cultura e sociedade. S. Paulo: Cortez, 1995.
- _____. (Org). Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis. RJ: Vozes, 1995.
- NÓVOA, Antônio. (Org). As organizações escolares em análise. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1995.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.) Gestão democrática da educação. S. Paulo: Vozes, 2000.
- PARO, Vitor H. Administração escolar: introdução crítica. S. Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1996.
- PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola. S. Paulo: Cortez, 2002.
- PARO, Vitor. H. Por dentro da escola pública. S. Paulo: Xamã, 1996.

- _____. Gestão democrática da escola pública. S. Paulo: Editora Ática, 1997.
- PIMENTA, Selma Garrido. (Org). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999.
- RIOS, Terezinha A. Ética e competência. S. Paulo: Cortez, 1999.
- _____. Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade. S. Paulo: Cortez, 2001.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- SANTOS, Clóvis Roberto dos. O gestor educacional de uma escola em mudança. S. Paulo: Pioneira, 2002.
- THURLER, Mônica G. Inovar no interior da escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- VASCONCELLOS, Celso da S. Planejamento: plano de ensino e aprendizagem e projeto educativo. S. Paulo: Libertad, 1995.
- VALERRIEN, J. Gestão da escola fundamental: subsídios para análises e sugestões de aperfeiçoamento. S. Paulo: Cortez, 1993.
- VEIGA, Ilma P. A. (Org). Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus 1996.
- _____. e RESENDE, Lúcia Maria G. de. Escola: espaço do projeto político pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2001.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CARGO/FUNÇÃO ANALISTA EDUCACIONAL - NUTRICIONISTA

1. Nutrientes: definição e classificação, funções, metabolismo, biodisponibilidade, necessidades nutricionais e fontes alimentares. 2. Unidades de Alimentação e Nutrição: controle de qualidade (APPCC, POP's, BPF, AQNS), gestão e planejamento. 3. Doenças transmitidas por alimentos: profilaxia, fontes de contaminação, vias de transmissão, plano de prevenção e condutas. 4. Seleção e preparo de alimentos: métodos de pré-preparo, preparo e cocção; requisição de alimentos; técnicas dietéticas para alimentos de origem vegetal e animal; técnicas de armazenamento – in natura, resfriamento e congelamento. 5. Avaliação nutricional e atenção dietética em nível ambulatorial, hospitalar e comunitário aos diferentes grupos etários. 6. Nutrição materno-infantil. 7. Educação nutricional. 8. Análise de alimentos: amostragem, determinação de umidade, cinzas, proteínas, lipídios, carboidratos e fibras alimentares. 9. Estudos experimentais em nutrição: principais modelos animais usados e cuidados na experimentação e manutenção de animais de laboratório. 10. Boas práticas de laboratório.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

- ABREU, E. S.; SPINELLI, M. G. N.; ZANARDI, A. M. P. Gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição: um modo de fazer. São Paulo: Metha, 2009. 202 p.
- ACCIOLY, E., SANDERS, C., LACERDA, E.M.A. Nutrição em obstetrícia e pediatria. 2. ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 2009. 649p.
- CECCHI, H. M. Fundamentos teóricos e práticos em análise de alimentos. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003. 207 p.
- CIENFUEGOS, F. Segurança no laboratório. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.
- COZZOLINO, S.M.F. Biodisponibilidade de nutrientes. 4. ed. Barueri: Manole, 2012.
- GROPPER, S. S.; SMITH, J. L.; GROFF, J. L. Nutrição avançada e metabolismo humano. São Paulo: Cengage Learning, 2011. (Tradução de Advanced nutrition and human metabolism, 5. ed.).
- MAHAN, L.K.; ESCOTT-STUMP, S. Alimentos, nutrição & dietoterapia. 11. ed. São Paulo: Roca, 2005.
- MEZOMO, I. B. Os serviços de alimentação: planejamento e administração. 5. ed. São Paulo: Manole, 2002. 413 p.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável. Brasília, DF, 2006.
- ORNELLAS, L.H. Técnica dietética: seleção e preparo de alimentos. 8. ed. São Paulo: Atheneu, 2007. 276p.
- REGO, J.C., FARO, Z.P. Manual de limpeza e desinfecção para unidades produtoras de refeições. São Paulo: Varela, 1999. 62p.
- SHILS, M.E.; SHIKE, M.; ROSS, A.C.; CABALLERO, B.; COUSINS, R.J. Nutrição moderna na saúde e na doença. 10. ed. Barueri: Manole, 2009.
- TRAMONTE, V.L.C.G.; SANTOS, R.A. Nutrição experimental. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

(Série Nutrição e Metabolismo).

WHO. Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases. Report of a Joint WHO/FAO Expert Consultation. Geneva: World Health Organization. WHO Technical Report Series 916, 2003. Disponível em: <http://www.who.int/dietphysicalactivity/en/>.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CARGO/FUNÇÃO ANALISTA EDUCACIONAL - PSICOPEDAGOGO

1. Noções gerais de psicologia e Fundamentos da Psicopedagogia. 1.1. Construção do Conhecimento Matemático Fundamentos Linguísticos e Psicolinguísticos. 2. Formação. 2.1. Educação das Pessoas com Necessidades Especiais 2.2. Desenvolvimento Psicomotor 2.3. Neuropsicopedagogia. 3. Competências. 3.1. Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem. 3.2. Fundamentos da epistemologia genética e seus estágios de desenvolvimento. 3.3. A instituição escolar, estratégias de Aprendizagem em Instituições Educacionais. 3.4. A política social no Brasil e o processo de organização das instituições escolares. 4. Habilidades. 4.1. Ferramentas de Avaliação Psicopedagógicas e Psicodiagnóstico. 4.2. Intervenções Psicopedagógicas em Instituições Escolares. 4.3. Escola de Pais e Responsáveis. 5. Desenvolvimento. 5.1. Intervenções Psicopedagógicas em instituições escolares. 6. Teoria histórico-cultural de Vygotsky. 7. Fracasso escolar e suas implicações para a psicopedagogia. 8. A função do psicopedagogo como agente na prática educativa e em equipes interdisciplinares. 9. Psicogênese da língua escrita e suas hipóteses.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

AQUINO, Julio Groppa (org.). Erro e Fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.
FERNÁNDEZ, Alicia. A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
FERREIRO, Emília.; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: ARTMED, 1999.
FONTANA, Roseli e CRUZ, Nazaré. Psicologia e trabalho pedagógico. São Paulo: Atual, 1997.
NUNES, Ana Ignez Belém Lima; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. Psicologia da Aprendizagem: processos, teorias e contextos. Brasília: Liber Livro, 2009.
PAÍN, Sara. Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
PIAGET, Jean. Seis estudos de Psicologia. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
WEISS, Maria Lúcia Lemme. Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CARGO/FUNÇÃO ANALISTA EDUCACIONAL - PSICOLOGIA EDUCACIONAL

1. A difícil delimitação do campo de atuação do psicólogo da educação. 2. Educação além da escola: as instituições educacionais. 3. A questão da queixa escolar e a problematização da demanda. 4. Indicativos para a atuação do psicólogo educacional/escolar: formas de atuação tradicionais e emergentes. 5. Temas que perpassam o trabalho do psicólogo em instituições educacionais: medicalização, violência, educação inclusiva, alfabetização, dentre outros. 6. Adolescência: processos subjetivos, cognitivos e sociais. 7. Avaliação e diagnóstico psicológico do adolescente. 8. Direitos humanos. 9. Ética e Lei. 10. Os direitos fundamentais, prevenção, política de atendimento, medidas de proteção e prática do ato infracional. 11. Política de saúde mental. 12. Intersetorialidade, suas implicações e responsabilidades. 13. A articulação dos programas socioeducativos com a rede de atenção à saúde. 14. O adolescente em conflito com a lei e o uso de drogas. 15. A família e suas implicações no processo socioeducativo. 16. Violência e ato infracional. 16.1. O papel e a atuação do psicólogo no processo socioeducativo. 17. Legislação complementar. 18. Lei

do SINASE e ECA.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

- AQUINO, J.G. (org). Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. 8. ed. São Paulo: Summus, 1996.
- AQUINO, J.G. (org). Diferença e Preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. 3. ed. São Paulo: Summus, 1998
- BOCK, A. M. B. Psicologia da Educação: cumplicidade ideológica. Em: Meira; Antunes (org) Psicologia
- CASASSUS, J. – A Escola e a Desigualdade – UNESCO, Brasília, 2007. Capítulo 5.
- CHARLOT, B. Relação com a escola e o saber nos bairros populares. Em: CHARLOT, B. Relação com o saber, formação dos professores e globalização. Porto Alegre: Artmed, 2005
- Escolar: teorias críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003
- FUNDEB – Lei 11.494 de 20 de junho de 2007 www.mec.gov.br
- LEI de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – Lei n.9394/96
- LEI nº 10.861, de 14 de abril de 2004, cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)
- CONSELHO Nacional de Educação – CNE – Informações básicas e regimento
- MACHADO, A.; PROENÇA, M. As crianças excluídas da escola: um alerta para a Psicologia. Em: MACHADO, A.; PROENÇA, M. (org). Psicologia Escolar: em busca de novos rumos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997, p. 35-49.
- MEC. LEI No 11.096, de 13 de janeiro de 2005: Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI.
- NOGUEIRA NETO, W. O Estatuto da Criança e do Adolescente, princípios, diretrizes e linhas de ação. Em: Sistema de Garantia de Direitos: um caminho para a proteção integral. Cendhec, Recife, 1999.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – ANALISTA DE SAÚDE

CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE SAÚDE PÚBLICA PARA TODOS OS CARGOS DE ANALISTA DE SAÚDE

1. O processo saúde doença (historicidade e conceitos).
2. Modelos assistenciais em saúde.
3. A reforma Sanitária brasileira.
4. SUS: Atribuições, Doutrinas e Competências.
5. Legislação do Sistema Único de Saúde – SUS: Constituição Brasileira, do art. 196 ao 200. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Portaria n.2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011. Decreto 7508/2011.
6. Gestão em Saúde.
7. Epidemiologia: conceitos, usos e principais indicadores.
8. Modelos de estudo da causalidade das doenças.
9. População e saúde: aspectos da transição demográfica e epidemiológica no Brasil.
10. Classificação Internacional de Doenças: histórico, conceitos e utilização.
11. Sistemas de informações em saúde de maior interesse para a saúde pública.
12. Doenças Transmissíveis emergentes, reemergentes e negligenciadas.
13. Saúde ambiental, saúde ocupacional e a vigilância sanitária.
14. Estratégia Saúde da Família.
15. Pacto federativo e governança do SUS: Pacto pela Saúde e Decreto 7508/2011.
16. Programa Nacional de Imunização (PNI), calendário de vacinação (criança, adolescente e idoso).
17. Política nacional de urgência e emergência: normas e portarias.
18. Vigilância em saúde.
19. Prevenção e controle de Doenças crônicas não Transmissíveis.
20. Políticas de atenção a saúde da criança, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso.
21. Política de humanização do SUS.
22. Política de saúde mental, redução do consumo abusivo de álcool e políticas sobre drogas (Portarias 132, 131, 130, 126, 122, 121, GM MS, de 25/01/2012).

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

- ALMEIDA, Filho Naomar & ROUQUAYROL, Maria Zélia. Introdução a Epidemiologia Moderna. 2ªed. Belo Horizonte, Salvador e Rio de Janeiro, COOPMED-APCEABRASCO, 1992.
- MEDRONHO, Roberto A. et al. Epidemiologia. São Paulo. Editora Atheneu. 2003. 493 p.
- MENDES, Eugênio V. Os grandes dilemas do SUS: tomo I. Salvador. Casa da Qualidade Ed. 2001.144 p.
- _____. Os grandes dilemas do SUS: tomo II. Salvador. Casa da Qualidade Editora. 2001. 176 p. PAIM,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E TECNOLOGIA
EDITAL N. 002/2013

J. S. Saúde, política e reforma sanitária. Salvador. ISC. 2002. 448 p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde. Tradução Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português. 10ª Ed. Revisada. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo, 2007.

PEREIRA, Maurício G. Epidemiologia: teoria e prática. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 1995.

ROUQUAYROL, Maria Zélia, ALMEIDA Filho, Naomar. Epidemiologia & Saúde. 6ª ed. Rio de Janeiro, MEDSI, 2003. 708 p.

TEIXEIRA, Carmen F. (org.) Promoção e Vigilância da Saúde. Salvador. ISC-CEPS. 2002. 128 p.

Referências On Line:

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Legislação do SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2003. Disponível em: http://www.conass.org.br/?page=legislacao_estruturante

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Coleção Progestores, volumes 1 a 13 / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. - Brasília: CONASS, 2007. Disponível em: <http://www.conass.org.br/publicacao/index.html>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. Saúde Brasil 2010: uma análise da situação de saúde e de evidências selecionadas de impacto de ações de vigilância em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/visualizar_texto.cfm?idtxt=38462

BRASIL, 2007. Coleção para Entender a Gestão do SUS 2011: volumes 5 e 6. Disponível em: http://www.portalconass.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=21

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diabetes. Cadernos de Atenção Básica n.16. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica: Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/abcd16.pdf>

BRASIL. Coleção para Entender a Gestão do SUS 2011. Volume 8. Disponível em: http://www.portalconass.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=21

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Guia de Vigilância Epidemiológica. 7ª Edição. Brasília, 2009. Disponível: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/gve_7ed_web_atual.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios. Ministério da Saúde, Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde. – 3ªEd. Brasília: Ed.do Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de Imunizações 30 anos/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/livro_30_anos_pni.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Política nacional de promoção da saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pactovolume7.pdf>

Calendário de Vacinação Infantil/2012. Disponível em: http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2012/Jan/18/calendario_180112.pdf

CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988: Artigos 196 ao 200.

Disponível em :<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/area/320/legislacao.html>

DECRETO 7508 de 28/06/2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm

LEBRÃO, Maria Lúcia. O envelhecimento no Brasil: aspectos da transição demográfica e epidemiológica. São Paulo: Editorial Bolina. Saúde Coletiva, vol. 4, núm. 017, bimestral, 2007, pp. 135-140. Disponível em: <http://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2559.pdf>

LEI n. 8080 de 19/09/1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção, e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências- lei orgânica da saúde. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/area/320/legislacao.html>

LEI n. 8142 de 28/12/1990. Esta lei dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.

Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/area/320/legislacao.html>

PORTARIA Nº 719, de 07/04/2011 que institui o programa academia da saúde no âmbito do SUS.

Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria_academia_saude_719.pdf.
PORTARIA MS/GM Nº 2.488, de 21/10/2011. Aprova a política nacional de atenção básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização de atenção básica para o programa de saúde da família (PSF) e o programa de agentes comunitários. Disponível em: http://www.saude.ba.gov.br/images/Arquivos/Saude_bucal/Portaria2488.pdf.
Programa Nacional de Vacinação – PNI: calendários. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=30281.
WALDMAN, Eliseu Alves. Vigilância em Saúde Pública. Série Saúde & Cidadania: volume 7. São Paulo, 1998.
Disponível em: http://www.fug.edu.br/adm/site_professor/arq_download/arq_271.pdf
SOUZA, Wanderlei. Doenças Negligenciadas. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2010.
Disponível em: <http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-199.pdf>.
THE LANCET, Serie Brasil, Maio de 2011. Disponível em:
<http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor1.pdf>
<http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor2.pdf>
<http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor3.pdf>
<http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor4.pdf>
<http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor5.pdf>
<http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor6.pdf>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE ANALISTA DE SAÚDE - VETERINÁRIO

1. Bioética e Bem-Estar Animal: conceitos básicos e condutas para a promoção do bem-estar animal. 2. Epidemiologia geral: princípios e conceitos básicos, estudos epidemiológicos; investigação epidemiológica; vigilância epidemiológica; determinantes de enfermidades; interpretação e validação de testes diagnósticos; indicadores de saúde; controle e erradicação de enfermidades. 3. Saúde pública: fundamentos de saúde pública; educação em saúde; vigilância sanitária; vigilância ambiental; resíduos de serviços de saúde veterinária; biologia e controle de vetores e roedores; zoonoses emergentes e reemergentes. 4. Medicina Veterinária Preventiva: programas sanitários nacionais para as diversas espécies de animais de interesse econômico; colheita, acondicionamento e remessa de espécimes clínicos; solicitação e interpretação de exames de diagnóstico laboratorial de enfermidades; biossegurança. 5. Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal: obtenção higiênica, beneficiamento e processos de conservação dos produtos de origem animal e seus derivados para o consumo; inspeção *ante-mortem* e *post-mortem* e as principais alterações observadas nas carnes dos animais e seus destinos; instalações e equipamentos relacionados ao abate de animais de açougue; análises físico-químicas e microbiológicas dos produtos de origem animal e seus derivados; doenças veiculadas pela ingestão de produtos *in natura* ou industrializados de origem animal. 6. Colheita e análise de sangue, urina, fezes, raspado de pele, líquidos cavitários dos animais domésticos. 7. Aspectos patológicos da necrose, alterações circulatórias, degenerações, pigmentações patológicas, calcificações patológicas, distúrbios do crescimento e da diferenciação celular, neoplasias; técnicas de necropsia; colheita, remessa e processamento de material para histopatologia. 8. Clínica Médica Veterinária: abordagem clínica com objetivo de instituir diagnóstico, prognóstico e tratamento.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ACHA, P.; ZSYFRES, B. Zoonosis y enfermedades transmisibles a hombres y animales. OPAS: Publicación Científica, n.2, 2 ed., 1986. 989 p.
AMIOT, J. Ciencia y tecnologia de la leche. Zaragoza: Acribia, 1991. 547p.
BEER, J. Doenças infecciosas nos animais domésticos. São Paulo: Roca, 2004. 398p.
BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Controle da raiva dos herbívoros. Brasília: MAPA/SDA/DSA, 2005. 104 p. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/portal/page_pageid=33,3271386&_dad=portal&_schema=PORTAL
BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Inspeção de carnes: padronização de técnicas, instalações e equipamentos (Bovinos – currais e seus anexos; sala de matança).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E TECNOLOGIA
EDITAL N. 002/2013

Brasília: MAPA/SDA/DIPOA, 2007. 268p.BRASIL.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Programa nacional de controle e erradicação da brucelose e da tuberculose animal (pncebt). Organizadores: Vera Cecília Ferreira de Figueiredo, José Ricardo Lôbo, Vitor Salvador Picão Gonçalves. Brasília: MAPA/SDA/DSA, 2006. 188 p.

Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/portal/page_pageid=33,982143&_dad=portal&_schema=PORTAL BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Programa nacional de sanidade avícola - pnsa. Organizadores: Bruno Rebelo Pessamilio, Clarice Bechara Meurer, Regina Celia Freitas D'Arce. Disponível em:

http://www.agricultura.gov.br/portal/page_pageid=33,981919&_dad=portal&_schema=PORTAL BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Programa Nacional de Sanidade dos Suínos. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/portal/page?_pageid=33,981950&_dad=portal&_schema=PORTALBRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA). Brasília: MAPA/SDA/DIPOA, 2007. 252p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso. Brasília: MS/SVS, 5ªed. amp. 2005.BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia de vigilância epidemiológica. Brasília: MS/FNS, 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Norma Técnica de Tratamento Profilático Anti-Rábico Humano. Brasília: MS/FNS, 1995. 43 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Normas Operacionais de Centros de Controle de Zoonoses: Procedimentos para o Controle de Roedores. Brasília: MS/FNS, 1993. 79 p.

BRASILEIRO FILHO, G.; PEREIRA, F. E. L.; PITELLA, J. E. H.; BAMBIRRA, E. A.; BARBOSA, A. J. A. Bogliolo. Patologia Geral . 1ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993. 220p.

BREILH. J. Epidemiologia: economia, política e saúde. São Paulo: UNESP/HUCITEC, 1992. 276 p.

CARLTON, W. W.; MCGAVIN M. D. Patologia Veterinária Especial de Thompson . 2ªed. Porto Alegre: Artmed, 1998. 672p.

CORREA, W. M.; CORREA, C.M. Enfermidades Infecciosas dos Animais Domésticos. 2ªed. São Paulo: Medsi, 1992. 843p.

CORTES, J.A. Epidemiologia - Conceitos e Princípios Fundamentais. São Paulo: Varela, 1993. 227p.

COSTA, D.C.; BREILH, J.; GOLDBERG, M.; BARRETO, M.L.; ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia: teoria e objeto. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1992. 220 p.

DIRKSEN, G.; GRUNDER, H. D.; STOBBER, M. Exame Clínico dos Bovinos. 3ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.

ETTINGER, S. J.; FELDMAN, E. C. Tratado de Medicina Interna Veterinária: Doenças do Cão e do Gato. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 2256p.

FEITOSA, F. L. F. Semiologia Veterinária: a Arte do Diagnóstico. São Paulo: Roca, 2004. 807p.FORATINI, O.P. Ecologia, Epidemiologia e Sociedade. São Paulo: EDUSP, 1992. 529 p.FOSSUM, T. W. Cirurgia de Pequenos Animais. 3ªed. São Paulo: Elsevier, 2008. 1633p.

FURTADO, M. M. Principais Problemas dos Queijos: Causas e Prevenção. São Paulo: Fonte Editora, 1999. 176p.

GARCIA-NAVARRO, C. E. K. Manual de Urinálise Veterinária. São Paulo: Varela, 1996. 95p.

KERR, M. G. Exames Laboratoriais em Medicina Veterinária. 2ªed. São Paulo: Roca, 2003. 436p.

PARDI, M. C.; SANTOS, F. I.; SO UZA, E. R.; PARDI, H. S. Ciência, Higiene e Tecnologia de Carne. 2ªed. Goiânia: Cegraf, v.1 e v.2, 2001. [s.p.]PEREIRA, M.G. Epidemiologia: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 3ª ed., 2000. 596p.

RADOSTITIS, O. M.; GAY, C. C.; HINCHCLIFF, K. W. Veterinary Medicine: a Textbook of the Diseases of Cattle, Horses, Sheep, Pigs, and Goats. 10 ed. Philadelphia: W.B. Saunders, p.724-725, 2007.

REBAR, A. H.; MACWILLIAMS, P. S.; FELDMAN, B. F.; METZGER, F. L.; POLLOCK, R. V. H.; ROCHE, J. Guia de Hematologia para Cães e Gatos. São Paulo: Roca, 2003. 291p.

RIVERA, E. A. B; AMARAL, M. H.; NASCIMENTO, V. P. Ética e Bioética Aplicadas à Medicina. Veterinária. Goiânia: Gráfica da UFG, 2006. 299p.

ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia e Saúde.6ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 728p.

SMITH, B.P. Tratado de Medicina Interna de Grandes Animais. 3ªed. São Paulo: Manole, 2006. 1784p.

SOBESTIANSKY, J.; WENTZ, I.; SILVEIRA, P.R.S.; SESTI, L.A.C. Suinocultura Intensiva – Produção,

Manejo e Saúde de Rebanho. Brasília: Embrapa, 1998. 388p.

THRALL, M.A. Hematologia e Bioquímica Clínica Veterinária. São Paulo: Roca, 2007. 582p.

THRUSFIELD, M.V. Epidemiologia Veterinária. São Paulo: Roca, 2004. 556 p.

URQUHART, G. M.; ARMOUR, J.; DUNCAN, J. L.; DUNN, A. M.; JENNING, F. W. Parasitologia veterinária. 2ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998. 292p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE ANALISTA DE SAÚDE – ASSISTENTE SOCIAL

1. Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. 2. O Processo de renovação do Serviço Social. 3. Movimento de reforma sanitária e serviço social. 4. A construção e a hegemonia do Projeto Ético Político do Serviço Social. 5. A Seguridade Social e a democracia no Brasil pós 1988. 6. Desafios contemporâneos da atuação profissional. 7. O trabalho do assistente social e os espaços-ocupacionais na contemporaneidade. 8. Questão Social, Política Social e Serviço Social. 9. A mundialização do capital, o mundo do trabalho e Serviço Social. 10. A política de saúde e a contra-reforma do Estado brasileiro. 11. Estado, Direitos sociais e movimentos sociais no Brasil. 12. Trabalho e formação profissional no Serviço Social.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ANTUNES, Ricardo. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. In: *Serviço Social & Sociedade*. n. 104. out./dez. São Paulo: Cortez, 2010. p.605-631.

BARROCO, Maria Lúcia. Ética e Serviço Social. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete S. Política social: fundamentos e história/. 4ªed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAVO, M.I. S, PEREIRA, Potyara A. Política social e democracia. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRAVO, Maria Inês. Serviço social e reforma sanitária: lutas sociais e reforma sanitária. Rio de Janeiro: UERJ. 1996.

CORREA, Maria Valéria Costa. Controle Social e Saúde. Disponível www.fneps.org.br/servico_social_saude
AMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. As Dimensões Ético-Políticas e Teórico-Metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. Texto disponível no site www.fnepas.org.br/servico_social_saude/texto_2-2

_____. O serviço social na cena contemporânea. In: *Direitos Sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 16-50.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: *Direitos Sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p.342 -375.

MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2008. p.133 – 146.

NETO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social – Uma análise do serviço Social no Brasil pós-64. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RAICHELLIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: *Direitos Sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p.378-391.

SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e políticas sociais na crise do capitalismo. In: *Serviço Social & Sociedade*. n. 104. out./dez. São Paulo: Cortez, 2010. p. 605-631.

VASCONCELOS, Ana Maria. Serviço Social e Práticas Democráticas na Saúde. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. 2001. Disponível site:

www.fnepas.org.br/servico_social_saude. Parâmetros para atuação de assistente social na saúde. CFESS/CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Aprovado em 15 de março de 1993. Código de Ética profissional do Assistente Social.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE ANALISTA DE SAÚDE – FISIOTERAPEUTA

1. Ética e Deontologia. 2. Fisioterapia preventiva na saúde pública. 3. Fisioterapia em Pediatria. 4. O cuidado com o Idoso. 5. Saúde da Mulher. 6. Fisioterapia nas Doenças Respiratórias, Cardiovasculares, Ortopédicas, Reumatológicas e Neurológicas.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BRANT, Tereza Cristina Silva. Brito, Raquel Rodrigues e Parreira, Verônica Franco. Recursos Manuais e Instrumentais em Fisioterapia Respiratória. Editora Manole, 2009.

DAVID, Cid Marcos. Ventilação Mecânica: Da fisiologia à prática clínica. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

DELIBERATO, C. P. Fisioterapia Preventiva – Fundamentos e Aplicações. São Paulo: Editora Manole, 2002.

DUARTE, Y. A. O.; DIOGO, M. J. Atendimento domiciliar enfoque gerontológico. São Paulo: Editora Atheneu, 2000.

EGAN, D. F. Fundamentos da Terapia Respiratória de Egan. 7ªed. São Paulo: Manole, 2000.

FONTES, S. V; FUKUJIMA, M. M.; CARDEAL, J. O. Fisioterapia Neurofuncional – Fundamentos para a prática. São Paulo: Editora Atheneu, 2007.

KAUFFMAN, T.L. Manual de Reabilitação Geriátrica. São Paulo: Editora Guanabara Koogan, 2001.

MACHADO, Maria da Glória Rodrigues. Bases da Fisioterapia Respiratória: Terapia Intensiva e Reabilitação. Guanabara Koogan, 2008.

MAGEE, D. J. Avaliação Musculoesquelética. 4 ed. Barueri: Manole, 2005.

HALL, C. M.; BRODY, L. T. Exercício Terapêutico na Busca da Função. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2001.

REBELATTO, J. R., MORELLI, J. G. S. Fisioterapia Geriátrica – A Prática da Assistência ao Idoso. Barueri, SP: Manole, 2004.

WEST, John B. Fisiologia Pulmonar Moderna. São Paulo: Manole, 2002

SMITH, L. K.; WEISS, E. L.; LEHMKUHL, L. D. Cinesilogia clínica de Brunnstrom. 5ª edição. São Paulo: Manole, 1997.

CIPRIANO, J. *Testes Ortopédicos e Neurológicos*. São Paulo: Manoel, 2005.

DOURADO, Victor Zuniga. Exercício Físico Aplicado à Reabilitação Pulmonar: Princípios Fisiológicos para Prescrição e Avaliação dos Resultados. Rio de Janeiro: Revinter, 2011.

NÁPOLIS, Lara Máris, Luciana Dias Chiavegato, Oliver Nascimento. Série atualização e Reciclagem em Pneumologia: Fisioterapia respiratória. Volume 3, São Paulo: Editora Atheneu, 2011.

HAZINSKI, Mary Fran, RN, MSN. Guidelines CPR e ECC: Destaques das Diretrizes da American Heart Association para RCP e ACE, 2010.

Código de ética Profissional – COFFITO e Resoluções.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CARGO/FUNÇÃO ANALISTA SAÚDE – FONOAUDIÓLOGO

1. Desenvolvimento da linguagem oral na criança. 2. Atuação fonoaudiológica nos Distúrbios de Linguagem oral. 3. Desenvolvimento da linguagem escrita. 4. Atuação fonoaudiológica nos Distúrbios de Linguagem escrita. 5. Atuação fonoaudiológica nas Alterações de Linguagem e fala na terceira idade. 6. Atuação fonoaudiológica nos Distúrbios de Linguagem e Fala relacionados ao crescimento e desenvolvimento. 7. Atuação fonoaudiológica nos Distúrbios de Linguagem e Fala relacionados às otopatias. 8. Atuação fonoaudiológica nos Distúrbios de Linguagem e Fala relacionados às lesões cerebrais. 9. Atuação fonoaudiológica nos Distúrbios de Linguagem e Fala relacionados às psicoses. 10. Relações entre linguagem, cognição e aprendizagem. 11. Crescimento maxilofacial. 12. Amadurecimento das funções orofaciais. 13. Aleitamento materno no desenvolvimento da motricidade oral. 14. Abordagem fonoaudiológica no RN de Alto Risco em unidades de terapia intensiva. 15. Sistema estomatognático. 16. Acompanhamento fonoaudiológico em pacientes portadores de fissura lábio palatal. 17. Atuação fonoaudiológica em anomalias congênitas e cromossômicas. 18. Disfagia avaliação e tratamento. 19. Noções de Física Acústica e Psicoacústica. 20. Anatomia e Fisiologia dos órgãos envolvidos na audição e equilíbrio. 21. Desenvolvimento do sistema auditivo. 22.

Conceito, classificação e etiologia das Perdas Auditivas e Distúrbios do Equilíbrio. 23. Avaliação audiológica subjetiva: Indicação, métodos e técnicas. 24. Avaliação da audição e sistema vestibular: Potenciais evocados auditivos (Eletrococleografia, BERA), emissões otoacústicas e eletrônistagmografia. 25. Processamento da Linguagem Falada: Avaliação das Desordens do Processamento Auditivo Central. 26. Efeitos auditivos da exposição ao ambiente; avaliação e controle de risco; programa de conservação. 27. Aparelhos auditivos: Princípios gerais na indicação, seleção e adaptação de aparelhos auditivos. Características físicas e eletroacústicas dos aparelhos auditivos. Moldes Auriculares. Ganho in situ x Ganho funcional, saída máxima, compressão, métodos prescritivos. Avaliação do desempenho do AASI. Implante coclear. 28. Reabilitação Vestibular. 29. Anatomia e Fisiologia dos órgãos envolvidos na fonação. 30. Avaliação perceptual e acústica da voz. 31. Atuação fonoaudiológica nas disfonias funcionais. 32. Atuação fonoaudiológica nas disfonias presentes na infância e terceira idade. 33. Atuação fonoaudiológica nas disfonias neurológicas. 34. Atuação fonoaudiológica nas paralisias laringeas. 35. Atuação fonoaudiológica nas alterações estruturais mínimas da laringe. 36. Atuação fonoaudiológica em estética vocal. 37. Atuação fonoaudiológica nas sequelas de cirurgia de cabeça e pescoço.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION: DSM-IV TR. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 4ª ed., Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

BASSETO, M.C.; BROCK, R.; WAJNSZTEN, R. Neonatologia- Um convite à atuação fonoaudiológica. São Paulo: Lovise, 1998.

BEHLAU, M. Voz: o livro do especialista. v. I e II. Rio de Janeiro: Revinter, 2005.

BEVILAQUA, M.C.; MORET, A.L. Deficiência auditiva: conversando com familiares e profissionais de saúde. Pulso editorial, 2005.

BISHOP, D.; MOGFORD, K. (orgs.). Desenvolvimento da Linguagem em Circunstâncias Excepcionais. Rio de Janeiro: Revinter, 2002.

CAPOVILLA, A.G.S. & CAPOVILA, F.C. Problemas de leitura e escrita. São Paulo: Memnon Edições, 2000.

FERRAZ, M.C.A. Manual Prático de Motricidade Orofacial: Avaliação e tratamento. 6ª edição. Rio de Janeiro: Revinter, 2012.

FERREIRA, L.P.; Befi-Lopes D.M.; Limongi S.C.O. Tratado de Fonoaudiologia. São Paulo: Roca, 2004.

FERNANDES, F.; PASTORELLO, L.; SCHEUER, I. Fonoaudiologia em Distúrbios Psiquiátricos da infância. São Paulo: Lovise, 1996.

SANTOS, T.M.M. & RUSSO, I.C.P. Prática da Audiologia Clínica. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Regina. A linguagem como processo terapêutico. São Paulo: Plexus, 1994.

REHDER, M. I. & BRANCO, A. Disfonia e Disfagia: Interface, Atualização e Prática Clínica. Rio de Janeiro: Revinter, 2011.

HAGE, S. R. V. Avaliando a Linguagem na Ausência da Oralidade, Bauru S.P., EDUSC, 1997.

HERNADEZ, A. M.; Marchesam, I. Atuação fonoaudiológica no ambiente hospitalar. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

OLIVEIRA, S.T. (org.). Fonoaudiologia hospitalar. São Paulo: Lovise, 2003.

KATZ, J. Tratado de audiologia clínica. São Paulo: Manole, 1999.

ORTIZ, K.Z. (Org.). Distúrbios Neurológicos Adquiridos – Fala e Deglutição, 2ª Edição. São Paulo, Ed. Manole, 2010.

MACEDO FILHO, E.D.; GOMES, G.F.; FURKIM, A.M. Manual de cuidados do paciente com disfagia. São Paulo: Lovise, 2000.

MAC-KAY, A.P.M.G.; ASSENCIO-FERREIRA, V.J.; FERRI-FERREIRA, T.M.S. Afasias e demências- Avaliação e tratamento fonoaudiológico. São Paulo: Santos Editora, 2003.

MOTA, H.B. Terapia fonoaudiológica para os desvios fonológicos. Rio de Janeiro: Revinter 2001.

NORTHERN J.L.; Downs, MP. RJ. Audição na infância. Guanabara Koogan, 2005.

PARENTE, M. A. M. P. e Colaboradores. Cognição e Envelhecimento. Porto Alegre: Artmed, 2006.

RODRIGUEZ, V.M.A.A. Avaliação da Linguagem. São Paulo: Santos Livraria Editora, 2003.

SANTOS, M.T.M.S.; Navas', A.L.G.P. Distúrbios de leitura e escrita: teoria e prática. São Paulo: Manole, 2002.

ZORZI, J.L. Aquisição da Linguagem Infantil: Desenvolvimento, Alterações, Terapia. São Paulo: Pancast, 1993.

ZORZI, J.L. Aprendizagem e distúrbios da linguagem escrita. Porto Alegre: Artmed, 2003.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CARGO/FUNÇÃO ANALISTA SAÚDE - NUTRICIONISTA

1. Nutrição em Saúde Pública. 1.1. Atuação do nutricionista em saúde coletiva e no SUS. 1.2. Nutrição nas ações básicas de saúde: promoção da saúde, saúde da família, promoção da alimentação saudável. 1.3. Transição nutricional, epidemiológica e demográfica. 1.4. Prevenção e controle de deficiências e distúrbios nutricionais. 1.5. Monitoramento da situação alimentar e nutricional (SISVAN). 2. Legislação, programas e políticas públicas com relação à alimentação e nutrição. 2.1. Segurança alimentar e nutricional – SAN. 2.2. Direito humano à alimentação adequada: situações de insegurança alimentar e nutricional. 2.3. Lei Orgânica de SAN-LOSAN. 2.4. Política nacional de alimentação e nutrição – PNAN: diretrizes e ações advindas, articulação intra e intersectorial, responsabilidades do Gestor Municipal – Secretaria Municipal de Saúde ou organismos correspondentes. 2.5. Estratégia global da OMS (ação no Brasil). 2.6. Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT. 2.7. Legislação básica aplicada à alimentação e nutrição e às unidades de alimentação e nutrição (UANs). 3. Intervenção nutricional em populações e grupos populacionais. 3.1. A transição epidemiológica e nutricional (obesidade e desnutrição). 3.2. Doenças crônicas não transmissíveis. 3.3. Doenças infecciosas (diarréias, tuberculose). 3.4. Nos ciclos da vida: criança, adolescente, adulto, idoso, gestante, nutriz. 3.5. Populações expostas à insegurança alimentar, comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e outros), portadores de necessidades especiais. 4. Distúrbios nutricionais e carências específicas. 4.1. Desnutrição. 4.2. Anemia nutricional. 4.3. Hipovitaminose A. 4.4. Distúrbios por deficiência de iodo. 4.5. Obesidade. 5. Unidades de Alimentação e Nutrição. 5.1. Caracterização. 5.2. Aplicação da técnica dietética em UAN. 5.3. Cardápios (exigências nutricionais; guias alimentares). 5.4. Gestão da Segurança e Higiene no Trabalho: Saúde do trabalhador – conceitos básicos; Mapa de riscos - conceitos e noções da construção, legislação específica – NRs, atribuições do nutricionista em Saúde do Trabalhador. 5.5. Administração aplicada. 5.6. Gestão de Pessoas. 5.7. Administração de material. 5.8. Unidades de Alimentação e Nutrição Especiais. 5.9. Lactários. 5.10. Bancos de Leite. 5.11. Unidades de dietas especiais. 6. Controle Higiênico e Sanitário dos Alimentos. 6.1. Fundamentos microbiológicos. 6.2. Controle tempo-temperatura nas diversas etapas da produção dos alimentos. 6.3. Prevenção das toxinfecções. 6.4. Inspeção sanitária de alimentos. 6.5. Saúde do manipulador: exames médicos e laboratoriais. 6.6. Controle das matérias primas. 6.7. Controle de pragas. 6.8. Higiene nos setores de produção. 6.9. Uso racional da água. 6.10. APPCC - análise de perigos por pontos críticos de controle (HACCP). 6.11. Manual de boas práticas de produção. 7. Educação alimentar e nutricional. 7.1. Conceitos. 7.2. Linguagem, metodologias e recursos. 7.3. Abrangência e adequação. 7.4. Educação popular: conceito, estratégias, instrumentos. 8. Avaliação Nutricional e atenção dietética em nível ambulatorial, hospitalar e comunitário aos diferentes grupos etários, fisiológicos, ciclo de vida. 8.1. Inquéritos alimentares, anamênese alimentar. 8.2. Métodos antropométricos e bioquímicos. 8.3. Atendimento dietoterápico em enfermidades crônicas não transmissíveis. 8.4. Atendimento dietoterápico em enfermidades infecto-contagiosas. 8.5. Atuação em equipes multiprofissionais de saúde e de terapia nutricional. 9. Investigações oficiais em nutrição, saúde e economia: PNSN, PNDS, PNAD, POF, ENDEF.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, E. S.; SPINELLI, M. G. N.; ZANARDI, A. M. P. Gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição: um modo de fazer. São Paulo: Metha, 2009. 202 p.
ACCIOLY, E., SANDERS, C., LACERDA, E.M.A. Nutrição em obstetrícia e pediatria. 2 ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 2009. 649p.
BARRETO, SM (coord); PINHEIRO, AR; SICHIERI, R. et al. Análise da Estratégia Global para alimentação saudável, atividade física e saúde. Documento realizado pelo Grupo Técnico instituído pela Portaria MS 596, de 8/04/2004. Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/nutricao/documentos>
BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Departamento de Atenção à Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira: promovendo a alimentação saudável. 2008. 210p. Disponível em: www.saude.gov.br
BRASIL. Ministério da Saúde. Diabetes Mellitus. Cadernos de Atenção Básica, n.16. Ministério da Saúde.

Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica: Brasília, 2006. 64p. Disponível em <http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/genero/livros.htm#c>

BRASIL. Ministério da Saúde. Obesidade. Cadernos de Atenção Básica, n.12. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica: Brasília, 2006. 108p. Disponível em <http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/genero/livros.htm#c>

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Política de Saúde. Organização Pan Americana da Saúde. Guia alimentar para crianças menores de dois anos. SPS/OPS. Brasília, 2002. 152p. Disponível em: www.saude.gov.br

DUNCAN, B.B., SCHMIDT, M.I., GIUGLIANI, E.R.J. Medicina ambulatorial. 3.ed Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. 1600p.

FISBERG, R.M., SLATER, B., MARCHIONI, D.M.L., MARTINI, L.A. Inquéritos alimentares. Barueri: Manole, 2005. 334p.

LINDEN, S. Educação nutricional: algumas ferramentas do ensino. São Paulo: Livraria Editora Varela, 2005. 153 p.

MAHAN, L. K.; ESCOTT-STUMP, S. Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia. 11. ed. São Paulo: Rocca, 2005. 1242 p.

MEZOMO, I. B. Os serviços de alimentação: planejamento e administração. 5. ed. São Paulo: Manole, 2002. 413 p.

MONEGO, ET; PEIXOTO, MRG. Alimentação e doenças cardiovasculares. In PORTO, CC (org) Doenças do Coração. Prevenção e Tratamento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998. p. 112-8.

MONTEIRO, C.A. (Org.). Velhos e novos males da saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças.. 2. ed. aum. São Paulo: Hucitec/ Nupens-USP, 2000. 435 p.

ORNELLAS, L.H. Técnica Dietética – seleção e preparo de alimentos. 8 ed. São Paulo: Atheneu, 2007. 276p.

PROENÇA, R. P. C.; SOUSA, A. A.; VEIROS, M. B.; HERING, B. Qualidade Nutricional e Sensorial na Produção de Refeições. Florianópolis: UFSC, 2005. 221 p.

PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR (Brasil) (PAT). Programa de Alimentação do Trabalhador: responde. – 2. ed. – Brasília : MTE, SIT, DSST, COPAT, 2006. 45 p.

REGO, J.C., FARO, Z.P. Manual de limpeza e desinfecção para unidades produtoras de refeições. São Paulo: Varela, 1999. 62p.

SHILLS, ME; OLSON, JA and SHIKE, M (ed) Modern Nutrition in Health and Disease. 10. ed. Londres: Williams & Wilkins, 2006.

SILVA JÚNIOR, E.A. Manual de controle higiênico-sanitário em serviços de alimentação. 6 ed. São Paulo: Varela, 2005. 623p.

VALENTE, F. L. S. Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas. Ed. Cortez. São Paulo, 2002. 272p.

VASCONCELOS, F. A. G. Avaliação nutricional de coletividades. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.

WHO. Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases. Report of a Joint WHO/FAO Expert Consultation. Geneva: World Health Organization. WHO Technical Report Series 916, 2003. Disponível em: <http://www.who.int/dietphysicalactivity/en/>

www.anvisa.gov.br. Resoluções e portarias relativas ao controle de qualidade dos alimentos, aos lactários, bancos de leite, rotulagem.

<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar> Segurança Alimentar e Nutricional.

www.saude.gov.br. Orientação e Prevenção/ Ações e Programas/ Entenda o SUS.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE ANALISTA DE SAÚDE – TERAPEUTA OCUPACIONAL

1.Ética e deontologia. 2. Fundamentos da terapia ocupacional. 3. Atividades e recursos terapêuticos. 4. Neurologia. 5. Ortopedia. 6. Administração em terapia ocupacional. 7. Terapia ocupacional aplicada a Neurologia, Ortopedia, a Disfunções sensoriais, a problemas sociais, a saúde mental, a psiquiatria, a gerontologia e geriatria, a deficiência mental e a patologias diversas.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BUENO, Jocian Machado. Psicomotricidade: Teoria & Prática, estimulação, educação e reeducação psicomotora com atividades aquáticas. São Paulo: ed. Lovise, 1998.

CARLO, M. M. R. P.; LUZO, M. C. M. (orgs). Terapia Ocupacional: Reabilitação Física e Contextos Hospitalares. São Paulo: ed. Roca, 2004.

CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. C.; (orgs.). Terapia Ocupacional no Brasil: Fundamentos e perspectivas. São Paulo: ed. Plexus, 2001.

CASTRO, Adriana; MALO, Miguel. SUS-ressignificando a promoção da saúde. São Paulo: ed. Hucitec, 2006

CAVALCANTI, Alessandra; GALVÃO, Cláudia. Terapia Ocupacional: Fundamentação & Prática. Riode Janeiro: ed. Guanabara Koogan, 2007.

FRANCISCO, B. R. Terapia Ocupacional. 4ªed. São Paulo: ed. Papirus, 2005.

FREITAS, P. P. Reabilitação de Mão Rio de Janeiro: ed. Atheneu, 2006.

LIMA, C. L. A; FONSECA, L. F. Paralisia Cerebral: Neurologia-Ortopedia-Reabilitação. Rio de Janeiro: ed. Guanabara Koogan.

PEDRAL, Claudia; BASTOS, Patrícia. Terapia Ocupacional- Metodologia e Prática. Rio de Janeiro: ed. Rubio, 2008.

PEDRETTI, L. W; EARLY, M. B. Terapia Ocupacional: Capacidades Práticas para as Disfunções Físicas. 5ª ed. São Paulo: ed. Roca, 2005.

TEIXEIRA, Erika; SAURON, F. N.; SANTOS, L.S. B.; OLIVEIRA, M.C. Terapia Ocupacional na reabilitação Física. São Paulo: ed. Roca, 2003.

Código de Ética Profissional - COFFITO e Resoluções.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE ANALISTA DE SAÚDE – ENFERMEIRO

1. Sistematização da assistência de enfermagem. 2. Prevenção e controle de infecção nos estabelecimentos de saúde; biossegurança; processamento de artigos; limpeza e desinfecção de superfícies. 3. Semiologia e semiotécnica de enfermagem. 3.1 Procedimentos de enfermagem. 4. Assistência de enfermagem nas urgências e emergências clínicas. 5. Administração em enfermagem. 5.1. Segurança do paciente. 6. Assistência de enfermagem ao adultos e idosos portadores de afecções clínicas e cirúrgicas. 6.1. Enfermagem perioperatória. 7. Legislação do exercício profissional da enfermagem, ética e bioética. 8. Assistência de enfermagem à mulher, ao adolescente, à criança e ao recém-nascido. 9. O enfermeiro e os programas de atenção básica do Ministério da Saúde. 10. Política Nacional de Atenção Básica. 11. Política nacional de humanização. 12. Programa nacional de imunizações. 13. Sistema único de saúde.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRIS, D. B. *et al.* Semiologia: bases para a prática assistencial. Trad. Carlos Henrique Cosendey; Rev. Isabel Cristina Fonseca da Cruz. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE INFECÇÃO RELACIONADA À ASSISTÊNCIA À SAÚDE. Limpeza, desinfecção e esterilização de artigos em serviços de saúde. São Paulo: APECIH, 2010.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies. Brasília: ANVISA, 2010. Acesso em 23 nov 2013. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/4ec6a200474592fa9b32df3fbc4c6735/Manual+Limpeza+e+Desinfeccao+WEB.pdf?MOD=AJPERES>>.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Medidas de prevenção de infecção relacionada à assistência à saúde. Brasília: ANVISA, 2013. Acesso em 23 nov 2013. Disponível em <www.anvisa.gov.br/hotsite/segurancadopaciente/documentos/junho/Modulo%20Medidas%20de%20Prevencao%20de%20IRA%20a%20Saude.pdf>.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Assistência segura: uma reflexão teórica aplicada à prática. Brasília: ANVISA, 2010. Acesso em 22 nov 2013. Disponível em: <www.anvisa.gov.br/hotsite/segurancadopaciente/documentos/junho/Modulo%20Assistencia%20Segura.pdf>.

- BARROS, A. L. B. L. et al. Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed. 2010. 440 p.
- BICKLEY, L. S. Bates propedêutica médica. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
- CALIL, A. M. PARANHOS, W. Y. O enfermeiro e as situações de emergência. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010.
- CINTRA, E. A. et al. Assistência de enfermagem ao paciente gravemente enfermo. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2003.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN nº 358 de 15 de outubro de 2009. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Acesso em 21 nov 2013. Disponível em <http://novo.portalcofen.gov.br/resolucao-cofen-3582009_4384.html>.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Decreto nº 94.406 de 08 de junho de 1987. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências. Acesso em 23 nov 2013. Disponível em: <http://novo.portalcofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html>.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN nº 311 de 08 de fevereiro de 2007. Aprova a Reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Acesso em 22 nov 2013. Disponível em: <http://novo.portalcofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao_311_anexo.pdf>.
- FERNANDES, A.T. Infecção hospitalar e suas interfaces na área da saúde. Atheneu: São Paulo, 2000.
- FISCHBACH, F. T.; DUNNING III, M. B. Manual de enfermagem: exames laboratoriais e diagnósticos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- GUIMARÃES, H. P. et al. (editores). Destaques das Diretrizes da American Heart Association 2010 para RCP e ACE. Dallas: American Heart Association, 2010. Acesso em 22 nov 2013. Disponível em: <http://www.heart.org/idc/groups/heart-public/@wcm/@ecc/documents/downloadable/ucm_317343.pdf>.
- JARVIS, C. Exame físico para enfermagem. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- MARQUIS, B. L.; HUSTON, C. J. Administração e liderança em enfermagem - teoria e prática. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Acesso em 23 nov 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_gerenciamento_residuos.pdf>.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Anexo 03: Protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos. Brasília: Ministério da Saúde, s/d. Acesso em 21 nov 2013. Disponível em: <www.anvisa.gov.br/hotsite/segurancadopaciente/documentos/julho/Protocolo%20Identifica%C3%A7%C3%A3o%20do%20Paciente.pdf>.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Anexo 01: protocolo para a prática de higiene das mãos em serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde/ANVISA/FIOCRUZ, 2013. Acesso em 23 nov 2013. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/hotsite/segurancadopaciente/documentos/julho/PROTOCOLO%20HIGIENE%20DAS%20M%C3%83OS.pdf>>.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Anexo 02: protocolo para prevenção de úlceras por pressão. Brasília: Ministério da Saúde/ANVISA/FIOCRUZ, 2013. Acesso em 22 nov 2013. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/hotsite/segurancadopaciente/documentos/julho/PROTOCOLO%20ULCERA%20POR%20PRESS%C3%83O.pdf>>.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. HumanizaSUS - Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Anexo 03: protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos. Brasília: MS/ANVISA, 2013. Acesso em 21 nov 2013. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/hotsite/segurancadopaciente/documentos/julho/Protocolo%20Identifica%C3%A7%C3%A3o%20do%20Paciente.pdf>>.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Cadernos de Atenção Básica, n. 37. Acesso em 23 nov 2013. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_37.pdf>.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Cadernos de Atenção Básica, n. 36. Acesso em 23 nov 2013. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_36.pdf>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E TECNOLOGIA
EDITAL N. 002/2013

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Cadernos de Atenção Básica, 32. Acesso em 23 nov 2013. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_32.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Linha do cuidado do infarto agudo do miocárdio na rede de atenção às urgências. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Acesso em 21 nov 2013. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/linha_cuidado_iam_rede_atencao_urgencia.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Procedimentos. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Cadernos de Atenção Primária n. 30. Acesso em 21 nov 2013. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcd30.pdf.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Programa Nacional de Imunizações. Acesso em 21 nov 2013. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1448>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Cadernos de Atenção Básica, n. 33. Acesso em 23 nov 2013. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/caderno_33.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 4 v. (Série A. Normas e Manuais Técnicas). Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=37764>. Acesso em: 23 nov. 2013>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 110 p. Série E. Legislação em Saúde. Acesso em 21 nov 2013. Disponível em <<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. Manual de rotinas para atenção ao AVC. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Acesso em 21 nov 2013. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_rotinas_para_atencao_avc.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Acesso em 21 nov 2013. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Dez passos para uma alimentação saudável: guia alimentar para crianças menores de dois anos: um guia para o profissional da saúde na atenção básica. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Acesso em 21 nov 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/dez_passos_alimentacao_saudavel_guia.pdf.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Dengue: manual de enfermagem. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Acesso em 21 nov 2013. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2013/Out/02/dengue_enfermagem_2ed_web.pdf>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. 1.ed., 2. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Acesso em 23 nov 2013. Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_mulher_principios_diretrizes.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Acolhimento e classificação de risco nos serviços de urgência. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 56 p. Acesso em 23 nov 2013. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_classificacao_risco_servico_urgencia.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. Recomendações para profilaxia da transmissão vertical do HIV e terapia antirretroviral em gestantes: manual de bolso. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Acesso em 21 nov 2013. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/recomendacoes_profilaxia_transmissao_vertical_hiv_5ed.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de aconselhamento em hepatites virais. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Acesso em 22 nov 2013. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/politicas/hepatites aconselhamento.pdf>>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil. Brasília : Ministério da Saúde, 2011. Acesso em 22 nov 2013. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manual_de_recomendacoes_tb.pdf>.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Portaria N.º 485, de 11 de novembro de 2005. Aprova a norma regulamentadora n.º 32 - NR 32. Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. Acesso em 22 nov

2013. Disponível em:
<http://www.anvisa.gov.br/servicosauade/avalia/saude_do_trabalhador_portaria_485_aprova_NR32.pdf>.
MORTON, P. G.; FONTAINE, D. K.; HUDAK, C. M.; GALLO, B. M. Cuidados críticos de enfermagem: uma abordagem holística. Trad. Ivone Evangelista Cabral, José Eduardo Ferreira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
PORTO, C. C.; PORTO, A. L. (Editores.) Exame clínico: Porto e Porto. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
POSSO, M. B. S. Semiologia e semiotécnica de enfermagem. São Paulo: Atheneu, 1999.
SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENFERMEIROS DE CENTRO CIRÚRGICO, RECUPERAÇÃO ANESTÉSICA E CENTRO DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO - SOBECC. Práticas recomendadas da SOBECC: Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização. 6. ed. São Paulo: SOBECC, 2013.
SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. I Diretriz de Ressuscitação cardiopulmonar e cuidados cardiovasculares de emergência da Sociedade Brasileira de Cardiologia. Arq Bras Cardiol, v. 101, n.2, supl.3, p.1-221; 2013. Acesso em 22 nov 2013. Disponível em <http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2013/Diretriz_Emergencia.pdf>.
SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA / SOCIEDADE BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO / SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEFROLOGIA. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. Arq Bras Cardiol, v. 95, n.1, supl.1, p. 1-51; 2010. Acesso em 21 nov 2013. Disponível em: http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2010/Diretriz_hipertensao_ERRATA.pdf.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE ANALISTA DE SAÚDE – FARMACÊUTICO

1. Farmacologia geral e dos diversos sistemas orgânicos. 2. Farmacovigilância, farmacoeconomia, farmacoepidemiologia. 3. Assistência farmacêutica. 4. Atenção farmacêutica e farmácia clínica. 5. Ética e bioética na profissão farmacêutica. 6. Legislação sanitária e da profissão farmacêutica. 7. Vigilância em saúde e vigilância sanitária. 8. Biossegurança. 9. Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. 10. Práticas integrativas e complementares em saúde. 11. Plantas medicinais e fitoterápicos.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BISSON, M. B. Farmácia clínica & Atenção farmacêutica. 2 ed. Barueri, SP: Manole, 2007.
BRASIL. Lei n. 5991, de 17 de setembro de 1973. Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos.
BRASIL. Lei 9787, de 10 de fevereiro de 1999, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências. D.O.U – Diário Oficial da União; Poder Executivo, de 11 de fevereiro de 1999. Brasília. 1999.
BRASIL. Decreto nº 3.181, de 23 de setembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.
BRASIL. Portaria nº 533, de 28 de março de 2012. Estabelece o elenco de medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Portaria n.344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações.
BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). RDC nº 138, de 29 de maio de 2003. Dispõe sobre o enquadramento na categoria de venda de medicamentos.
BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). RDC nº 80, de 11 de maio de 2006. Dispõe sobre o fracionamento de medicamentos, dá nova redação aos arts. 2º e 9º do Decreto nº 74.170, de 10 de junho de 1974, e dá outras providências.
BRASIL. Ministério da Saúde: Portaria nº 529 de 1º de abril de 2013 (D.O.U. de 02/04/13). Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente. 2013.
BRASIL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada nº 36, de 25 de julho de 2013. Institui ações para a segurança do paciente e dá outras providências, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E TECNOLOGIA
EDITAL N. 002/2013

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. Portaria 176 GM/MS, de 8 de março de 1999.

BRASIL. Portaria 3.916/GM, 30 de outubro de 1998. Aprova a Política Nacional de Medicamentos.

BRASIL. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Relatório Final da I Conferência Nacional de Assistência Farmacêutica. Brasília. 2004.

BRASIL. Resolução CNS n. 338, de 6 de maio de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria n. 2084, de 26 de outubro de 2005. Estabelece normas, responsabilidades e recursos a serem aplicados no financiamento da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica e define o Elenco Mínimo Obrigatório de Medicamentos.

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Resolução nº- 1, de 17 de janeiro de 2012. Estabelece as diretrizes nacionais da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 4.217, de 28 de dezembro de 2010. Aprova as normas de financiamento e execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica.

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 184, de 3 de fevereiro de 2011. Dispõe sobre o Programa Farmácia Popular do Brasil.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde. RESOLUÇÃO Nº 20, de 05 de maio de 2011.

BRASIL. ANVISA/MS – Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde. RESOLUÇÃO RDC Nº 306, de 07 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diretrizes para estruturação de farmácias no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 44 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Assistência farmacêutica na atenção básica: instruções técnicas para sua organização. 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 100 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/judicializacao/pdfs/283.pdf> . Acessado em 21/02/2012.

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 60 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Biossegurança em saúde: prioridades e estratégias de ação. Brasília:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE ANALISTA DE SAÚDE – PSICÓLOGO

1. Bases teórico-conceituais: 1.1. O binômio saúde/doença. 1.2. Histórico da psicologia na saúde e hospitalar. 1.3. Conceito de psicologia da saúde e hospitalar. 1.4. Estresse, estratégias de enfrentamento psicológico (*coping*) e saúde. 1.5. O papel do psicólogo no contexto da atenção primária, secundária e terciária em saúde. 1.6. Política pública de atenção à criança e à mulher. 1.7. Política pública de atenção ao idoso. 1.8. Princípios de psicofarmacologia. 1.9. Personalidade e Saúde. 1.10. Psicologia na prática obstétrica: abordagem interdisciplinar. 1.11. Ginecologia e psicossomática. 1.12. Referências técnicas do conselho federal de psicologia para o trabalho do psicólogo. 2. Assistência psicológica em saúde: 2.1. Avaliação psicodiagnóstica no contexto da saúde. 2.2. O psicodiagnóstico institucional. 2.3. Acompanhamento psicológico ao enfermo crônico e agudo. 2.4. Acompanhamento psicológico em clínica de ginecologia e obstetrícia. 2.5. Humanização do atendimento em saúde. 2.6. Psicoterapia breve e focal suportiva. 3. Psicólogo no trabalho da equipe de saúde e pesquisa em psicologia: 3.1. Multidisciplinaridade. 3.2. Interdisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade. 3.3. Investigação científica na prática do psicólogo no contexto da Saúde. 3.4. A ética do psicólogo no contexto da saúde.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ANGERAMI, V. A. E a Psicologia entrou no Hospital. São Paulo: Pioneira. Org.1994.

_____, V.A. Urgências Psicológica no Hospital. São Paulo: Pioneira. Org.1998.
BARLOBW, David H.; DURAND; V. Mark. Psicopatologia: uma abordagem integrada. 4 ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2008.
BAPTISTA, Makilin N.; DIAS, Rosana R. Psicologia Hospitalar – Teoria, aplicações e casos clínicos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1ª edição 2009.
BEE, H. O Ciclo Vital. Porto Alegre: Artmed., 1997.DALGALARRONDO, Paulo. Evolução do Cérebro. São Paulo: Artmed. 2011.
HALL, C. S, Lindzey, G. & Campbell, J. B. Teorias da Personalidade. Porto Alegre: Artmed. 2000.
HUMANIZAÇÃO EM CUIDADOS INTENSIVOS – AMIB. Editora Revinter. 2004.MELO FILHO, J. Psicossomática Hoje. Porto Alegre: Artes Medicas. 1992.STRAUB, R.O. Psicologia da Saúde. Porto Alegre: Artmed. 2005.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA

CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE SAÚDE PÚBLICA PARA TODOS OS CARGOS DE FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA

1. O processo saúde-doença (historicidade e conceitos). 2. Modelos assistenciais em saúde. 3. A Reforma Sanitária brasileira. 4. SUS: atribuições, doutrinas e competências. 5. Legislação do sistema único de saúde – SUS: Constituição Brasileira, do art. 196 ao 200. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e Portaria n. 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011. Decreto 7508/2011. 6. Gestão em Saúde. 7. Epidemiologia: conceitos, usos e principais indicadores. 8. Modelos de estudo da causalidade das doenças. 9. População e Saúde: aspectos da transição demográfica e epidemiológica no Brasil. 10. Classificação internacional de doenças: histórico, conceitos e utilização. 11. Sistemas de informações em saúde de maior interesse para a saúde pública. 12. Doenças transmissíveis emergentes, reemergentes e negligenciadas. 13. Saúde ambiental, saúde ocupacional e a vigilância sanitária. 14. Estratégia saúde da família. 15. Pacto federativo e governança do SUS: Pacto pela Saúde e Decreto 7508/2011. 16. Programa nacional de imunização (PNI), calendário de vacinação (criança, adolescente e idoso). 17. Política nacional de urgência e emergência: normas e Portarias. 18. Vigilância em saúde. 19. Prevenção e controle de doenças crônicas não transmissíveis. 20. Políticas de atenção a saúde da criança, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 21. Política de humanização do SUS. 22. Política de Saúde Mental, redução do consumo abusivo de álcool e Políticas sobre Drogas (Portarias 132, 131, 130, 126, 122, 121, GM MS, de 25/01/2012).

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Filho Naomar & ROUQUAYROL, Maria Zélia. Introdução a Epidemiologia Moderna. 2ªed. Belo Horizonte, Salvador e Rio de Janeiro, COOPMED-APCEABRASCO, 1992.
MEDRONHO, Roberto A. et al. Epidemiologia. São Paulo. Editora Atheneu. 2003. 493 p.
MENDES, Eugênio V. Os grandes dilemas do SUS: tomo I. Salvador. Casa da Qualidade Edit.2001. 144 p.
_____. Os grandes dilemas do SUS: tomo II. Salvador. Casa da Qualidade Editora. 2001. 176 p. PAIM, J. S. Saúde, política e reforma sanitária. Salvador. ISC. 2002. 448 p.
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde. Tradução Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português. 10ª Ed. Revisada. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo, 2007.
PEREIRA, Maurício G. Epidemiologia: teoria e prática. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 1995.
ROUQUAYROL, Maria Zélia, ALMEIDA Filho, Naomar. Epidemiologia & Saúde. 6ª ed. Rio de Janeiro, MEDSI, 2003. 708 p.
TEIXEIRA, Carmen F. (org.) Promoção e Vigilância da Saúde. Salvador. ISC-CEPS. 2002. 128 p.
Referências On Line
BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Legislação do SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2003. Disponível em: http://www.conass.org.br/?page=legislacao_estruturante

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E TECNOLOGIA
EDITAL N. 002/2013

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Coleção Progestores, volumes 1 a 13 / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. - Brasília: CONASS, 2007. Disponível em: <http://www.conass.org.br/publicacao/index.html>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. Saúde Brasil 2010: uma análise da situação de saúde e de evidências selecionadas de impacto de ações de vigilância em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/visualizar_texto.cfm?idtxt=38462

BRASIL, 2007. Coleção para Entender a Gestão do SUS 2011: volumes 5 e 6. Disponível em: http://www.portalconass.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=21

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diabetes. Cadernos de Atenção Básica n.16. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica: Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/abcad16.pdf>

BRASIL. Coleção para Entender a Gestão do SUS 2011. Volume 8. Disponível em: http://www.portalconass.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=21

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Guia de Vigilância Epidemiológica. 7ª Edição. Brasília, 2009. Disponível: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/gve_7ed_web_atual.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios. Ministério da Saúde, Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde. – 3ªEd. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.

Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de Imunizações 30 anos/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/livro_30_anos_pni.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Política nacional de promoção da saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pactovolume7.pdf>

Calendário de Vacinação Infantil/2012. Disponível em: http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2012/Jan/18/calendario_180112.pdf

CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988: Artigos 196 ao 200.

Disponível em :<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/area/320/legislacao.html>

DECRETO 7508 de 28/06/2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm

LEBRÃO, Maria Lúcia. O envelhecimento no Brasil: aspectos da transição demográfica e epidemiológica. São Paulo: Editorial Bolina. Saúde Coletiva, vol. 4, núm. 017, bimestral, 2007, pp. 135-140. Disponível em: <http://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2559.pdf>

LEI Nº 8080 de 19/09/1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção, e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências- lei orgânica da saúde. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/area/320/legislacao.html>

LEI Nº 8142 de 28/12/1990. Esta lei dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.

Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/area/320/legislacao.html>

PORTARIA Nº 719, de 07/04/2011 que institui o programa academia da saúde no âmbito do SUS. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria_academia_saude_719.pdf

PORTARIA MS/GM Nº 2.488, de 21/10/2011. Aprova a política nacional de atenção básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização de atenção básica para o programa de saúde da família (PSF) e o programa de agentes comunitários. Disponível em: http://www.saude.ba.gov.br/images/Arquivos/Saude_bucal/Portaria2488.pdf

Programa Nacional de Vacinação – PNI: calendários. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=30281

WALDMAN, Eliseu Alves. Vigilância em Saúde Pública. Série Saúde & Cidadania: volume 7. São Paulo, 1998.

Disponível em: http://www.fug.edu.br/adm/site_professor/arq_download/arq_271.pdf

SOUZA, Wanderlei. Doenças Negligenciadas. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2010.

Disponível em: <http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-199.pdf>.

THE LANCET, Serie Brasil, Maio de 2011. Disponível em:
<http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor1.pdf>
<http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor2.pdf>
<http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor3.pdf>
<http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor4.pdf>
<http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor5.pdf>
<http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor6.pdf>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E LEGISLAÇÃO PARA O CARGO/FUNÇÃO DE FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA – FISCAL DE ALIMENTAÇÃO

1. Controle sanitário de alimentos em estabelecimentos de produção, de comercialização e de serviços de alimentação. 1.1. Qualidade da matéria prima. 1.2. Fatores de risco na produção, no transporte, na distribuição e no consumo de alimentos. 1.3. Legislação sobre a comercialização de alimentos crus, semi-preparados e prontos para consumos. 1.3.1. Legislação sobre aditivos, ingredientes e água. 1.4. Legislação de alimentos para fins especiais. 1.5. Normas de higiene e segurança do trabalho. 2. Alterações, contaminações e conservação de alimentos com implicações na saúde pública. 2.1. Principais alterações em alimentos crus e em produtos processados. 2.2. Parâmetros intrínsecos e extrínsecos que favorecem as alterações em alimentos. 2.3. Substâncias tóxicas presentes nos alimentos. 2.4. Principais contaminantes em alimentos e medidas preventivas no combate às doenças veiculadas pelos alimentos. 2.5. Métodos gerais de conservação de alimentos. 2.6. Embalagens de alimentos. 3. Procedimentos para autorização de funcionamento de estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos, de estabelecimentos para comercialização e de prestação de serviços na área de alimentação. 3.1. Legislação e competências na regulamentação e fiscalização de alimentos. 3.2. Procedimentos para expedição de autorização, licença e registro do estabelecimento e respectivos produtos. 3.3. Alvará sanitário. 3.4. Requisitos para elaboração, fiscalização, supervisão e princípios das boas práticas de fabricação (BPF) e de procedimento operacional padronizado (POP). 3.5. Verificação, identificação e monitoramento de pontos críticos de controle de acordo com o programa de análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC) dos estabelecimentos. 3.6. Avaliação e supervisão das condições de infra-estrutura física. 4. Identificação e procedimentos para autuação de alimentos impróprios para consumo em estabelecimentos comerciais e de serviços de alimentação. 4.1. Legislação e normas técnicas para identificação. 4.2. Legislação e avaliação das condições de estocagem de alimentos. 4.3. Notificações e autos de infração. 4.4. Métodos diagnósticos para avaliação de alimentos alterados. 4.5. Análise fiscal. 4.6. Procedimentos de coleta de amostra e plano de amostragem para análises. 4.7. Acondicionamento e estocagem de amostras para contraprova. 4.8. Avaliação e interpretação de resultados conforme legislação em vigor. 4.9. Laudo técnico. 4.10. Procedimentos para apreensão de produtos e interdição do estabelecimento. 4.11. Competências e legislação para recolhimento de alimentos e destino final dos produtos. 5. Supervisão, fiscalização e controle dos estabelecimentos de produção/industrialização, de comercialização e de serviços de alimentação. 5.1. Condições sanitárias do ambiente, das instalações e dos equipamentos. 5.2. Programa de higienização. 5.3. Manejo de resíduos. 5.4. Condições de estocagem. 5.5. Saúde e higiene dos manipuladores. 5.6. Qualidade sanitária de alimentos. 5.7. Impactos ambientais. 6. Rotulagem geral de alimentos. 6.1. Informações obrigatórias. 6.2. Rotulagem nutricional obrigatória. 6.3. Alimentos isentos de registro. 6.4. Alimentos para fins especiais. 7. Qualidade dos alimentos processados. 7.1. Órgãos nacionais e internacionais que normatizam parâmetros de qualidade de alimentos. 7.2. Legislação sobre qualidade de alimentos. 8. Ética e relações interpessoais nos serviços de alimentação.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, N. J.; MACÊDO, J. A. B. Higienização na indústria de alimentos. São Paulo: Livraria Varela, 1996.
BARUFFALDI, R.; OLIVEIRA, M. N. Fundamentos de tecnologia de alimentos. São Paulo: Atheneu, 1998.
BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Portaria SVS/MS n. 540, de 27 de outubro de 1997. Aprova o Regulamento Técnico: Aditivos Alimentares Definições, Classificação e Emprego.

Diário Oficial da União, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC n. 278, de 22 de setembro de 2005. Aprova as Categorias de Alimentos e Embalagens Dispensados e com Obrigatoriedade de Registro. Diário Oficial da União, 2005.

BRASIL, Lei nº 6437, de 20 de agosto de 1977. Configura Infrações à Legislação Sanitária Federal, estabelece as Sanções Respectivas, e dá outras Providências. Diário Oficial da União; Poder Executivo, 1977.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC n. 27, de 6 de agosto de 2010. Dispõe sobre as Categorias de Alimentos e Embalagens Isentos e com Obrigatoriedade de Registro Sanitário. Diário Oficial da União; Poder Executivo, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC n.216, de 15 de setembro de 2004. Aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Diário Oficial da União; Poder Executivo, 2004.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E LEGISLAÇÃO PARA O CARGO/FUNÇÃO DE FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA – FARMÁCIA

1. Ética e bioética nas ciências farmacêuticas. 2. Farmacologia. 2.1. Fármacos antimicrobianos. 2.2. Fármacos analgésicos e anti-inflamatórios. 2.3. Fármacos anti-hipertensivos. 2.4. Fármacos hipoglicemiantes orais. 3. Doenças infecciosas e parasitárias de interesse em saúde pública. 4. Assistência Farmacêutica. 4.1. Farmacovigilância. 4.2. Atenção Farmacêutica. 4.3. Promoção da saúde. 5. Boas práticas em estabelecimento de saúde. 5.1. Farmácias e drogarias. 5.2. Hospitais. 5.3. Estabelecimentos de gêneros alimentícios. 6. Epidemiologia. 7. Legislações que regulam os setores farmacêuticos. 7.1. Legislações que regulam o laboratório clínico. 7.2. Plano de gerenciamento de resíduos dos Serviços de Saúde. 7.3. Regulamento técnico para funcionamento de laboratórios clínicos. 7.4. Registro de produtos biológicos. 7.5. Legislações que regulam as farmácias e drogarias. 7.6. Legislações que regulam os hospitais.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BISSON, M. B. Farmácia clínica & Atenção farmacêutica. 2 ed. Barueri, SP: Manole, 2007.

BRASIL. Lei n. 5991, de 17 de setembro de 1973. Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos.

_____. Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976. Dispõe sobre a vigilância a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos.

_____. Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999. Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.

_____. Ministério da Saúde: Portaria nº 529 de 1º de abril de 2013 (D.O.U. de 02/04/13). Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente. 2013.

_____, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada nº 36, de 25 de julho de 2013. Institui ações para a segurança do paciente e dá outras providências, 2013.

_____. Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000. A dispensação ou a venda de medicamentos do grupo terapêutico dos esteróides ou peptídeos anabolizantes para uso humano estarão restritas à apresentação e retenção da receita emitida por médico ou dentista.

_____. Lei nº 10.669, de 14 de maio de 2003. Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos.

_____. Decreto nº 3.181, de 23 de setembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.

_____. Portaria nº 1.565/MS/GM, de 26 de agosto de 1994. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e sua abrangência, esclarece a competência das três esferas de governo e estabelece as bases para a descentralização da execução de serviços e ações de vigilância em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E TECNOLOGIA
EDITAL N. 002/2013

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 4.283, de 30 de dezembro de 2010 do Ministério da Saúde. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Portaria_MS_4283_30_12_2010.pdf . Acessado em 11/11/2013

_____. Lei n. 6437, de 20 de agosto de 1977 - Dispõe sobre as Infrações e Penalidades Cabíveis a Legislação Sanitária.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução Nº 328, de 22 de julho de 1999 - Dispõe sobre os requisitos para a dispensação de produtos de interesse à saúde em farmácias e drogarias.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC Nº 306, de 07 de dezembro de 2004 - Estabelece o Plano de Gerenciamento de Resíduos.

_____. Conselho Federal de Farmácia. Resolução Nº 417, de 29 de setembro de 2004 - Código de Ética da Profissão Farmacêutica.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº 338, de 06 de maio de 2004 - Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC Nº 216, de 15 de setembro de 2004 - Boas Práticas para Serviços de Alimentação.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC Nº 67, de 08 de outubro de 2007 - Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação em Farmácias.

_____. Ministério da Saúde. Portaria MS Nº 2.616, de 12 de maio de 1998 - Estabelece as Diretrizes e Normas para Prevenção e Controle das Infecções Hospitalares.

_____. Ministério da Saúde. Portaria Nº 3.916, de 30 de outubro de 1998 - Aprova a Política Nacional de Medicamentos.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Portaria n.344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações.

_____. Ministério da Saúde. Portaria Nº 687, de 30 de março de 2006 Aprova a Política de Promoção da Saúde.

_____. Ministério da Saúde. Doenças infecciosas e parasitárias - Guia de Bolso, 8ª ed. Brasília - DF, 2010.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diretrizes para estruturação de farmácias no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 44 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 182 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

Disponível em:
http://www.anvisa.gov.br/servicosaude/manuais/manual_gerenciamento_residuos.pdf . Acessado em 11/11/2013.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Guia de vigilância epidemiológica / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – 7. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. 816 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de medicamentos 2001/Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2001.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Formulário terapêutico nacional 2010: Rename 2010. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 1135 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/FTN.pdf> . Acessado em 21/02/2012.

_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência Farmacêutica no SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília : CONASS, 2011. 186 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 7)

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais : Rename 2013/ Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. – 8. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. 200 p.

_____. RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 44, DE 17 DE AGOSTO DE 2009. Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E TECNOLOGIA
EDITAL N. 002/2013

outras providências.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RESOLUÇÃO - RDC nº 53, DE 30 DE AGOSTO DE 2007.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 186 de 27 de julho de 2004. Dispõe sobre a notificação de drogas ou insumos farmacêuticos com desvios de qualidade comprovados pelas empresas fabricantes de medicamentos, importadoras, fracionadoras, distribuidoras e farmácias.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC ANVISA nº 16, de 02 de março de 2007. Aprova o regulamento Técnico para Medicamentos Genéricos.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 80 de 11 de maio de 2006.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 44 de 17 de agosto de 2009. Dispõe sobre as Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária Instrução Normativa nº5 de 11 de dezembro de 2008. Determina a publicação da "Lista de Medicamentos Fitoterápicos de Registro Simplificado".

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 138 de 29 de maio de 2003. Dispõe sobre o enquadramento na categoria de venda de medicamentos.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº328, de 22 de julho de 1999. Dispõe sobre requisitos exigidos para a dispensação de produtos de interesse à saúde em farmácias e drogarias.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 20 de 5 de maio de 2011. Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 27 de 30 de março de 2007. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados – SNGPC, estabelece a implantação do módulo para drogarias e farmácias e dá outras providências.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC Nº 17, DE 02 DE MARÇO DE 2007 Aprovar o Regulamento Técnico, em anexo, para registro de Medicamento Similar.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC Nº 302, de 13 de outubro de 2005 - Dispõe sobre Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC Nº 50, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011 - Dispõe sobre os procedimentos e condições de realização de estudos de estabilidade para o registro ou alterações pós-registro de produtos biológicos e dá outras providências.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Portaria n.344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações.

CORDEIRO, Carlos Benedito; LEITE, Silvana Nair. O Farmacêutico na atenção à Saúde. 2ª Ed. Itajaí: Editora Univali, 2008.

CORRER, C. J. A prática farmacêutica na farmácia comunitária. Porto Alegre: Artmed, 2013. p. 440.

DADER, MJF; MUÑOZ, PA; MARTÍNEZ-MARTÍNEZ, F. Atenção Farmacêutica – Conceitos, Processos e Casos Práticos. Editora Racine, 2008.

GOMES, M. J. V. M. Ciências Farmacêuticas: uma abordagem em farmácia hospitalar. 1ª ed. São Paulo: Atheneu, 2003.

HANG, H. P.; DALE, M. M.; RITTER, J. M.; MOORE, P. K. Farmacologia. 6a. ed. 2007

KATZUNG, B.G. Farmacologia básica e clínica 10ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

MARIN, Nelly. (org.) et al. Assistência farmacêutica para gerentes municipais. / Organizado por Nelly Marin et al. Rio de Janeiro : OPAS/OMS, 2003. 373p. Disponível em: <http://www.opas.org.br/medicamentos/site/UploadArq/0080.pdf> . Acessado em 21/02/2012.

PENILDON, S. Farmacologia. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

STORPIRTIS, S. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E LEGISLAÇÃO PARA O CARGO/FUNÇÃO DE FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA – ODONTOLOGIA

1. Agravos e condições bucais: cárie dentária, doença periodontal, oclusopatias, dor orofacial, traumatismo dentário, trauma maxilofacial, câncer bucal. 2. Associação entre lesões orais e manifestações sistêmicas. 3. Urgências em Odontologia: diagnóstico e conduta. 4. Terapêutica medicamentosa em Odontologia. 5. Adequação comportamental do paciente para atendimento odontológico.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, E. D. Terapêutica medicamentosa em odontologia: procedimentos e uso de medicamentos nas principais situações da prática odontológica. São Paulo: Artes Médicas, 2006.
ANTUNES, J. L. F, Peres M. A. Epidemiologia da saúde bucal. Oswaldo Crivello Junior (Coord.). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
CORREA, M.S.N.P. Odontopediatria na primeira infância. 3. ed. São Paulo: Santos, 2010.
COSTA, L.R.R.S. Sedação em odontologia: desmitificando sua prática. São Paulo: Artes Médicas, 2007.
LITTLE, J. W. et al. Manejo odontológico do paciente clinicamente comprometido. 7.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
MILORO, M. et al. Princípios de cirurgia bucomaxilofacial de Peterson. 2. ed. São Paulo: Santos, 2008.vol. 1 e 2 1502 p.NEVILLE, B. W. et al. Patologia oral e maxilofacial. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E LEGISLAÇÃO PARA O CARGO/FUNÇÃO DE FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA – VETERINÁRIA

1. Investigação de surtos de doenças transmissíveis e de tóxico-infecções alimentares. 2. Métodos de controle e erradicação de doenças. 3. Conceito e caracterização do risco sanitário. 4. Zoonoses de importância em Saúde Pública: dengue; doença de Chagas febre amarela; febre maculosa; hantavirose; leishmanioses; leptospirose; raiva. 5. Doenças ocupacionais e riscos à saúde do médico veterinário. 6. Principais animais sinantrópicos de interesse em saúde pública. Controle de pragas urbanas. 7. Biologia e controle de roedores e vetores. 8. Desinfecção e desinfetantes. 9. Destino e tratamento dos resíduos de serviços de saúde. 10. Resíduos de medicamentos veterinários em produtos de origem animal. 11. Vigilância Epidemiológica: concepções, estratégias e práticas. 12. Vigilância Ambiental: conceito; atribuições; análise e gerenciamento de risco. 13. Vigilância Sanitária: inspeção; aspectos gerais: conceito, finalidade, características, etapas para realização de uma inspeção, procedimentos, processo de condução. 14. Tipos de inspeção para fins de certificação, investigação, concessão de autorização de funcionamento de estabelecimento, rotina periódica. 15. Princípios de Biossegurança: Lei n. 8.974/1995. 16. Doenças veiculadas pela ingestão de leite, carnes e derivados. 17. Boas práticas de fabricação de produtos de origem animal. 18. Análises físico-químicas e microbiológicas em produtos de origem animal e de alimentos para animais.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ACHA, P.N. & SZYFRES, B. Zoonosis y enfermedades transmissibles comunis al hombre y a los animales. 3a ed. Vol.I. Bacteriosis y micosis. Publicación Científica y Técnica. No 580, Washington: OPS, 2001, 398p.
BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Vigilância ambiental em saúde/Fundação Nacional de Saúde. Brasília: FUNASA, 2002.42 p.
BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal - RIISPOA
BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Agência Nacional De Vigilância Sanitária -ANVISA/MS. Conferência Nacional de Vigilância Sanitária. Relatório Final. Brasília, D.F. 2001.
BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE.- Caderno: Principais zoonoses de interesse em saúde pública urbana. Brasília: MS/FNS, 1988. 58p.
BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual de vigilância epidemiológica da febre amarela. Brasília : MS/FNS, 1999. 60 p.
BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Normas Operacionais de Centros de Controle de Zoonoses:

Procedimentos para o Controle de Roedores. Brasília: MS/FNS, 1993. 79 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual de Controle de Vetores: procedimentos para . Brasília: MS/FNS, 2001. 124 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE- Norma Técnica de Tratamento Profilático Anti-Rábico Humano. Brasília: MS/FNS, 1995. 43 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Fundação Nacional de Saúde. Guia de vigilância epidemiológica. Brasília, v. 2, p.541-556, 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso. Brasília: Ministério da Saúde, 5ed. amp., 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Fundação Nacional de Saúde. Manual de Dengue. Brasília: Ministério da Saúde. 1996. 76 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Fundação Nacional de Saúde. Manual de Leptospirose. Brasília: Ministério da Saúde. 1995 98 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Caderno: Principais zoonoses de interesse em saúde pública urbana. Brasília: Ministério da Saúde, 1988. 58p.

CAMPOS, GWS; MINAYO, MCS; AKERMAN, M; DRUMOND JUNIOR, M; CARVALHO, YM (orgs) Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Fiocruz, 2006. 2.

CORTES, J.A. Epidemiologia - conceitos e princípios fundamentais. São Paulo: Varela, 1993. 227 p.

COURA, J. R. Dinâmica das Doenças Infecciosas e Parasitárias. Vols. I e II. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2005. 3157p.

FORATINNI, O.P. Ecologia, epidemiologia e sociedade. São Paulo: EDUSP, 1992. 529 p.

MEDRONHO, R.A., BLOCH, K.V., LUIZ, R.R., WERNECK, G.L. Epidemiologia. 2a ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2009.

PARDI, M.C. Ciência, higiene e tecnologia da carne. Goiânia: CEGRAF.

ROUQUAYROL, M.Z. Epidemiologia & Saúde. São Paulo: HUCITEC, 1988. 492 p.

ROUQUAYROL, MZ; ALMEIDA-FILHO, N Epidemiologia & Saúde. 6.ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2006.

THRUSFIELD, M.V. Epidemiologia Veterinária. Zaragoza: Acribia, 2004. 556 p.

TRONCO, V.M. Manual para inspeção da qualidade do leite. 3 ed.2008. 206 p.

VERONESI, R.; FOGACCIA, R. (editores). Tratado de Infectologia. São Paulo: Atheneu, 1996

Sítios:

<http://www.agricultura.gov.br>

<http://www.agrodefesa.gov.br>

<http://www.anvisa.gov.br>

<http://funasa.gov.br>

<http://www.pasteur.sp.gov.br>

<http://portal.saude.gov.br>

<http://www.saude.gov.br>

<http://www.ses.go.gov.br>

<http://www.sms.go.gov.br>

<http://www.sucen.saude.gov.br>

<http://www.sus.gov.br>

<http://www.oie.int>

<http://www.who.int>

<http://www.cdc.gov>

<http://www.fao.org/>

<http://www.bvs-vet.org.br>

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – CIRURGIÃO DENTISTA

CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE SAÚDE PÚBLICA PARA TODOS OS CARGOS/FUNÇÃO DE CIRURGIÃO DENTISTA

1. O processo saúde doença (historicidade e conceitos). 2. Modelos assistenciais em saúde. 3. A Reforma Sanitária brasileira. 4. SUS: Atribuições, Doutrinas e Competências. 5. Legislação do Sistema Único de

Saúde – SUS: Constituição Brasileira, do art. 196 ao 200. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990; Portaria n. 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011; Decreto 7508/2011. 6. Gestão em Saúde. 7. Epidemiologia: conceitos, usos e principais indicadores. 8. Modelos de estudo da causalidade das doenças. 9. População e Saúde: aspectos da transição demográfica e epidemiológica no Brasil. 10. Classificação Internacional de Doenças: histórico, conceitos e utilização. 11. Sistemas de Informações em Saúde de maior interesse para a saúde pública. 12. Doenças Transmissíveis emergentes, reemergentes e negligenciadas. 13. Saúde ambiental, saúde ocupacional e a vigilância sanitária. 14. Estratégia Saúde da Família. 15. Pacto federativo e governança do SUS: Pacto pela Saúde e Decreto 7508/2011. 16. Programa Nacional de Imunização (PNI), calendário de vacinação (criança, adolescente e idoso). 17. Política nacional de urgência e emergência: normas e Portarias. 18. Vigilância em saúde. 19. Prevenção e controle de doenças crônicas não transmissíveis. 20. Políticas de atenção a saúde da criança, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 21. Política de humanização do SUS. 22. Política de Saúde Mental, redução do consumo abusivo de álcool e Políticas sobre Drogas (Portarias 132, 131, 130, 126, 122, 121, GM MS, de 25/01/2012).

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Filho Naomar & ROUQUAYROL, Maria Zélia. Introdução a Epidemiologia Moderna. 2ªed. Belo Horizonte, Salvador e Rio de Janeiro, COOPMED-APCEABRASCO, 1992.

MEDRONHO, Roberto A. et al. Epidemiologia. São Paulo. Editora Atheneu. 2003. 493 p.

MENDES, Eugênio V. Os grandes dilemas do SUS: tomo I. Salvador. Casa da Qualidade Ed. 2001. 144 p.

_____. Os grandes dilemas do SUS: tomo II. Salvador. Casa da Qualidade Editora. 2001. 176 p.

PAIM, J. S. Saúde, política e reforma sanitária. Salvador. ISC. 2002. 448 p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde. Tradução Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português. 10ª Ed. Revisada. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo, 2007.

PEREIRA, Maurício G. Epidemiologia: teoria e prática. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 1995.

ROUQUAYROL, Maria Zélia, ALMEIDA Filho, Naomar. Epidemiologia & Saúde. 6ª ed. Rio de Janeiro, MEDSI, 2003. 708 p.

TEIXEIRA, Carmen F. (org.) Promoção e Vigilância da Saúde. Salvador. ISC-CEPS. 2002. 128 p.

Referências On Line

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Legislação do SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2003. Disponível em: http://www.conass.org.br/?page=legislacao_estruturante

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Coleção Progestores, volumes 1 a 13 / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. - Brasília: CONASS, 2007. Disponível em: <http://www.conass.org.br/publicacao/index.html>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. Saúde Brasil 2010: uma análise da situação de saúde e de evidências selecionadas de impacto de ações de vigilância em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/visualizar_texto.cfm?idtxt=38462

BRASIL, 2007. Coleção para Entender a Gestão do SUS 2011: volumes 5 e 6. Disponível em: http://www.portalconass.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=21

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diabetes. Cadernos de Atenção Básica n.16. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica: Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/abcd16.pdf>

BRASIL. Coleção para Entender a Gestão do SUS 2011. Volume 8. Disponível em: http://www.portalconass.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=21

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Guia de Vigilância Epidemiológica. 7ª Edição. Brasília, 2009. Disponível: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/gve_7ed_web_atual.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios. Ministério da Saúde, Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde. – 3ªEd. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.

Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de Imunizações 30

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E TECNOLOGIA
EDITAL N. 002/2013

anos/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/livro_30_anos_pni.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Política nacional de promoção da saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pactovolume7.pdf>

Calendário de Vacinação Infantil/2012. Disponível em: http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2012/Jan/18/calendario_180112.pdf

CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988: Artigos 196 ao 200. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/area/320/legislacao.html>

DECRETO 7508 de 28/06/2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm

LEBRÃO, Maria Lúcia. O envelhecimento no Brasil: aspectos da transição demográfica e epidemiológica. São Paulo: Editorial Bolina. Saúde Coletiva, vol. 4, núm. 017, bimestral, 2007, pp. 135-140. Disponível em: <http://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2559.pdf>

LEI Nº 8080 de 19/09/1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção, e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências- lei orgânica da saúde. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/area/320/legislacao.html>

LEI Nº 8142 de 28/12/1990. Esta lei dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/area/320/legislacao.html>

PORTARIA Nº 719, de 07/04/2011 que institui o programa academia da saúde no âmbito do SUS. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria_academia_saude_719.pdf

PORTARIA MS/GM Nº 2.488, de 21/10/2011. Aprova a política nacional de atenção básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização de atenção básica para o programa de saúde da família (PSF) e o programa de agentes comunitários. Disponível em: http://www.saude.ba.gov.br/images/Arquivos/Saude_bucal/Portaria2488.pdf

Programa Nacional de Vacinação – PNI: calendários. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=30281

WALDMAN, Eliseu Alves. Vigilância em Saúde Pública. Série Saúde & Cidadania: volume 7. São Paulo, 1998. Disponível em: http://www.fug.edu.br/adm/site_professor/arq_download/arq_271.pdf

SOUZA, Wanderlei. Doenças Negligenciadas. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2010. Disponível em: <http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-199.pdf>

THE LANCET, Serie Brasil, Maio de 2011. Disponível em: <http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor1.pdf>
<http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor2.pdf>
<http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor3.pdf>
<http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor4.pdf>
<http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor5.pdf>
<http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor6.pdf>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE CIRURGIÃO DENTISTA - CLÍNICO GERAL

1. Promoção da saúde bucal 2. Cariologia. 2.1. Prevenção, Patologia e Diagnóstico. 2.2. Uso do flúor e toxicologia. 3. Dentística. 3.1. Técnicas operatórias e restauradoras diretas com resina composta, amálgama e ionômero. 3.2. Lesões não cariosas. 3.3. Proteção do complexo dentinopulpar. 4. Materiais odontológicos: amálgama, adesivos, resinas compostas, materiais de moldagem, cimentos odontológicos. 5. Odontopediatria. 5.1. Condutas no atendimento à criança. 5.2. Dentição decídua e mista. 5.3. Anestesia e radiologia em odontopediatria. 5.4 Diagnóstico e plano de tratamento em clínica odontológica infantil. 5.5. Dentística em Odontopediatria. 5.6. Selantes. 5.7. Traumatismo em dentes decíduos. 5.8.Terapia Pulpar em odontopediatria. 6. Endodontia. 6.1. Anatomia interna e preparo cavitário. 6.2. Diagnóstico e tratamento das pulpopatias

e periapicopatias. 6.3. Obturação do canal radicular. 6.4. Traumatismo dento-alveolar. 7. Biossegurança na clínica Odontológica. 8. Terapêutica Medicamentosa em Odontologia. 9. Periodontia. 9.1. Anatomia do periodonto. 9.2. Doença Periodontal - etiologia, diagnóstico e tratamento. 10. Cirurgia. 10.1. Cirurgias menores em odontologia: princípios, indicação, contra-indicação, técnicas operatórias, tratamento de acidentes e complicações. 11. Primeiros socorros e urgências. 12. Ética odontológica. 13. Anestesiologia. 14. Estomatologia: diagnóstico de lesões da boca e manifestações bucais de doenças sistêmicas. 15. Radiologia com finalidade diagnóstica. 16. Oclusão dentária aplicada à clínica odontológica. 17. Odontologia hospitalar.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

- ANDRADE, E.D. Terapêutica medicamentosa em odontologia: procedimentos clínicos e uso de medicamentos nas principais situações na prática odontológica. São Paulo, Artes Médicas, 2002, 188p.
- ANUSAVICE, K.J. Phillips. Materiais dentários. 11a ed, Rio de Janeiro, Elsevier, 2005, 800p.
- BARATIERI, L.N. et al. Odontologia restauradora: fundamentos e possibilidades. São Paulo, Santos, 2001, 739p.
- BUISCHE, Y. P. Promoção de saúde bucal na clínica odontológica. São Paulo, Artes Médicas, EAP-APCD, v.22, 2000, 360p.
- BUSATO, A.L.S. et al. Dentística - Restaurações em dentes posteriores. Artes Médicas, São Paulo, 1996, 302p.
- BUSATO, A.L.S. Restaurações em dentes anteriores. São Paulo, Artes Médicas, 1997.
- CARDOSO, A. C. Oclusão: para você e para mim. São Paulo, Santos, 2003. 233p.
- CONCEIÇÃO, E. N. Dentística - Saúde e Estética. São Paulo, Artmed, 2002, 346p.
- ESTRELA, C. Ciência endodôntica. São Paulo, Artes Médicas, 2004, v.1 e v.2., 1010p.
- FEJERSKOV, O.; KIDD, E. Cárie dentária: a doença e seu tratamento clínico. São Paulo, Santos, 2005, 370p.
- FUNARI, S. Biossegurança no consultório odontológico IN: BUISCHI, Yvonne de P. (org.) Promoção de saúde bucal na clínica odontológica. São Paulo, Artes Médicas: EAP-APCD, 2000.
- GJERMO, P. e BELLINI, H. T. Aspectos éticos na prática odontológica. IN: BUISHE, Y. P. Promoção de saúde bucal na clínica odontológica. São Paulo, Artes Médicas, EAP-APCD, v.22, p.331-8, 2000.
- GRUPO BRASILEIRO DE PROFESSORES DE DENTÍSTICA. Dentística - Filosofia, Conceitos e Prática Clínica. São Paulo, Artes Médicas, 2005, 377p.
- GUIMARÃES JR, J. Biossegurança e controle da infecção cruzada em consultórios odontológicos. São Paulo, Santos, 2001, 536 p.
- ISSAO, M.; GUEDES-PINTO, A. C. Manual de Odontopediatria. 10 ed., São Paulo, Pancast, 1999; 324 p.
- JORGE, W. A. et al. Odontologia Hospitalar: bucomaxilofacial, urgências odontológicas, primeiros socorros. Rio de Janeiro, Medbook, 2009. 1008p.
- LINDHE, J. Tratado de periodontia clínica e implantologia oral. 4 ed., Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2010, 1013p.
- MALAMED S.F. Manual de anestesia local. 5. ed., Rio de Janeiro - ELSEVIER, 2005, 398p.
- MARCUCCI, G. Estomatologia: Fundamentos de Odontologia. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2005, 243p.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE, SECRETARIA DE POLÍTICAS DE SAÚDE, COORDENAÇÃO NACIONAL DE DST E AIDS. Controle de infecção e a prática odontológica em tempos de aids: manual de condutas. Brasília: Ministério da Saúde, 2000, 118p.
- MONDELLI, J. et al. Fundamentos de dentística operatória. São Paulo, Santos, 2006, 342p.
- PETERSON, L.J. et al. Cirurgia oral e maxilofacial e contemporânea. 3 ed., Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2000, 772p.
- RAMOS, D. L. P. Ética odontológica: o código de ética odontológica. São Paulo, Santos, 1994.
- SILVA, A. S. F.; RISSO, M.; RIBEIRO, M. C. Biossegurança em ambientes odontológicos. São Paulo, Pancast, 2004, 235.
- TOLEDO, O. A. Odontopediatria: fundamentos para a prática clínica. 3a ed., São Paulo, Premier, 2005.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE CIRURGIÃO DENTISTA - PERIODONTISTA

1. Histologia e Anatomia do Periodonto. 2. Microbiologia Aplicada à Periodontia. 3. Etiologia da Doença Periodontal. 4. Instrumental e Instrumentação. 5. Classificação atual da doença periodontal. 6. Tratamento Periodontal Básico: 6.1. Higiene Bucal. 6.2. Controle Químico da Placa Bacteriana. 6.3. Raspagem e Alisamento Radicular. 6.3.1. Manual. 6.3.2. Sônica. 6.3.3. Ultra-Sônica. 7. Antibioticoterapia em Periodontia. 8. Cirurgias Mucoperiostais. 9. Cirurgias Mucogengivais. 10. Regeneração Tecidual Guiada. 11. Lesões Endopério.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Eduardo Dias. *Terapêutica Medicamentosa em Odontologia* 2ª Edição, 2006. 240p.
DUARTE, C. A. *Cirurgia Periodontal - Pré-Protética, Estética e Periimplantar*. 3. ed. São Paulo: Santos, 2009. 505 p.
JOLY, J. C.; SILVA, R. C.; CARVALHO, P. F. M. *Reconstrução Tecidual Estética - Procedimentos Plásticos e Regenerativos Periodontais e Periimplantares*. São Paulo: Artes Médicas, 2009. 696 p.
LINDHE, J.; LANG, N. P.; KARRING, T. *Tratado de Periodontia Clínica e Implantologia Oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 1326 p.
ROSE, L. R. et al. *Periodontia – Medicina, Cirurgia e Implantes*. São Paulo: Santos, 2007. 990 p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE CIRURGIÃO DENTISTA - ENDODONTISTA

1. Diagnóstico e tratamento das alterações pulpares. 2. Diagnóstico e tratamento das alterações periapicais. 3. Microbiologia em Endodontia. 4. Anatomia interna dos dentes. 5. Preparo químico-mecânico do canal radicular. 6. Soluções irrigadoras. 7. Medicação intracanal. 8. Obturação do sistema de canal radicular. 9. Insucesso em Endodontia. 10. Retratamento em Endodontia. 11. Radiologia aplicada à Endodontia. 12. Lesões traumáticas na dentição permanente.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, E.D. *Terapêutica Medicamentosa em Odontologia*. 2ª ed., 2006. 240p.
COHEN, S.; BURNS, R. C. *Caminhos da Polpa*. 7ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2000, 838 p.
ESTRELA, C. *Ciência Endodôntica*. São Paulo, Artes Médicas Ltda., 2004, v. 1 e 2, 1009 p.
LEONARDO, M.R. *Tratamento de Canais Radiculares*. São Paulo, Artes Médicas Ltda., 2005, v. 1 e 2, 1451p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE CIRURGIÃO DENTISTA - BUCO-MAXILO-FACIAL

1. Anatomia crânio facial. 2. Exames e diagnóstico em cirurgia buco-maxilo-facial. 3. Anestesia da região craniofacial. 4. Preparação pré-operatória do paciente cirúrgico. 5. Cuidados pós-operatórios para os pacientes cirúrgicos. 6. Tratamento dos dentes não irrompidos. 7. Tratamento das infecções de origem dentária. 8. Tratamento cirúrgico das periapicopatias. 9. Transplantes, reimplantes e implantes osseointegrados em odontologia. 10. Cistos e tumores dos maxilares e dos tecidos moles da face. 11. Tratamento das afecções do seio maxilar. 12. Cirurgia reconstrutiva pré-protética. 13. Avaliação inicial do paciente politraumatizado. 14. Traumatologia buco-maxilo-facial. 15. Tratamento orto-cirúrgico das deformidades dento. 16. Tratamento das alterações das articulações temporo mandibular. 17. Farmacologia: antibióticos, analgésicos, antiinflamatórios, ansiolíticos, interações medicamentosas, medicamentos de ação central.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Araujo, A. *Cirurgia Ortognática*, Santos Livraria ed., 1ª ed, 1999. Arnett, G. W.;
McLaughlin, R. P. *Planejamento facial e dentário para Ortodontistas e Cirurgiões Bucomaxilofaciais*, São

Paulo: Artes Médicas, 2004

Dubrul, G., Sicher. Anatomia Oral. Ed. Artes Medicas 8 Ed. 1991. Ellis II, E., Zide, M.F. Surgical approaches to the facial skeleton. Wavery Co., 1a ed.,

Fuchs, F. D., Wannmacher, L, Ferreira, M. B. Farmacologia Clínica: Fundamentos da Terapêutica Racional, 3º. Ed, Guanabara Koogan, 2004.

Malamed, S.F. Manual de anestesia local. Rio de Janeiro, 5.ed, Rio de Janeiro: Elsevier. 2005. 320p.

Miloro, M. et al. Princípios de Cirurgia Bucomaxilofacial de Peterson. São Paulo: Santos, 2 ed., vol I e II, 2008.

Neville, W.B. et al. Patogia Oral & Maxilofacial. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1995.

Prein, J. et al. Manual of internal fixation in the cranio-facial skeleton: techniques recommended by the AO/ASIF Maxillofacial group .

Germany, Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 1998. Topazian, R. G.; Goldberg, M. H.. Infecções Maxilofaciais e Orais. São Paulo; Santos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE CIRURGIÃO DENTISTA - ORTODONTISTA

1. Crescimento e desenvolvimento pré e pós natal. 2. Desenvolvimento da Oclusão. 3. Oclusão Normal e Classificação das más oclusões. 4. Etiologia das más Oclusões. 5. Análise das dentaduras decídua, mista e permanente. 6. Análise Facial. 7. Diagnóstico Ortodôntico. 8. Movimentos Biomecânicos. 9. Maturação esquelética. 10. Mordidas cruzadas anterior e posterior Considerações gerais, diagnóstico diferencial, tratamento e limitações. 11. Mordida Aberta: considerações gerais, diagnóstico diferencial, tratamento e limitações. 12. Considerações sobre apinhamento dentário: recuperação e obtenção de espaço, extração seriada. 13. Manutenção de espaço. 14. Abordagem sobre dentes impactados e tratamento. 15. Cefalometria 15.1. Histórico; Considerações gerais sobre telerradiografias em norma lateral. 15.2. Traçado cefalométrico. Desenho anatômico; Estruturas anatômicas de interesse; Traçados de orientação; Pontos cefalométricos utilizados nas análises; Linhas e planos cefalométricos utilizados nas análises. 15. 3. Análise cefalométrica (USP+PROFIS); Interpretação das grandezas cefalométricas; Análise do padrão dentário; Análise do padrão esquelético; Análise do perfil mole; Análise das bases apicais. 16. Análise de Steiner; Desenho Anatômico; Traçado de Orientação; Grandezas angulares e lineares; Resolução da análise; Interpretação da análise. 17. Análise de Tweed; Desenho anatômico; Traçados de orientação; Grandezas Cefalométricas; Interpretação da análise. 18. Análise de McNamara; Desenho anatômico; Traçados de orientação; Grandezas angulares e lineares; Interpretação da análise. 19. Considerações sobre fios ortodônticos. 20. Disjunção palatina. 21. Protração maxilar. 22. Abordagem de hábitos bucais deletérios. 23. Tratamento da má oclusão da Classe I. 24. Tratamento da má oclusão da Classe II. 25. Tratamento da má oclusão de Classe III. 26. Correção de mordida profunda. 27. Intrusão de molares. 28. Verticalização de molares. 29. Extrações atípicas. 30. Abordagem sobre pacientes fissurados. 31. Considerações sobre 3º molares. 32. Contenção e recidiva. 33. Implantes de ancoragem. 34. Distração osteogênica. 35. Reabsorção radicular. 36. Pequenos movimentos dentários. 37. Análise de modelos. 38. Análise de espaço. 39. Análise da discrepância do tamanho dentário de Bolton. 40. Análise transversal. 41. Análise vertical. 42. Conceitos de Ortopedia Funcional dos Maxilares; Considerações gerais -Tipos de aparelhos -Indicações.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Proffit WR e Fields HW. Ortodontia Contemporânea. 3ª Ed. Guanabara Koogan, 2002.

Moyers RE. Ortodontia. 4ª Ed. Guanabara Koogan, 1991.

Ferreira FV. Ortodontia Diagnostico e Planejamento Clínico. São Paulo, Artes Médicas, 2003.

Van der Linder FGM. Ortodontia Desenvolvimento da Dentição, Quintessence, 1986.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE CIRURGIÃO DENTISTA - PROTESISTA

1. Prótese Parcial Fixa. 1.1. Exame clínico e diagnóstico; 1.2. princípios dos preparos com finalidade

protética; 1.3. técnica de preparo para coroa total e parcial (inlay-onlay); 1.4. restaurações provisórias; 1.5. retentores intrarradiculares; 1.6. Moldagens e modelos; 1.7. técnicas de desinfecção de moldes; 1.8. registros inter-oclusais; 1.9. provas e ajustes clínicos; 1.10. restaurações indiretas metálicas, metalocerâmicas e livres de metal; 1.11. cimentação. 2. Prótese Parcial Removível. 2.1. Exame clínico e diagnóstico; 2.2. classificação dos arcos parcialmente desdentados (Classificação de Kennedy); 2.3. delineadores; 2.4. componentes de uma PPR; 2.5. apoios oclusais e nichos; 2.6. grampos (retenção e oposição); 2.7. conectores maiores e menores; 2.8. selas; 2.9. planejamento em PPR; 2.10. moldagens e modelos; 2.11. técnicas de desinfecção de moldes; 2.12. seleção e prova de dentes artificiais. 3. Prótese Total. 3.1. Exame clínico e diagnóstico; 3.2. moldagem preliminar; 3.3. obtenção do modelo de estudo; 3.4. confecção de moldeira individual; 3.5. prova e ajuste de moldeira individual; 3.6. moldagem funcional; 3.7. obtenção do modelo de trabalho; 3.8. técnicas de desinfecção de moldes; 3.9. confecção de bases de prova e planos de cera; 3.10. ajustes dos planos de orientação; 3.11. montagem dos modelos em articulador; 3.12. seleção e prova de dentes artificiais; 3.13. instalação e ajustes. 4. Procedimentos laboratoriais em prótese dentária. 4.1. Montagem de dentes artificiais; 4.2. inclusão; 4.3. prensagem; 4.4. acrilização; 4.5. fundição. 5. Fundamentos das próteses sobre implantes. 6. Princípios de oclusão e anatomia dentária aplicados à prótese dentária. 7. Articuladores. 8. Materiais dentários aplicados à prótese dentária. 9. Estética aplicada à prótese dentária. 10. Manutenção e meios de higiene oral em prótese dentária.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

ANUSAVICE KJ. Phillips: materiais dentários. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koo-
gan, 2005.
CARDOSO AC. Oclusão: para mim e para você. São Paulo: Santos, 2003.
CARDOSO AC e colaboradores. O passo-a-passo da prótese sobre implante: da 2ª etapa
cirúrgica à reabilitação final. São Paulo: Santos, 2005.
DINATO JC, POLIDO WD. Implantes osseointegrados: cirurgia e prótese. São Paulo: Ar-
tes Médicas, 2001.
FRADEANI M et al. Reabilitação estética em prótese fixa. V. 1. Análise estética: uma abor-
dagem sistemática para o tratamento protético. São Paulo: Quintessence, 2006.
GARONE NETTO N, BURGER RC. Inlay e onlay: metálica e estética. São Paulo: Santos,
1998.
KINA S, BRUGUERA A. Invisível: restaurações estéticas cerâmicas. 2. ed. Maringa: Den-
tal Press, 2008.
KLIEMANN C, OLIVEIRA W. Manual de prótese parcial removível. São Paulo: Santos,
1999.
PERORARO LF et al. Prótese fixa. São Paulo: Artes Médicas, 2004.
SHILLINGBURG HT et al. Fundamentos dos preparos dentários: para restaurações me-
tálicas e de porcelana. 3. ed. São Paulo: Quintessence, 1997.
TELLES D. Prótese total: convencional e sobre implantes. São Paulo: Santos, 2009.
TODESCAN R et al. Atlas de prótese parcial removível. São Paulo: Santos, 1996.
TURANO JD, TURANO LM. Fundamentos da prótese total. 6 ed. São Paulo: Santos,
2002.
PICOSSE, M. Anatomia Dentária. 4 ed. Sarvier. 1983.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – MÉDICO

CONHECIMENTOS GERAIS EM SAÚDE PÚBLICA PARA TODOS CARGOS/FUNÇÃO DE MÉDICO

1. O processo saúde-doença (historicidade e conceitos). 2. Modelos assistenciais em saúde. 3. A Reforma Sanitária brasileira. 4. SUS: atribuições, doutrinas e competências. 5. Legislação do sistema único de saúde

– SUS: Constituição Brasileira, do art. 196 ao 200. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990; Portaria n. 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011; Decreto 7508/2011. 6. Gestão em Saúde. 7. Epidemiologia: conceitos, usos e principais indicadores. 8. Modelos de estudo da causalidade das doenças. 9. População e saúde: aspectos da transição demográfica e epidemiológica no Brasil. 10. Classificação internacional de doenças: histórico, conceitos e utilização. 11. Sistemas de informações em saúde de maior interesse para a saúde pública. 12. Doenças transmissíveis emergentes, reemergentes e negligenciadas. 13. Saúde ambiental, saúde ocupacional e a vigilância sanitária. 14. Estratégia saúde da família. 15. Pacto federativo e governança do SUS: Pacto pela Saúde e Decreto 7508/2011. 16. Programa Nacional de Imunização (PNI), calendário de vacinação (criança, adolescente e idoso). 17. Política Nacional de Urgência e Emergência: normas e Portarias. 18. Vigilância em saúde. 19. Prevenção e controle de Doenças crônicas não Transmissíveis. 20. Políticas de atenção a saúde da criança, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 21. Política de Humanização do SUS. 22. Política de saúde mental, redução do consumo abusivo de álcool e políticas sobre drogas (Portarias 132, 131, 130, 126, 122, 121, GM MS, de 25/01/2012).

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Filho Naomar & ROUQUAYROL, Maria Zélia. Introdução a Epidemiologia Moderna. 2ªed. Belo Horizonte, Salvador e Rio de Janeiro, COOPMED-APCEABRASCO, 1992.
MEDRONHO, Roberto A. et al. Epidemiologia. São Paulo. Editora Atheneu. 2003. 493 p.
MENDES, Eugênio V. Os grandes dilemas do SUS: tomo I. Salvador. Casa da Qualidade Ed.2001. 144 p.
_____. Os grandes dilemas do SUS: tomo II. Salvador. Casa da Qualidade Editora. 2001. 176 p. PAIM, J. S. Saúde, política e reforma sanitária. Salvador. ISC. 2002. 448 p.
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde. Tradução Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português. 10ª Ed. Revisada. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo, 2007.
PEREIRA, Maurício G. Epidemiologia: teoria e prática. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 1995.
ROUQUAYROL, Maria Zélia, ALMEIDA Filho, Naomar. Epidemiologia & Saúde. 6ª ed. Rio de Janeiro, MEDSI, 2003. 708 p.
TEIXEIRA, Carmen F. (org.) Promoção e Vigilância da Saúde. Salvador. ISC-CEPS. 2002. 128 p.

Sugestões bibliográficas On Line:

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Legislação do SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2003. Disponível em: http://www.conass.org.br/?page=legislacao_estruturante
BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Coleção Progestores, volumes 1 a 13 / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. - Brasília: CONASS, 2007. Disponível em: <http://www.conass.org.br/publicacao/index.html>
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. Saúde Brasil 2010: uma análise da situação de saúde e de evidências selecionadas de impacto de ações de vigilância em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/visualizar_texto.cfm?idtxt=38462
BRASIL, 2007. Coleção para Entender a Gestão do SUS 2011: volumes 5 e 6. Disponível em: http://www.portalconass.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=21
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diabetes. Cadernos de Atenção Básica n.16. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica: Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/abcad16.pdf>
BRASIL. Coleção para Entender a Gestão do SUS 2011. Volume 8. Disponível em: http://www.portalconass.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=21
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Guia de Vigilância Epidemiológica. 7ª Edição. Brasília, 2009. Disponível: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/gve_7ed_web_atual.pdf
BRASIL. Ministério da Saúde. O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios. Ministério da Saúde, Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde. – 3ªEd. Brasília: Ed.do Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E TECNOLOGIA
EDITAL N. 002/2013

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de Imunizações 30 anos/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/livro_30_anos_pni.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Política nacional de promoção da saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pactovolume7.pdf>

Calendário de Vacinação Infantil/2012. Disponível em: http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2012/Jan/18/calendario_180112.pdf

CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988: Artigos 196 ao 200. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/area/320/legislacao.html>.

DECRETO 7508 de 28/06/2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm.

LEBRÃO, Maria Lúcia. O envelhecimento no Brasil: aspectos da transição demográfica e epidemiológica. São Paulo: Editorial Bolina. Saúde Coletiva, vol. 4, núm. 017, bimestral, 2007, pp. 135-140. Disponível em: <http://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2559.pdf>.

LEI n.8080 de 19/09/1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção, e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências- lei orgânica da saúde. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/area/320/legislacao.html>

LEI n. 8142 de 28/12/1990. Esta lei dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde-SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/area/320/legislacao.html>

PORTARIA Nº 719, de 07/04/2011 que institui o programa academia da saúde no âmbito do SUS. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria_academia_saude_719.pdf

PORTARIA MS/GM n. 2.488, de 21/10/2011. Aprova a política nacional de atenção básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização de atenção básica para o programa de saúde da família (PSF) e o programa de agentes comunitários. Disponível em: http://www.saude.ba.gov.br/images/Arquivos/Saude_bucal/Portaria2488.pdf

Programa Nacional de Vacinação – PNI: calendários. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=30281

WALDMAN, Eliseu Alves. Vigilância em Saúde Pública. Série Saúde & Cidadania: volume 7. São Paulo, 1998. Disponível em: http://www.fug.edu.br/adm/site_professor/arq_download/arq_271.pdf

SOUZA, Wanderlei. Doenças Negligenciadas. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2010. Disponível em: <http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-199.pdf>.

THE LANCET, Serie Brasil, Maio de 2011. Disponível em: <http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor1.pdf>
<http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor2.pdf>
<http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor3.pdf>
<http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor4.pdf>
<http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor5.pdf>
<http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor6.pdf>

CONHECIMENTOS DE CLÍNICA GERAL PARA TODOS CARGOS/FUNÇÃO DE MÉDICO, EXCETO PARA A ESPECIALIDADE DE MÉDICO CLÍNICO GERAL

1. Insuficiência coronariana. 2. Hipertensão arterial. 3. Insuficiência cardíaca. 4. Arritmia cardíaca. 5. Choque. 6. Asma brônquica. 7. Insuficiência respiratória. 8. Doença pulmonar obstrutiva. 9. Tromboembolismo venoso. 10. Distúrbios hidroeletrólitos. 11. Distúrbios ácido básicos. 12. Reanimação cardiopulmonar. 13. Trauma. 14. Urgências em neurologia. 15. Farmacologia aplicada às urgências. 16. Fisiologia cardiopulmonar. 17. Reposição volêmica e sanguínea. 18. Procedimentos básicos nas urgências. 19. Transporte médico em urgências. 20. Noções básicas sobre doação de órgãos. 21. Acidentes com animais peçonhentos. 22. Insuficiência renal. 23. Urgências em psiquiatria. 24. Infecções comunitárias. 25.

Antibioticoterapia. 26. Epidemiologia das doenças infecciosas. 27. Doenças mais comuns na população idosa.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa. Cadernos de Atenção Básica, n.19. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica: Brasília, 2006. Disponível em:

<http://dtr2004.saude.gov.br/dab/documentos/cadernos_ab/documentos/abcad19.pdf> Acessado em: 1 de abr. de 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Controle dos cânceres do colo do útero e da mama. Cadernos de Atenção Básica, n.13. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica: Brasília, 2006. Disponível em:

<http://dtr2004.saude.gov.br/dab/documentos/cadernos_ab/documentos/abcad13.pdf> Acessado em: 1 de abr. de 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Obesidade. Cadernos de Atenção Básica, n.12. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica: Brasília, 2006. Disponível em:

<http://dtr2004.saude.gov.br/dab/documentos/cadernos_ab/documentos/abcad12.pdf> Acessado em: 1 de abr. de 2007.

CECIL – TEXTBOOK OF MEDICINE – Goldman / Alsieo 22 Ed. Saunders Nobel, Elias – CONDUTAS NO PACIENTE GRAVE.

CECIL TRATADO DE MEDICINA INTERNA – Goldman, Lee; Bennett, J. Claude. 23 Ed. Guanabara Koogan. MEDICINA INTERNA – Harrison, Tinsley Randolph, 12 Ed., Guanabara Koogan. Tradução de Harrison's Principles of Internal Medicine.

SEMIOLOGIA MÉDICA – CELMO CELENO PORTO, 6 ED., GUANABARA KOOGAN.

PROJETO DIRETRIZES AMB-CFM. Disponível em: <www.projetodiretrizes.org.br>.

VADEMECUM DE CLÍNICA MÉDICA – Celmo Celeno Porto, 3 Ed., Guanabara Koogan.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE MÉDICO ANESTESISTA

1. Anestésicos inalatórios. 2. Anestesia espinal. 3. Opioides. 4. Agentes anestésicos intravenosos. 5. Bloqueadores neuromusculares. 6. Anestésicos locais. 7. Avaliação do paciente e preparação pré-anestésica. 8. Anestesia para cirurgia geral. 9. Anestesia para cirurgia vascular. 10. Anestesia obstétrica. 11. Anestesia para pacientes geriátricos. 12. Anestesia ambulatorial. 13. Recuperação pós-anestésica. 14. Reanimação cardiopulmonar. 15. Anestesia para videocirurgias. 16. Anestésicos inalatórios. 17. Anestesia espinal. 18. Opióides. 19. Agentes anestésicos intravenosos.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ANESTHESIOLOGY –YAO & ARTUSIOS – 5ª. ED. – 2003.

BARASH, PAUL G. CLINICAL ANESTHESIA. 4. ED., 2001.

BARASH P.G., CULLEN B.F., STOELTING R.K. CLINICAL ANESTHESIA. 5. ED. PHILADELPHIA: LIPPINCOTT-RAVEN, 2006.

BONICA. MANAGEMENT OF PAIN. 3. ED., 2000.

CANGIANI, L.M.; POSSO, I.P.; BRAGA, G.M.; NOGUE, C.S. TRATADO DE ANESTESIOLOGIA – SAESP. 6.ED. SÃO PAULO: ED. ATHENEU, 2006. VOLUME I E II. COUSINS, M.J., BRIDENBAUGH, P.O. NEURAL BLOCKADE. 3.ED. PHILADELPHIA: LIPPINCOTT-RAVEN, 1998.

COTTRELL, JAMES E.; SMITH, DAVID S. ANESTHESIA AND NEUROSURGERY. 3.ED. ST. LOUIS: MOSBY COMPANY, 1994.

CHESNUT, DAVI H. MILLER, RONALD D. ANESTHESIA. 6ª ED., 2005.

DAVID, CID MARCOS. VENTILAÇÃO MECÂNICA: DA FISIOLOGIA A PRÁTICA CLÍNICA. RIO DE JANEIRO: REVINTER, 2001.

HUGHES, S. C., LEVINSON, G. AND ROSEN, M. A. (EDITORS) SHNIDER AND LEVINSON'S. ANESTHESIA FOR OBSTETRICS. 4.ed. Philadelphia: LIPPINCOTT WILLIAMS & WILKINS, 2002.

MANICA J. ANESTESIOLOGIA PRINCÍPIOS E TÉCNICAS. 3. ED, PORTO ALEGRE: ARTES MÉDICAS, 2004.

MARINO, PAUL L. Compêndio de UTI. 2.ed. PORTO ALEGRE: ARTMED, 2000.

MORGAN, JR G.E.; MIKHAIL M.S.; MURRAY, M.J. CLINICAL ANESTHESIOLOGY. 3. ED. NEW YORK: LANGUE MEDICAL BOOKS/MCGRAW-HILL, 2002.

MOTOYAMA, ETSURO K.; DAVIES, PETER G. SMITH'S ANESTHESIA FOR INFANTS AND CHILDREN. 6.ED. MOSBY COMPANY, 1996.

PANDIKOW; HELENA M.A.; MANTOVANI, RUY V. ROTINAS EM ANESTESIA. PORTO ALEGRE: NAVA, 1999.

OBSTETRIC ANESTHESIA – PRINCIPLES AND PRACTICE. 2ED., 1999.

STOELTING R.K. PHARMACOLOGY & PHYSIOLOGY IN ANESTHETIC PRACTICE. 3. ED, PHILADELPHIA: LIPPINCOTT-RAVEN, 1999.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE MÉDICO CARDIOLOGISTA

1. Hipertensão arterial. 2. Insuficiência cardíaca. 3. Doença de Chagas. 4. Insuficiência coronária aguda e crônica. 5. Aterosclerose. 6. Valvopatias. 7. Doença reumática. 8. Arritmias cardíacas. 9. Dislipidemias. 10. Urgências e emergências cardiológicas.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

PORTO, CELMO CELENO. DOENÇAS DO CORAÇÃO - PREVENÇÃO E TRATAMENTO. 2ª EDIÇÃO, GUANABARA KOOGAN, 2005.

PAOLA, ANGELO AMATO / BARBOSA MARCIA DE MELO / GUIMARÃES, JORGE ILHA. CARDIOLOGIA – LIVRO TEXTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. 1ª EDIÇÃO, ED. MANOLE, 2012.

BRAUNWALD: TRATADO DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES. PHILADELPHIA, PA: WB ELSEVIER SAUNDERS CO, 8ª EDIÇÃO, 2009.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL

1. Ética e legislação profissional. 2. A educação em saúde na prática do PSF. 3. Sistema de informação da atenção básica. 4. Noções básicas de epidemiologia: vigilância epidemiológica, indicadores básicos de saúde. 5. Atuação do médico nos programas ministeriais: hanseníase, tuberculose, hipertensão, diabetes. 6. Atenção a saúde da mulher. 7. Atenção a saúde do adolescente, adulto e do idoso. 8. Exame clínico; considerações biológicas em medicina clínica; doenças causadas por agentes biológicos e ambientais; doenças causadas por riscos do meio ambiente e agentes físicos e químicos; doenças dos sistemas orgânicos; DST – doenças sexualmente transmissíveis: HIV e AIDS, prevenção, transmissão e tratamento; fundamentos da psiquiatria e doenças psicossomáticas; fundamentos de geriatria, fundamentos da hemoterapia; fundamentos de epidemiologia e doenças de motivação compulsória; fundamentos de saúde pública; fundamentos de pediatria; emergências médicas: cardiovasculares, respiratórias, neurológicas, pneumológicas dos distúrbios metabólicos e endócrinos gastroenterológicos, das doenças infectocontagiosas, dos estados alérgicos e dermatológicos, dos politraumatizados, da ortopedia, das feridas e queimaduras, da ginecologia e obstetrícia, da urologia, da oftalmologia e otorrinolaringologia, intoxicações exógenas. 9. Saúde da família na busca da humanização e da ética na atenção a saúde. 10. Saúde mental no PSF. 11. Tratamento de feridas no domicílio. 12. Controle da dor no domicílio.

Intervenções médica na internação domiciliar e assistência médica em domicílio; visitas domiciliares. 12. Trabalho em equipe multiprofissional; relacionamento interpessoal; propedêutica em clínica médica; prevenção; nutrição e doenças nutricionais; antibióticos; quimioterápicos e corticoides. 13. Epidemiologia, etiologia clínica, laboratório, diagnóstico diferencial das seguintes afecções: aparelho digestivo: esofagite, gastrite, úlcera péptica, doença intestinal inflamatória e cirrose hepática; aparelho cardiovascular: angina pectoris, infarto agudo do miocárdio, hipertensão arterial sistêmica; sistema hematopoiético: anemias, leucoses e linfomas; sistema renal: infecções do trato urinário, GNDA e GNC; Aparelho respiratório: pneumonia, bronco pneumonia e DPOC. 14. Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Lei n. 11.091, de 12 de janeiro de 2005 e alterações posteriores.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Cecil – Textbook Of Medicine – Goldman / Alsieo 22 Ed.

Saunders Nobel, Elias Condutas no Paciente Grave. Vademecum de Clínica Médica. Celmo Celso Porto 3 Ed.

Guanabara Koogan. Semiologia Médica – Celmo Celso Porto 6 Ed.

Guanabara Koogan. Medicina interna – Harrison, Tinsley Randolph, 12 Ed.

Guanabara Koogan. Tradução de Harrison's Principles of Internal Medicine CECIL Tratado de Medicina Interna – Goldman, Lee; Bennett, J. Claude. 23Ed.

Guanabara Koogan. PROJETO DIRETRIZES AMB-CFM. Disponível em: www.projetodiretrizes.org.br/BRASIL.

Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa. Cadernos de Atenção Básica, n.19.

Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica: Brasília, 2006. Disponível em

http://dtr2004.saude.gov.br/dab/documentos/cadernos_ab/documentos/abcad19.pdf Acessado em 1 de abril de 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Controle dos cânceres do colo do útero e da mama. Cadernos de Atenção Básica, n.13.

Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica: Brasília, 2006. Disponível em http://dtr2004.saude.gov.br/dab/documentos/cadernos_ab/documentos/abcad13.pdf

Acessado em 1 de abril de 2007. BRASIL.

Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Obesidade. Cadernos de Atenção Básica, n.12.

Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica: Brasília, 2006. Disponível em http://dtr2004.saude.gov.br/dab/documentos/cadernos_ab/documentos/abcad12.pdf

Acessado em 1 de abril de 2007.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE MÉDICO CIRURGIÃO GERAL

1. Princípios da cirurgia; Propedêutica e avaliação do paciente cirúrgico. 2. Transfusão; Controle hidroeletrólítico e nutricional do paciente cirúrgico. 3. Antimicrobianos em cirurgia geral. 4. Tumores malignos e benignos do aparelho digestivo. 5. Doença do refluxo gastroesofágico. 6. Fios de sutura: aspectos práticos do seu uso. 7. Curativos: técnica e princípios básicos. 8. Parede abdominal. 9. Mesentério e Retroperitônio. 10. Hérnias da parede abdominal. 11. Pré e pós-operatório em cirurgias eletivas e de urgência/emergência. 12. Choque e traumatismo abdominal. 13. Síndrome comportamental do abdome. 14. Traumatismo torácico. 15. Traumatismo do pescoço. 16. Urgência: abdome agudo. 17. Doenças que simulam abdome agudo. 18. Apendicite aguda. Úlcera péptica perforada. 19. Pancreatite aguda. 20. Isquemia mesentérica. 21. Obstrução intestinal. 22. Doença diverticular dos cólons. 23. Diverticulite. 24. Colecistite. 25. Litiase biliar. 26. Retocolite ulcerativa. 27. Doença de Crohn. 28. Complicações cirúrgicas trans e pósoperatórias. 29. Atendimento ao politraumatizado. 30. Traumatismo crânio-encefálico e raqui-medular. 31. Videolaparoscopia diagnóstica e cirúrgica.

32. Hipertensão porta. 33. Patologias do pâncreas e Baço. 34. Urgências cardiopulmonares. 35. Sistema de atendimento pré-hospitalar. 36. Cirurgias laparoscópicas.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

IRANY NOVAH MORAES, TRATADO DE CLÍNICA CIRÚRGICA – EDITORA ROOCA – 2005.
Orlando Marques Vieira – Clínica Cirúrgica fundamentos teóricos e práticos – Editora ATHENEU 2006.
Julio Cesar Uili Coelho - Aparelho digestivo – Clínica e cirurgia ATHENEU 3ª edição.
Andy Petroianu – Clínica Cirúrgica - Texto e Auto Avaliação – Editora REVINTER 2001.
Riad N. Younes – Tumores Neuroendócrinos - Editora MBC MARKETING E EDITORA – 2010.
Flávio A. Quilici, Carlos F. Francesconi, Maria do Carmo Friche Passos, Marcus Tulio Haddad, Sender J. Miszputen – Síndrome do intestino Irritável – Editora SEGMENTO FARMA EDITORES LTDA – 2006.
Renato Miranda de Melo, Ricardo Zugaib Abdalla – Hérnias da parede abdominal bases e Técnicas – Editora IATRIA 2007.
Moysés Mincis – Gastroenterologia Hepatologia Diagnostico e Tratamento – Editora CASA LEITURA MEDICA 2008 Gerson Domingues – Esôfago – Editora RUBIO -2005.
Keith L. Moore, Arthur F. Dalley – Anatomia orientada para a Clínica – Editora GUANABARA Koogan 2001.
Evandro Freire – Trauma a Doença dos Séculos – Editora ATHENEU 2001.
Decio Chinzon, James Ramalho Marinho, Odery Ramos Junior – Gastroenterologia Ciencia e Tecnologia aplicada a prática clínica – FBG 2010.
Henrique Walter Pinotti – Acesso ao Esôfago Toracico por Transecção Mediana do Diafragma – Editora ATHENEU – 1999 Seymour L. Schwartz – Principios de Cirurgia - Editora Guanabara Koogan 2006.
João Batista Neto – Cirurgia de Urgencia – Editora Revinter.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE MÉDICO CIRURGIÃO PEDIATRA

1. Cuidados pré, trans e pós-operatório da criança. 2. Metabolismo cirúrgico em pediatria. 3. Anomalias congênitas da face. 4. Anomalias congênitas do pescoço. 5. Cirurgia da tireóide na criança. 6. Torcicolo congênito. 7. Afecções cirúrgicas da parede torácica da criança. 8. Hérnias do diafragma. 9. Anomalias cirúrgicas do esôfago na criança. 10. Malformações congênitas e problemas perinatais do trato respiratório; 11. Doenças infecciosas cirúrgicas da criança. 12. Anomalias da região inguinal na criança. 13. anomalias da parede abdominal na criança. 14. Trauma abdominal na criança. 15. anomalias congênitas do trato biliar; 16. Cirurgia do pâncreas na criança. 17. Cirurgia do baço e sistema porta na criança. 18. Anomalias congênitas do estômago e duodeno. 19. Anomalias congênitas do intestino delgado. 20. Duplicações do trato digestivo. 21. Invaginação intestinal na criança. 22. Apendicite. 23. Enterite necrosante. 24. Doença de hirschsprung. 25. Constipação intestinal. 26. Anomalias anorretais. 27. Infecção urinária na criança. 28. Anomalias congênitas do trato urinário superior. 29. Anomalias congênitas do trato urinário inferior. 30. Extrofia vesical; epispádia. 31. Hipospádia. 32. Intersexo. 33. Anomalias congênitas neurológicas e seu tratamento cirúrgico. 34. Oncologia pediátrica. 35. Biologia molecular aplicada à cirurgia pediátrica. 36. Hemangiomas.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Maksoud JG, Cirurgia Pediátrica. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter 2003.
Ketzer Souza JC (org), Cirurgia Pediátrica: Teoria e Prática. 1. ed. São Paulo: Roca 2008.
Pereira RM, Silva ACM, Pinheiro PFM, Cirurgia Pediátrica: Condutas Clínicas e Cirúrgicas. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan 2005.
Carnevale J, Miranda EG, Silveira AE, Tibúrcio MA, Tratado de Urologia Pediátrica, 1. ed. São Paulo: Sparta 2013.
Marcondes E, Vaz FAC, Ramos JLA, Okay Y. Pediatria Básica: Pediatria Geral e Neonatal. 9. ed. São Paulo: Sarvier 2002.
Marcondes E, Vaz FAC, Ramos JLA, Okay Y. Pediatria Básica: Pediatria Clínica Geral. 9. ed. São Paulo: Sarvier 2003.

Marcondes E, Vaz FAC, Ramos JLA, Okay Y. Pediatria Básica: Pediatria Clínica Especializada. 9. ed. São Paulo: Sarvier 2004.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE MÉDICO CIRURGIÃO VASCULAR

1. Semiologia Vascular (arterial, linfática e venosa). 2. Aterosclerose. 3. Métodos Invasivos e não invasivos de diagnóstico das doenças vasculares: Ecodoppler (triplex scan) e Angiografias. 4. Varizes dos membros inferiores. 5. Trombose Venosa Profunda e Tromboembolismo Pulmonar. 6. Tromboflebite superficiais. Insuficiência Venosa Crônica. 7. Úlceras dos membros inferiores. Linfangites e erisipelas. Linfedemas. 8. Doença Arterial Obstrutiva Periférica. 9. Pé Diabético. 10. Vasculites. 11. Oclusão Arterial Aguda. 12. Traumatismo Vascular. Aneurismas Arteriais (aorta, viscerais e periféricos). 13. Síndrome do desfiladeiro cervicotóracobraquial.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Brito CJ de, Duque A, Merlo I, Murilo R, Filho VLF. Cirurgia Vascular, Cirurgia Endovascular Angiologia. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2008.

Maffei FH de A, Lastória S, Yoshida WB, Rollo HA, Giannini M, Moura R. Doenças Vasculares Periféricas. : 4ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

Projeto Diretrizes. Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina. Transtornos na Extremidade Inferior do Paciente Diabético. 21 de setembro de 2001. http://www.projetodiretrizes.org.br/projeto_diretrizes/100.pdf.

Projeto Diretrizes. Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina. Insuficiência Venosa Crônica. 24 de setembro de 2002. http://www.projetodiretrizes.org.br/projeto_diretrizes/069.pdf.

Projeto Diretrizes. Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina. Tromboembolismo Venoso: Profilaxia em Pacientes Clínicos-Parte I. 31 de março de 2005. http://www.projetodiretrizes.org.br/4_volume/37-tramboembolismo-partel.pdf.

Projeto Diretrizes. Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina. Tromboembolismo Venoso: Profilaxia em Pacientes Clínicos-Parte II. 31 de março de 2005. http://www.projetodiretrizes.org.br/4_volume/38-Tromboembolismo-partell.pdf.

Projeto Diretrizes. Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina. Tromboembolismo Venoso: Profilaxia em Pacientes Clínicos-Parte III. 31 de março de 2005. http://www.projetodiretrizes.org.br/4_volume/39-Tromboembopartelll.pdf.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE MÉDICO DERMATOLOGISTA

1. Micoses superficiais. 2. Piodermites. 3. Dermatoviroses. 4. Dermatozoonoses. 5. Dermatite de contato. 6. Dermatite atópica. 7. Dermatite seborréica. 8. Hanseníase. 9. Acne. 10. Vitiligo. 11. Tumores cutâneos malignos – CBC, CEC e melanoma. 12. Lesões cutâneas pré-malignas. 13. Farmacodermia. 14. Pênfigo foliáceo. 15. Pênfigo vulgar. 16. Psoríase. 17. Sífilis. 18. Discromias. 19. Nevos pigmentos.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

AZULAY, R.D.; AZULAY, D.R. Dermatologia. 4 ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2006.

FITZPATRICK et all. Dermatology in General medicine. 6th Edition. McGraw Hill, 2003.

(ISBN-13 97800791-29383) SAMPAIO, S.A.P.; RIVITTI, E.A. Dermatologia. 3 ed. Artes Médicas. São Paulo, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia para controle da Hanseníase: http://www.saudej.gov.br/hansenia/documentos/guia_de_hansenia.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Imunobiológicos especiais e suas indicações. Disponível em <http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/saude/vacina/imunobio.htm>.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA

1. Hipófise Anterior. 1.1. Adenomas de hipófise(secretores e não-secretores). 1.2. Panhipopituitarismo. 1.3 Hipofisite auto-imune. 1.4. Diagnóstico diferencial das massas selares. 2.Hipófise posterior. 2.1 Diabetes Insipidus. 2.2. Síndrome de secreção inapropriada de ADH. 3. Obesidade e síndrome Metabólica. 3.1. Critérios diagnósticos. 3.2. Tratamento. 4. Diabetes Mellitus. 4.1 .Epidemiologia, classificação e diagnóstico. 4.2. Tratamento. 4.3. Complicações agudas. 4.4 .Complicações crônicas. 5. Dislipidemia. 6. Tireóide. 6.1. Bócio Endêmico. 6.2. Doença nodular da tireóide. 6.3. Câncer de tireóide. 6.4. Tireoidites. 6.5. Hipertireoidismo. 6.6. Hipotireoidismo. 7. Córtex adrenal. 7.1. Insuficiência adrenal. 7.2. Síndrome de Cushing. 7.3. Tumores de adrenal. 7.4. Hiperplasia adrenal congênita. 8. Medula adrenal. 8.1. Feocromocitoma. 9. Gônadas. 9.1. Hipogonadismo masculino e feminino. 9.2. Retardo puberal. 9.3. Puberdade precoce. 9.4. Genitália ambígua. 9.5. Hirsutismo. 9.6. Síndrome de ovários policísticos. 10.Distúrbios do metabolismo do Cálcio. 10.1.Hipercalcemias. 10.2. Hipocalcemias. 10.3.Hiperparatirodismo. 10.4. Hipoparatiroidismo.11. Osteoporose. 11.1. Diagnóstico. 11.2. Interpretação da Densitometria óssea. 11.3. Tratamento. 12. Miscelanea: baixa estatura, hipoglicemia, neoplasia endócrina múltipla, síndrome pluriglandular autoimune.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Endocrinologia Clínica – Lucio Vilar, 4ª edição, Medsi, 2009.

Tratado de Endocrinologia – Williams, 11ª edição, Elsevier, 2010.

Endocrinologia – Maciel, Rui M. B.; Mendonça, Berenice B.; Saad, Mario J. A., 1ª edição, Atheneu, 2007.

Greenspan's Basic & Clinical Endocrinology, 8ª edição, Mc-Graw-Hill, 2007.

Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia – Revista de divulgação científica da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e MetabologiaDiretrizes e posicionamentos da Sociedade Brasileira de Diabetes. <http://www.diabetes.org.br/publicacoes/diretrizes-e-posicionamentos>.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA

1. Doença do refluxo gastro-esofágico. 2. Alterações da motilidade do esôfago: diagnóstico e tratamento. 3. Neoplasia do esôfago. 4. Gastrites. 5. Lesões gastro-intestinais induzidas por antiinflamatórios não esteróides. 6. Úlcera péptica. 7. Helicobacter pylori e afecções associadas. 8. Neoplasias gástricas. 9. Diarréias agudas e crônicas. 10. Síndrome de má absorção. 11. Câncer colo-retal. 12. Retocolite ulcerativa. 13. Doença de crohn. 14. Colite isquêmica. 15. Pancreatite aguda. 16. Pancreatite crônica. 17. Tumores do pâncreas. 18. Diagnóstico diferencial das icterícias. 19. Colestase. 20. Hepatites agudas virais. 21. Hepatites crônicas virais. 22. Hepatite auto-imune. 23. Cirrose Hepática. 24. Doenças Hepáticas Metabólicas. 25. Esteatose e esteato-hepatite não alcoólicas. 26.Tumores do fígado. 27. Fígado e gravidez. 28. Transplante hepático. 29. Malignos das vias biliares extra-hepáticas. 30. Manifestações digestivas da síndrome de imunodeficiência adquirida. 31. Doença de chagas e aparelho digestivo. 32. Mansônica. 33. Doenças funcionais do aparelho digestivo.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Condutas em Gastroenterologia-Federação Brasileira de Gastroenterologia 1ª ed de 2004.

2º Consenso Brasileiro de Doença do Refluxo Gastroesofágico.

2º Consenso Brasileiro de Hepatites Virais B e C.

Endoscopia Digestiva – Sociedade Brasileira de Endoscopia Digestiva – 3ª Ed 2004.

MATTOS, A. A. & DANTAS, W. Compêndio de Hepatologia – 2ª ed; 2001.

MATTOS, A. A. & DANTAS-CORRÊA, E. B. Tratado de Hepatologia – 2010.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA

1. Ginecologia. 1.1. Câncer ginecológico. 1.2. Doenças sexualmente transmissíveis. 1.3. Planejamento familiar. 1.4. Climatério. 1.5. Doenças benignas da mama. 1.6. Câncer de Mama. 1.7. Adolescência. 1.8. Distúrbios endócrinos. 1.9. Infertilidade conjugal. 1.10. Hemorragias uterinas disfuncionais. 1.11. Osteoporose. 1.12. Leucorréias. 1.13. Incontinência urinária, prolapso e distúrbios do assoalho pélvico. 1.14. Endometriose. 1.15. Amenorréia. 1.16. Dor pélvica e dismenorréia. 1.17. Noções de sexualidade humana. 1.18. Violência sexual. 1.19. Noções de ginecologia baseada em evidências. 1.20. Cirurgias ginecológicas. 2. Obstetrícia. 2.1. Assistência ao pré-natal normal e patológico. 2.2. Gestação de alto e baixo risco. 2.3. Hemorragias da 1ª metade da gestação. 2.4. Hemorragias da 2ª metade da gestação. 2.5. Profilaxia, diagnóstico e tratamento das doenças sexualmente transmissíveis na gestação. 2.6. Assistência ao parto e tocurgia. 2.7. Aleitamento materno. 2.8. Diabetes e hipertensão na gravidez. 2.9. Intercorrências clínicas e cirúrgicas no ciclo grávido-puerperal. 2.10. Mortalidade materna. 2.11. Medicina Fetal. 2.12. Aspectos médico-legais e éticos em obstetrícia. 2.13. Sofrimento fetal agudo. 2.14. Restrição do crescimento fetal. 2.15. Gravidez prolongada. 2.16. Parto prematuro. 2.17. Hiperemese gravídica. 2.18. Noções de obstetrícia baseada em evidência. 2.19. Assistência ao trabalho de parto e partograma. 2.20. Noções em ultrassonografia em obstetrícia. 2.21. Infecções e transmissão vertical no ciclo grávido-puerperal. 2.22. Alterações do líquido amniótico. 2.23. Doença trofoblástica gestacional.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Gestação de alto risco – Manual técnico. Ministério da saúde, 3ª. Ed., 2000.
Prevenção do câncer do colo uterino. Profissionais de saúde. Manual técnico. Ministério da Saúde, 2002.
Assistência pré-natal. Manual técnico. Ministério da Saúde, 2000.
Urgências e emergências maternas. Guia para diagnóstico e conduta em situações de risco de morte materna. Ministério da Saúde. FEBRASGO, 2000.
Parto, aborto e Puerpério. Assistência humanizada à mulher. Ministério da Saúde, 2001.
Assistência ao Parto Normal: um guia prático. Organização mundial de saúde, Genebra, 1996.
Impresso e distribuído no Brasil pelo Ministério da Saúde. REZENDE, Jorge de. Obstetrícia. 9ª Ed., Guanabara Koogan, 2002.
NOVAK. Tratado de Ginecologia. 12ª Ed., Ed. Guanabara Koogan, 1998.
Anticoncepção. Manual de orientação. FEBRASGO. 2004.
Climatério. Manual de Orientação. FEBRASGO. 2004.
DST / AIDS. Manual de Orientação. FEBRASGO. 2004.
Diabetes e Hipertensão na gravidez. Manual de Orientação. FEBRASGO. 2004.
Ginecologia endócrina. Manual de Orientação. FEBRASGO. 1996.
Saúde da Adolescente. Manual de Orientação. FEBRASGO. 2001.
Infertilidade conjugal. Manual de Orientação. FEBRASGO. 1997.
Assistência pré-natal. Manual de Orientação. FEBRASGO. 2000.
Aleitamento materno. Manual de Orientação. FEBRASGO. 2006.
Violência sexual. Manual de Orientação. FEBRASGO. 2004. SACKETT, D L & Cols. Medicina Baseada em Evidências. Prática e Ensino. Artmed Editora SA, 2ª. Ed, 2003 (trad).
Projeto Diretrizes. Associação Médica Brasileira, Conselho Federal de Medicina. Janete, FB (coordenadores).
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Controle dos cânceres do colo do útero e da mama. Cadernos de Atenção Básica, n.13.
Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica: Brasília, 2006.
Disponível em http://dtr2004.saude.gov.br/dab/documentos/cadernos_ab/documentos/abcad13.pdf
Acessado em 1 de abril de 2013.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE MÉDICO NEUROLOGISTA

1. Cefaléia: 1.1. Critérios diagnósticos. 1.2. Classificação. 1.3. Fisiopatologia. 1.4. Tratamento. 2. Epilepsia: 2.1 Conceito. 2.2. Classificação das crises epiléticas. 2.3. Classificação das epilepsias. 2.4 Etiologia. 2.5. Tratamento clínico. 2.6. Tratamento cirúrgico. 2.7. Conduta durante crise epilética. 2.8. Estado de mal epilético: conceito e conduta. 3. Doenças cérebro-vasculares: 3.1. Conceito. 3.2. Fisiopatologia. 3.3. Fatores desencadeantes. 3.4. Prevenção. 3.5. Diagnóstico topográfico. 3.6. Diagnóstico etiológico. 3.7. Tratamento: medidas gerais e específicas. 4. Tumores: síndrome de hipertensão intracraniana. 4.1. Tumores primários do SN. 4.2. Tumores secundários do SN. 5. Doenças infectocontagiosas: 5.1. Meninges: virais, bacterianas, fúngicas e tuberculose. 5.2. Neurolues. 5.3. HIV. 5.4. Neurocisticercose. 5.5. Encefalites. 5.6. Doenças por vírus lento. 5.7. Doenças priônicas. 5.8. Tétano. 5.9. Raiva. 5.10. Botulismo. 6. Doenças desmielinizantes: 6.1. Esclerose múltipla. 6.2. Leucodistrofias. 6.3. Guillain- Barré. 6.4. ADEM. 6.5. neuromielite óptica. 7. Doenças degenerativas: 7.1. Doença de parkinson. 7.2. Demências. 7.3. Doenças do Neurônio Motor. 8. Doenças neuromusculares: 8.1. Neuropatias. 8.2. Doenças da junção neuromuscular. 8.3. Miopatias. 9. Transtornos do Sono: 9.1. Insônia. 9.2. Hipersonia. 9.3. Apneia do sono. 9.4. Movimentos periódicos dos membros durante o sono. 9.5. Síndrome das pernas inquietas. 10. Distúrbios de movimento e vertigem. 10.1. Hipocinéticos. 10.2. Hipercinéticos. 10.3. Distúrbios do sistema vestibulo-coclear. 11. Distúrbios da consciência. 11.1. Delirium. 11.2. Coma. 11.3. Morte encefálica. 12. Semiologia e propedêutica neurológica.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

MERRITT. Tratado de Neurologia LEWIS P. ROWLAND Editora: Guanabara Koogan ISBN: 978-85-277-1270-5. Ano: 2005.

MARK MUMENTHALER HEINRICH MATTLE Neurologia Editora: Guanabara Koogan ISBN: 9788527712361 Ano: 2007. Edição: 4.

ALLAN H. ROPPER (AUTHOR), ROBERT H. BROWN (AUTHOR) Adams and Victor's Principles of Neurology (8th Edition) (Hardcover) by Publisher: McGraw-Hill Professional; 8 edition (March 29, 2005) , English ISBN-10: 007141620X, ISBN-13: 978-0071416207.

WALTER G. BRADLEY, ROBERT B. DAROFF, GERALD M. FENICHEL, JOSEPH JANKOVIC. Neurology in Clinical Practice (5th Edition), by Publisher: Butterworth-Heinemann, an imprint of Elsevier Inc. Year 2008, Philadelphia. ISBN: 978-0-7506-7525-3.

MATHIAS BAEHR, MICHAEL FROTSCHER. Duss Diagnóstico Topográfico em Neurologia. 4ª edição, Editora: Guanabara Koogan, Ano 2008, Rio de Janeiro. ISBN: 978-85-277-1448-8.

WILSON LUIZ SANVITO. Propedêutica Neurológica Básica. Editora: Atheneu, Ano 2000, São Paulo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE MÉDICO OFTALMOLOGISTA

1. Propedêutica Oftalmológica. 2. Órbita. 3. Pálpebras. 4. Aparelho lacrimal. 5. Conjuntiva. 6. Córnea – anatomia, fisiologia e patologia. 7. Cristalino. 8. Úvea – uveítes. 9. Doenças da retina. 10. Glaucoma – estrabismo. 11. Urgências em oftalmologia, trauma. 12. Doenças externas e transplantes. 13. Plástica ocular. 14. Neurooftalmologia.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

KANSKI JJ– OFTALMOLOGIA CLÍNICA: UMA ABORDAGEM SISTEMÁTICA. 6ª EDIÇÃO.

ELSERVIER. HÖFLING-LIMA ET AL. MANUAL DE CONDUTAS EM OFTALMOLOGIA – UNIFESP. LIV. ATHENEU 1ª EDIÇÃO – 2008.

MANUAIS CBO DE OFTALMOLOGIA - 2ª ED. 2011. EDITORA GUANABARA-KOOGAN. DANTAS AM. ESSENCIAL EM OFTALMOLOGIA. 1ª ED. 2011.

ED. CULTURA MÉDICA. JORGE A, BICASHE. OFTALMOLOGIA. 1ª ED. 2009. TECMEDD EDITORA.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE MÉDICO ORTOPEDISTA

1. Traumatologia Geral. 2. Doenças neuromusculares. 3. Patologia da coluna vertebral. 4. Ortopedia pediátrica. 5. Patologias do ombro, cotovelo e mão. 6. Patologias do quadril, joelho e pé. 7. tumores ósseos. 8. afecções ortopédicas comuns na infância: epifisiólise proximal do fêmur; poliomielite: fase aguda e crônica; osteomielite aguda e crônica; pioartrite. 9. Tuberculose osteo-articular. 10. Paralisia obstétrica. 11. Ortopedia em geral: branquialgias; artrite degenerativa da coluna cervical; síndrome do escaleno anterior e costela cervical; ombro doloroso. 12. Lombociatalgias: artrite degenerativa da coluna lombo-sacral; Hérnia de disco; espondilose. 13. Tumores ósseos benignos e malignos. 14. Fraturas e luxações: coluna cervical, dorsal e lombar; pelve; acetábulo; ossos dos pés; joelhos; fratura diafisária do fêmur; fratura transtrocanteriana; fratura do colo do fêmur; fratura do ombro; fratura de clavícula; fratura de extremidade superior e distal do úmero; fratura de diáfise do úmero; luxação do cotovelo; fratura da cabeça do rádio; fratura diafisária dos ossos do antebraço; fratura de Colles e Smith; luxação do carpo; fratura do escafóide. 15. Lesões meniscais e ligamentares. 16. Traumatologia da mão: fratura metacarpiana e falangeana; ferimento da mão.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

SIZINIO HEBERT & RENATO XAVIER & ARLINDO G. PARDINI JR. & ET AL. HEBERT SIZINIO E AL. ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA: PRINCÍPIOS E PRÁTICAS, 2002.

ROBERT W. BERCHOLZ & JAMES D. HECKMAN - ROCKWOOD E GREEN – FRATURAS EM ADULTOS- 5ª EDIÇÃO - VOL 1 / 2 – 2006.

S. TERRY CANALE - CIRURGIA ORTOPÉDICA DE CAMPBELL - 10ª EDIÇÃO - VOL 1 / 2 / 3 / 4 - 2006

RAYMOND T. MORRISY & STUART L. WEINSTEIN - ORTOPEDIA PEDIÁTRICA DE LOVELL & WINTER- 5ª EDIÇÃO – VOL 1 / 2 – 2005.

TARCÍSIO E. P. DE BARROS FILHO & OSVANDRÉ LECH - EXAME FÍSICO EM ORTOPEDIA – 2ª EDIÇÃO – 2002.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA

1. Orofaringe: anatomia, malformações congênitas, fisiologia, propedêutica, doenças: diagnóstico, tratamento e complicações; tumores benignos e malignos. 2. Laringe: anatomia, malformações congênitas, fisiologia, propedêutica, doenças: diagnóstico, tratamento e complicações; tumores benignos e malignos. 3. Nariz e seios paranasais: anatomia, malformações congênitas, fisiologia, propedêutica, doenças: diagnóstico, tratamento e complicações; tumores benignos e malignos. 4. Ouvido externo: anatomia, malformações congênitas, fisiologia, propedêutica, doenças: diagnóstico, tratamento e complicações. 5. Ouvido médio: anatomia, malformações congênitas, fisiologia, propedêutica, doenças: diagnóstico, tratamento e complicações. 6. Ouvido interno: anatomia, malformações congênitas, fisiologia, propedêutica, doenças: diagnóstico, tratamento e complicações. Labirintopatias vasculares e metabólicas. 7. Fisiologia e Semiologia da função auditiva. Interpretação dos audiogramas. Disacusias. 8. Fisiologia e Semiologia da função vestibular. Interpretação dos testes e audiogramas. 9. Doenças e manifestações iatrogênicas em otorrinolaringologia. 10. Urgências em otorrinolaringologia. 11. Próteses auditivas: tipos e indicações.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Otorrinolaringologia – Princípios e Prática. Editora Artmed. Sady S, Oswaldo M.C, José Antônio A.O e co/s. Hungria Otorrinolaringologia. Ed. Guanabara Koogan S. A Otorrinolaringologia Clínica e Cirúrgica. Miniti A; Bento R.F, Butugan O. Ed. Atheneu Cummings et al. Otolaryngology Head & Neck Surgery Tratado de Otorrinolaringologia – 5 vols. Tratado ABORL-CCP (Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial) AZULAY RD, AZULAY DR. Dermatologia. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2004.

FITZPATRICK TB, JOHNSON RA, WOLFF K. Dermatology in general medicine. New York: McGraw-Hill, 2001.

SAMPAIO SAP, RIVITTI EA. Dermatologia. São Paulo: 2001

.BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Imunobiológicos especiais e suas indicações.

Disponível em: <<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/saude/vacina/imunobio.htm>> Acesso em: 3 de abr. de 2013.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE MÉDICO PEDIATRA

1. Neonatologia: 1.1. Recém-nascido normal. 1.2. Assistência ao recém-nascido em sala de parto. 1.3. Distúrbios metabólicos do recém-nascido. 1.4. Infecções congênitas. 1.5. Icterícia Neonatal. 1.6. Infecções adquiridas no período neonatal. 2. Pediatria Geral: 2.1. Crescimento e desenvolvimento. 2.2. Alimentação no 1º ano de vida. 2.3. Imunizações. 2.4. Anemias na Infância. 2.5. Cardiopatias congênitas (cianogênicas e não cianogênicas). 2.6. Insuficiência cardíaca congestiva. 2.7. Diarréia aguda e desidratação. 2.8. Diarréia crônica. 2.9. Refluxo gastro-esofageano. 2.10. Alergia alimentar. 2.11. Hepatoesplenomegalias. 2.12. Adenomegalias. 2.13. Infecção pelo HIV. 2.14. Tuberculose. 2.15. Meningites bacterianas. 2.15.1. Dengue. 2.16. Seps e choque séptico. 2.17. Infecções respiratórias. 2.18. Asma. 2.19. Imunodeficiências. 2.20. Artrites na infância. 2.21. Febre reumática. 2.22. Síndrome nefrótica. 2.23. Síndrome nefrítica. 2.24. Infecção do trato urinário. 2.25. Afecções cirúrgicas na infância. 2.26. Diabetes e cetoacidose diabética. 2.27. Afecções da tireóide. 2.28. Puberdade precoce. 2.29. Adolescência normal. 2.30. Sexualidade na adolescência. 2.31. Crescimento e desenvolvimento na adolescência. 2.32. Imunizações no adolescente doenças exantemáticas da infância.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Grisi SJE, Escobar AMU. Prática pediátrica. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2007.
Kliegman RM, Stanton B, Geme JS, Schor N, Behrman RE. Nelson Textbook of Pediatrics. 19. ed. Philadelphia: Saunders, 2011.
Marcondes E, Vaz FAC, Ramos JLA, Okay Y. Pediatria Básica: Pediatria Geral e Neonatal. 9. ed. São Paulo: Sarvier 2002.
Marcondes E, Vaz FAC, Ramos JLA, Okay Y. Pediatria Básica: Pediatria Clínica Geral. 9. ed. São Paulo: Sarvier 2003.
Marcondes E, Vaz FAC, Ramos JLA, Okay Y. Pediatria Básica: Pediatria Clínica Especializada. 9. ed. São Paulo: Sarvier 2004.
Murahovschi J. Pediatria: Diagnóstico + Tratamento. 6 ed. São Paulo: Sarvier 2006.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE MÉDICO PROCTOLOGISTA

1. Equilíbrio hidro eletrolítico e ácido básico em cirurgia. 2. Cicatrização das feridas, infecção em cirurgia. Infecção Hospitalar. Antibióticos. 3. Pré e Pós-Operatório. Complicações cirúrgicas. 4. Nutrição em Cirurgia; Alimentação parenteral e enteral. 5. Transtornos hemorrágicos; Mecanismo da hemóstase; Transfusão de sangue e derivados. 6. Bases da cirurgia anorreta e anatomia; Esfíncteres anorretais e músculo elevador do ânus; Vascularização e inervação; Embriologia e fisiologia anorretal. 7. Bases da cirurgia do intestino grosso; Anatomia; embriologia e fisiologia. 8. Anatomia da parede ântero-lateral do abdome; Incisões abdominais. Técnica geral das laparotomias; Cirurgia videolaparoscópica colorretal. 9. Diagnóstico das doenças do ânus, reto e cólon; exame do abdome e proctológico; Colonoscopia; exame radiológico simples e contrastado; Tomografia computadorizada; ressonância magnética e ultrassonografia endo retal. 10. Doença hemorroidária; etiopatogenia; quadro clínico e diagnóstico; diagnóstico diferencial e conduta terapêutica. 11. Cripte e papilite; abscesso anorretal; etiopatogenia e classificação dos abscessos; quadro clínico e diagnóstico; conduta terapêutica. 12. Fissura anal; etiopatogenia; quadro clínico e diagnóstico; diagnóstico diferencial e conduta terapêutica. 13. Fístula anal; etiopatogenia; classificação; quadro clínico; diagnóstico diferencial e conduta terapêutica. 14. Hidroadenite supurativa; etiopatogenia; quadro clínico; diagnóstico diferencial; conduta terapêutica. 15. Doença pilonidal sacrococcígea; etiopatogenia; quadro clínico e diagnóstico. diagnóstico diferencial. conduta terapêutica. 16. Prurido anal. Etiopatogenia; quadro clínico e diagnóstico; conduta terapêutica. 17. Doenças sexualmente transmissíveis em coloproctologia; síndrome da imunodeficiência adquirida. 18. Prolapso e procidência do reto. etiopatogenia. quadro clínico e

diagnóstico. diagnóstico diferencial. conduta terapêutica. 19. Malformações congênitas do cólon e da região anorretal; classificação; considerações embriológicas; anomalias associadas; diagnóstico; conduta terapêutica. 20. Incontinência anal; etiopatogenia; quadro clínico e diagnóstico; conduta terapêutica. 21. Abdome agudo em coloproctologia - aspectos gerais do diagnóstico e tratamento. 22. Obstrução intestinal; etiopatogenia e fisiopatologia; conduta terapêutica. 23. Traumatismo abdominal; traumatismo do cólon e reto. Etiopatogenia; quadro clínico e diagnóstico; diagnóstico diferencial; conduta terapêutica. 24. Tumores benignos do cólon, reto e ânus. 25. Princípios fundamentais de oncologia; bases da cirurgia oncológica; fundamentos, indicações e contraindicações da quimioterapia, radioterapia e imunoterapia no câncer do cólon reto e ânus. 26. Câncer do cólon, reto e ânus. 27. Megacólon; megacólon chagásico; etiopatogenia e fisiologia; quadro clínico e diagnóstico; diagnóstico diferencial; complicações; conduta terapêutica. 28. enterocolopatias parasitárias; helmintíases, protozooses; epidemiologia, quadro clínico e diagnóstico. diagnóstico diferencial; conduta terapêutica. 29. Doenças inflamatórias inespecíficas do cólon e do reto. Etiopatogenia. Quadro clínico e diagnóstico. Diagnóstico diferencial. Complicações. Conduta terapêutica. 30. Doenças inflamatórias específicas do cólon e do reto; etiopatogenia; quadro clínico e diagnóstico diferencial; complicações; conduta terapêutica. 31. Doença isquêmica do cólon e reto; fisiopatologia; quadro clínico e diagnóstico; diagnóstico diferencial; conduta terapêutica. 32. Doença diverticular do cólon. Etiopatogenia. Fisiopatologia; quadro clínico e diagnóstico diferencial; complicações; conduta terapêutica. 33. Ectasias vasculares do cólon; hemorragia digestiva baixa. 34. Derivações intestinais; indicações. técnicas. Complicações. 35. Alterações do hábito intestinal; síndrome do intestino irritável; aspectos clínicos e terapêuticos e dietas em colopatias.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BENEDITO MAURO ROSSI, WILSON TOSHIHIKO NAKAGAMA, FÁBIO DE OLIVEIRAFERREIRA, SAMUEL AGUIAR JUNIOR, ADEMAR LOPES. Câncer de Cólon, Reto e Ânus Livraria Editora Marina & TecMedd 1ª. Edição, 2004.

GERALDO MAGELA GOMES DA CRUZ . Coloproctologia, vol. 1 (Propedêutica Geral), vol. 2 (Propedêutica Nosológica) e vol. 3 (Terapêutica). Revinter 1999.

KEIGHLEY, KEIGHLEY E WILLIAMS, eds. Surgery of The Anus, Rectum and Colon Bailliere-Tindale. 2a. Edição, 1999.

QUILICI E GRECCO, EDS. Colonoscopia. Lemos Editorial, 2000. VIRGÍNIO C. TOSTA DE SOUZA. Coloproctologia. Medsi 1999.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE MÉDICO PNEUMOLOGISTA

1. Tosse crônica. 2. Asma Brônquica. 3. Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica. 4. Pneumonias bacterianas adquiridas na comunidade. 5. Tuberculose. 6. Doenças pulmonares difusas. 6.1. Infecções: Paracoccidiodomicose (BSA) e Histoplasmoses. 6.2. Pneumoconioses (silicose e asbestose). 6.3. Fibrose Pulmonar Idiopática. 6.4. Pneumonite por hipersensibilidade. 7. Derrames pleurais. 8. Bronquiectasias. 9. Apnéia obstrutiva do sono. 10. Câncer de Pulmão. 11. Tabagismo. 12. Tromboembolia pulmonar. 13. Exames complementares na Pneumologia. 14. Interpretação da Espirometria simples. 15. Principais Indicações e interpretação clínica de achados da tomografiacomputadorizada de tórax.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Consensos e Diretrizes atualizados da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia.

Prática Pneumológica. Org. Sergio Menna Barreto. Editora Guanabara Koogan/ Grupo GEN. Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia 2010.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE MÉDICO PSQUIATRA

1. Psicopatologia. 2. Delirium, demência, transtornos amnésicos e outros transtornos cognitivos. 3. Transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas. 4. Esquizofrenia e outros transtornos psicóticos: esquizoafetivo, esquizofreniforme, psicótico breve, delirante persistente, delirante induzido. 5. Transtornos do humor. 6. Transtornos fóbicos-ansiosos: fobia específica, social e agorafobia. 7. Outros transtornos de ansiedade: transtorno de pânico, transtorno de ansiedade generalizada. 8. Transtorno obsessivo-compulsivo e transtornos de hábitos e impulsos. 9. Transtornos somatoformes. 10. Transtornos de adaptação e transtorno de estresse pós-traumático. 11. Transtornos dissociativos. 12. Transtornos alimentares. 13. Transtornos do sono. 14. Transtornos da identidade e da preferência sexual. 15. Transtornos da personalidade. 16. Transtornos factícios, simulação, não adesão ao tratamento. 17. Retardo mental. 18. Transtornos do desenvolvimento psicológico. 19. Transtornos comportamentais e emocionais que aparecem habitualmente durante a infância ou adolescência. 20. Transtornos psiquiátricos relacionados ao envelhecimento. 21. Interconsulta psiquiátrica. 22. Emergências psiquiátricas. 23. Psicoterapias. 24. Psicofarmacologia e Psicofarmacoterapia. 25. Eletroconvulsoterapia e outras terapias biológicas. 26. Epidemiologia dos transtornos psiquiátricos. 27. Diagnóstico Sindrômico e Diagnóstico Nosológico em Psiquiatria. 28. Classificação em Psiquiatria: CID-10 e DSM-IV-TR.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

KAPLAN, HI. & SADOCK, B. Compêndio de Psiquiatria. 9ª edição. Porto Alegre, Artes Médicas, 2007.
SALVADOR, LUIZ. Compêndio de Psicopatologia e Semiologia Psiquiátrica. Porto Alegre, Artes Médicas, 2001.
DALGALARRONDO, PAULO. Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais. 2ª ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 2008.
CHALUB, M., TABORDA, J. G. & ABDALLA FILHO, E. Psiquiatria Forense. Porto Alegre, Artes Médicas, 2004.
CHENIAUX JR., ELIE, Manual de Psicopatologia. 3ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2008.
BRASIL MA, BOTEGA NJ. PEC – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. Título de Especialista em Psiquiatria. Provas 2000-2003. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2004.
BRASIL MA, BOTEGA NJ, HETEM LA. PEC – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. Título de Especialista em Psiquiatria. Provas 2004-2005. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2006.
REIS DE OLIVEIRA I, SENA EP. Manual de Psicofarmacologia Clínica. 2ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2006.
CLASSIFICAÇÃO DE TRANSTORNOS MENTAIS E DO COMPORTAMENTO DA CID-10. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993. DSM-IV-TR. Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais. 4ª ed. rev. Porto Alegre, Artmed, 2002.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE MÉDICO RADIOLOGISTA

1. Física das radiações e efeitos biológicos das radiações; técnicas radiológicas. formação de imagem radiográfica, controle de qualidade; proteção radiológica. 1.1. Fundamentos da tomografia computadorizada e da ressonância magnética. 1.2. Contrastes radiológicos. 2. Imagenologia do tórax: doenças pleuropulmonares. Massas Torácicas. 2.1. Tórax nas emergências. Tórax em pediatria. 2.2. Alterações intersticiais, alveolares e mistas. 3. Imagenologia do aparelho digestivo: métodos e patologias mais comuns. 3.1. Abdome agudo; Estudo contrastado; Aparelho digestivo em pediatria. 4. Aparelho urinário: imagenologia do aparelho urinário. método; massas renais; trauma renal; estudo contrastado e aparelho urinário em pediatria. 5. Sistema músculo-esquelético: imagenologia das lesões osteomuscular articulares. Doenças inflamatórias. Massas tumorais. Coluna vertebral. Crânio e face (órbita - seios da face). 6. Primeiros socorros. Choque anafilático. 7. Imagenologia do SNC / TCE / AVC / SNC em pediatria. 8. Mamografia:

técnicas de posicionamento. Tumores benignos. Tumores malignos. 9. Radiologia intervencionista (noções básicas, indicações e análises). Densitometria óssea (noções básicas, indicações e análises). 10. Sistema cardiovascular. 11. Bases físicas da ultrassonografia. 12. Ultrassonografia do abdome total, do tórax, do pescoço, obstétrica e de partes moles. 13. Doppler – noções básicas e ultrassonografia intervencionista.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

MÉDICO RADIOLOGISTA1- PAUL, JUHL, Interpretação Radiológica, 7º Ed. Editora:Guanabara-Koogan, RJ, 2000.
MULLER, Silva -Tórax .Elsevier, SP, 2011
GORE-DIGESTIVE SYSTEM, 2010.
CLAUDIA LEITE-DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DAS LESÕES ENCEFÁLICAS, 2011. Editora Guanabara Koogan, RJ.
SOM-CURTIN - HEAD AND NECK 5ºED ELSEVIER, 2011.
STOLLER- MAGNETIC IMAGING IN ORTHOPEDICS AND SPORTS MEDICINE, 2010.
AGUILLAR-BAUAB-MARANHÃO,ULTRASSONOGRÁFIA-MAMOGRAFIA-RESSONANCIA MAGÉTICA 2009.
CERRI-ULTRASSONOGRÁFIA ABDOMINAL 2ºED SÃO PAULO, 2009.
PASTOREULTRASSONOGRÁFIA EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, SÃO PAULO, 1997.
SERNICK-ULTRASSONOGRÁFIA DO SISTEMA MÚSCULO ESQUELÉTICO, SP, 2009.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE MÉDICO REUMATOLOGISTA

1. Autoimunidade.Imunogenética. 2. Anatomia e fisiologia do sistema músculo-esquelético. 3. Exame físico do paciente reumático.Doenças Difusas do Tecido Conjuntivo. 4. Doença Mista do Tecido Conjuntivo e síndromes de superposição. 5. Vasculites.Síndrome do Anticorpo. 6. Antifosfolípideo.Espondiloartrites. 7. Artrites infecciosas. 8. Artrites microcristalinas. 8.1.Doenças osteometabólicas. 9. Osteoartrite. 10. Reumatismos de partes moles. 11. Fibromialgia. 12. Doenças reumáticas da criança e do adolescente. 13. Enfermidades da coluna vertebral. 14. Doenças sistêmicas com manifestações articulares. 15. Laboratório em Reumatologia. 16. Drogas utilizadas em Reumatologia: mecanismos de ação e efeitos colaterais.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

FIRESTEIN GS et al. Kelley's Textbook of Rheumatology, 8ª ed, Saunders, 2008.
HOCHBERG M et al. Rheumatology, 5ª ed, Mosby, 2011.
KLIPPEL H et al. Primer on the Rheumatic Diseases, 13ª ed, Springer, 2008.
IMBODEN J et al. Current Diagnosis and Treatment Rheumatology, 2ª ed, McGraw-Hill, 2007.
ARVALHO MAP e cols. Reumatologia Diagnóstico e Tratamento, 3ª ed, Guanabara Koogan, 2008.
Revista Brasileira de Reumatologia.Consensos e Diretrizes sobre diagnóstico e tratamento – AMB / SBR.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO/FUNÇÃO DE MÉDICO UROLOGISTA

1.Infecções do trato urogenital. 2. Uro-neurologia e Urodinâmica. 3. Uro-ginecologia. 4. Andrologia e Infertilidade. 5. Hiperplasia prostática benigna. 6. Uro-oncologia. 7. Trauma e cirurgia reconstrutiva. 8. Uro-pediatria. 9. Litíase urinária. 10. Endo-urologia elaparoscopia. 11. Doenças das adrenais. 12. Transplante renal. 13. Doenças sexualmente transmissíveis. 14. Exames laboratoriais e de imagens em urologia.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

WALSH PC; RETIK AB, VAUGHAN ED Jr, WEIN AJ.Ed.Campbell's Urology. 10ª Edition, Philadelphia, Saunders, volume I, II e III de 2012.